FAPERS
FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA
DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

Relatório anual de informações 2019

ÍNDICE

Apresentação 5
Mensagem da Diretoria 6
Gestão Estratégica 7
> Governança 7
> Organograma da FAPERS 11
> Comissões Técnicas Regionais da ABRAPP 13
> FAPERS na diretoria da ABRAPP 13
> Comitê de investimentos 14
> Qualificação de gestores e empregados 15
> FAPERS na Tchê Previdência 18
> Comitê de controles internos 19
> Planejamento estratégico da gestão 2017-2020 20
> Campanhas de Adesão 22
> Curso de Finanças Pessoais 24
> Pesquisa Benefício de Risco 25
> Vídeo institucional 27
> Redes Sociais e *Newsletters* 28
> Diretorias da FAPERS e EMATER/RS-ASCAR realizam reunião de trabalho 29
> Dia de Campo - Saúde e Segurança do trabalhador 2019 30
> Encontro anual da ASAPAS 30
> FAPERS se reúne junto ao conselho de representantes da ASAE 31
> Comissão permanente 32
> Ações Judiciais 33
Gestão Previdenciária 35
> Estatísticas dos planos 37
> Evolução do Passivo 44
Gestão dos Investimentos 48
> Cenário Econômico 2019 49
> Análise dos Investimentos 50
> Evolução dos Investimentos 53
> Rentabilidades 55
> Resumo da Política de Investimentos 2020 62

Gestão Contábil **74**
> Balanço Patrimonial 76
> Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS) 77
> Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefício (DMAL) 78
> Demonstração do Ativo Líquido por Plano de Benefício (DAL) 81
> Demonstração das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios (DPT) 85
> Demonstração do Plano de Gestão Administrativa (DPGA) Consolidada 88
> Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis 90
Pareceres Atuariais 126
Relatório do Auditor Independente 139
Parecer do Conselho Fiscal 144
Manifestação do Conselho Deliberativo 145

FAPERS
FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA
DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

Expediente:
Patrocinador: Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural – ASCAR
Elaboração: Diretoria Executiva, Gestão 2017-2020, e empregados da Fundação
Diagramação: Mirador Comunicação
Aprovado pelo Conselho Deliberativo, em 25 de março de 2020, Ata nº 329.
Divulgação eletrônica no portal: www.fapers.org.br.

APRESENTAÇÃO

Este Relatório Anual de Informações – RAI 2019 apresenta o desempenho da FAPERS nos aspectos econômico, previdenciário e institucional. O conteúdo do RAI 2019 foi elaborado a partir de informações fornecidas pelos Núcleos da FAPERS, Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal, Auditoria e Consultorias. O processo de elaboração e aprovação deste documento contou com a participação dos membros da Diretoria Executiva da gestão 2017-2020.

A FAPERS ao publicar o RAI, além de prestar contas das ações e projetos realizados em 2019, reforça seu compromisso em atender os dispositivos legais, os princípios de transparência e os padrões de Governança Corporativa para que os participantes, assistidos e Patrocinadores acompanhem o desempenho dos planos de benefícios administrados pela Fundação.

A Diretoria Executiva agradece a confiança de seus Participantes, Assistidos e Pensionistas; o apoio do Patrocinador ASCAR; a participação e o compromisso dos membros dos Conselhos Deliberativo e Fiscal; o esforço dos membros das Comissões e do Comitê de Investimentos; a responsabilidade da equipe de empregados e as assessorias, que mais uma vez, atuaram em favor da sustentabilidade da Fundação.

Para esclarecer dúvidas ou enviar sugestões, entre em contato pelo e-mail fapers@fapers.org.br.

Boa Leitura

MENSAGEM DA DIRETORIA

O ano de 2019 exigiu grandes esforços da Diretoria Executiva e do Comitê de Investimentos da FAPERS. A taxa de juros apontou quedas sucessivas, terminando o ano com a mínima histórica de 4,5%. Todos os movimentos foram na direção de manter as garantias de rentabilidade e segurança dos investimentos, protegendo o patrimônio da Fundação. Em setembro, revisamos o Planejamento Estratégico da Gestão 2017 - 2020, atualizando os objetivos estratégicos, definindo novos indicadores e monitorando-os, a partir de então, em reuniões realizadas a cada dois meses.

A qualificação de gestores e empregados também recebeu a devida atenção. Ao longo do ano, os dirigentes e equipe de empregados participaram de congressos e encontros com o objetivo de aprimorar e modernizar a gestão da entidade. Além disso, a FAPERS, que já compunha a diretoria da Tchê Previdência, tem agora o seu Diretor Superintendente, Cezar Henrique Ferreira, como suplente na Diretoria Executiva da Regional Sul da Abrapp - Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

A FAPERS tem buscado incansavelmente estreitar o relacionamento com participantes e assistidos. Na Comunicação, enquanto o ano de 2018 contemplou o planejamento e a definição de estratégias, 2019 foi o momento de colocá-las em prática, o que fizemos com êxito em uma série de frentes. Neste ano, lançamos diversas ações para promover a educação financeira e previdenciária junto ao nosso público, como um curso de Finanças Pessoais totalmente online, que contou com 200 inscritos, campanhas de adesão e de aportes e uma Pesquisa de Benefícios de Risco com os nossos participantes.

Convém registrar que embora estejamos tratando dos fatos de 2019, conforme a legislação das Entidades Fechadas de Previdência Complementar-EFPC, não podemos nos furtar de comentar sobre os impactados ocasionados pela pandemia do COVID-19 e as alternativas para a Previdência Complementar.

Na gestão de investimentos, os impactos negativos do COVID-19 acarretaram um stress generalizado, agregado à queda dos preços do Petróleo. Nas duas primeiras semanas de março, o índice Ibovespa, o mais importante indicador do desempenho médio das cotações das ações negociadas na B3 (Bolsa de Valores de São Paulo), registrou desvalorização superior a 30%. Enquanto isso, em um movimento natural e esperado, ativos com características mais defensivas registraram valorização. À medida que o mercado tenta gerenciar o potencial impacto econômico do vírus e a evolução em curso, é provável que persistam momentos de maior volatilidade em que os desempenhos dos ativos e dos fundos de investimentos variem significativamente em um curto período de tempo.

Uma Entidade Fechada de Previdência Complementar não pode tomar decisões de investimento ou desinvestimento baseado em movimentos anormais na economia, sob pena de consolidar o prejuízo. Seguindo na mesma linha dos nossos diversos parceiros institucionais e assessorias de investimento, o momento atual é de cautela e monitoramento constante.

A diversificação da carteira de investimentos da Fundação, construída para enfrentar uma nova realidade econômica de juros baixos, permite amortecer, em grande parte, o impacto destes movimentos bruscos e alavancar uma retomada da rentabilidade em um curto espaço de tempo.

É importante informar aos participantes e assistidos que certamente haverá um impacto negativo nas cotas, mas como o objetivo é de longo prazo e, contando com a robustez de nossa carteira de investimentos, este efeito negativo logo deverá ser minimizado.

Com base nisso, recomendamos a todos que não ajam com precipitação, inclusive em se tratando de finanças pessoais, não se desfazendo de posições neste momento. É possível afirmar que a perspectiva de longo prazo se constitui em vantagem competitiva de entidades dessa natureza.

Por fim é possível afirmar que o futuro promete grandes desafios. Vamos enfrentá-los com a mesma seriedade e competência que têm guiado nossa atuação há quase 39 anos.

Boa leitura!

Diretoria Executiva

FAPERS
FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA
DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

GESTÃO ESTRATÉGICA

GOVERNANÇA

Conforme prevê a legislação vigente e seu Estatuto, a Fundação mantém sua estrutura de governança composta pelo Conselho Deliberativo, Conselho Fiscal e Diretoria Executiva. Em caráter consultivo, a Fundação também dispõe do Comitê de Investimentos, Comitê de Controles Internos, Comissão Permanente, Comissão de Ética e Comissões especiais designadas pelo Conselho Deliberativo.

CONSELHO DELIBERATIVO

Órgão máximo na estrutura organizacional, é responsável pela definição da política geral de administração e dos planos de benefícios da FAPERS. É composto por 16 membros, sendo 8 indicados pelo Patrocinador ASCAR ou eleito pelos participantes e assistidos.

CONSELHO FISCAL

Órgão de controle interno tendo como atribuições, dentre outras, a análise da execução orçamentária e emissão de parecer sobre as Demonstrações Contábeis. É composto por 06 membros, sendo 3 membros titulares e seus respectivos suplentes indicados pelo Patrocinador ASCAR ou eleitos pelos participantes e assistidos.

DIRETORIA EXECUTIVA

Órgão de administração geral responsável pela execução das diretrizes fundamentais e cumprimento das normas baixadas pelo Conselho Deliberativo. É composta por três membros, sendo dois indicados pelo Patrocinador ASCAR (Diretor Superintendente e Diretor Financeiro) e um eleito pelos participantes ativos e assistidos (Diretor de Seguridade).

A Fundação é administrada por três órgãos estatutários:

> Conselho Deliberativo
> Conselho Fiscal
> Diretoria Executiva

O trabalho dos membros da administração e fiscalização é orientado pela legislação vigente, Estatuto, Código de Ética, normativos internos e nos princípios descritos na Missão, Visão e Valores.

Em 2019, a composição Estatutária estava composta da seguinte forma:

CONSELHO DELIBERATIVO

TITULARES

Dirlei Matos de Souza
Claudinei Moisés Baldissera
Jairton Torma Betanzos
Ricardo Capelli
Antonio Conte
José Claudio Secchi Motta
Clairto Dal Forno
Ricardo Altair Schwarz

SUPLENTES

Cícero Bica Constantinopolos
Felipe Pereira Dias
Sandra Maria Dalmina
Gilceu Antonio Cippolat
Michel Bueno Giacobo
Pedro Urubatan Neto da Costa
Leonir Bonavigo
Adão Bertier Rodrigues

CONSELHO FISCAL

TITULARES

Derli Paulo Bonine
Diego Barden dos Santos
Aldacir Pretto

SUPLENTES

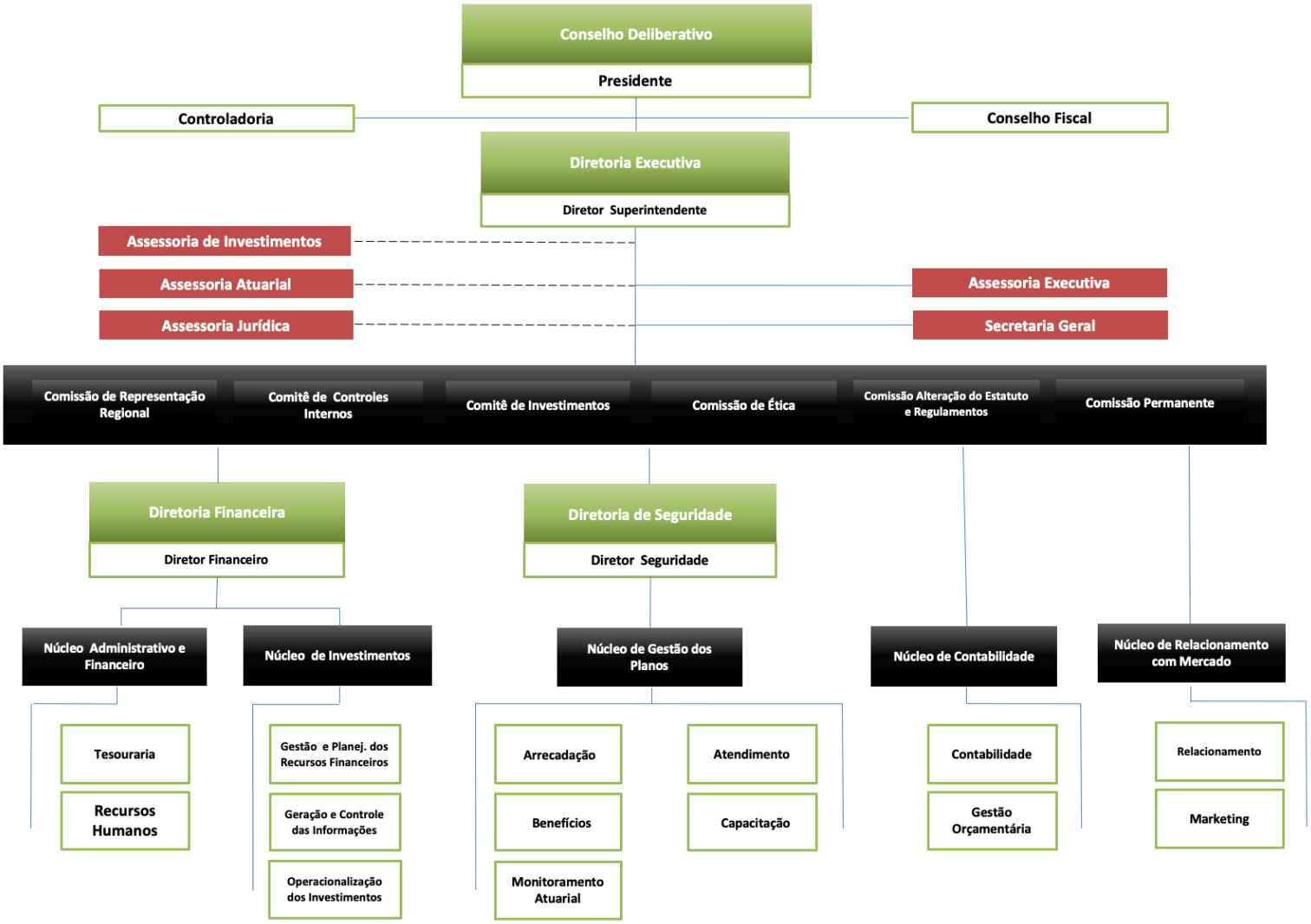
Eliane Medeiros de Lima
Gladimir Ramos de Souza
Eduardo Rigon Gelain

DIRETORIA EXECUTIVA

MEMBROS

Cezar Henrique Ferreira | Diretor Superintendente
José Pedro Osório Mendina | Diretor Financeiro
Álvaro Roque Kern Junqueira | Diretor de Seguridade

ORGANOGRAMA FAPERS



ALGUNS DESTAQUES EM 2019

COMISSÕES TÉCNICAS REGIONAIS DA ABRAPP

As Comissões Técnicas Regionais da Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar- ABRAPP atuam como instância consultiva, dando apoio técnico às ações da Diretoria Integrada do Sistema, sob a forma de projetos, estudos e pareceres, mantendo relação e sintonia com o Planejamento Estratégico e o Programa Anual de Trabalho da referida Associação.

A Diretoria da FAPERS apoia a participação da equipe nas Comissões Técnicas Sul de: Contabilidade, Investimentos, Planos Previdenciários, Estratégias e Criação de Valor. Em 2019, membros da equipe da FAPERS participaram de três reuniões.

FAPERS NA DIRETORIA DA ABRAPP

Em dezembro de 2019, a Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar-ABRAPP realizou eleição para a diretoria, Conselho Deliberativo e Cosnelho Fiscal para o triênio de 2020-2022.

A Diretoria é composta por um Diretor-Presidente, um Diretor Vice-Presidente e doze Diretores Executivos indicados pelas seis Regionais da Abrapp, que de forma igualitária é responsável por definir a estratégia de atuação da entidade por meio do Plano Básico de Organização e programa anual de trabalho.

A chapa única “Fomento e Inovação” reelegeu o Diretor Presidente Luís Ricardo Marcondes Martins e Diretor Vice-Presidente Luiz Paulo Brasizza. Entre as regionais, destaca-se a Regional Sul, a qual está representada da seguinte forma:

Diretores Executivos Titulares: Rodrigo Sisnandes Pereira (Família Previdência) e Cláudia Trindade (Fusan).

Suplentes: Cezar Henrique Ferreira (FAPERS) e Ezequias Candido de Paula (Elos).

A partir dessa eleição, a FAPERS consolida-se com participação de liderança junto as Entidades Fechadas de Previdência Complementar em todo o país.

COMITÊ DE INVESTIMENTOS

O Comitê de Investimentos tem como objetivo analisar a aplicação dos recursos garantidores dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, atuando de forma consultiva, observando as Políticas de Investimentos e a legislação em vigor, a fim de mitigar riscos, aumentar a segurança e a rentabilidade da aplicação dos recursos.

A atuação do Comitê de investimentos, instância fundamental para a gestão dos investimentos da FAPERS, realizou seis reuniões em 2019, tendo como pauta:

I – Cenários micro e macroeconômicos.
II – Projeções e estratégias.
III – Monitoramento do desempenho da Carteira de Investimentos.
IV – Monitoramento de Risco da Carteira de Investimentos.
V – Acompanhamento do fluxo de caixa realizado e projetado.
VI – Apreciação de novos investimentos.

O trabalho do Comitê de Investimentos observa os princípios de segurança, rentabilidade, liquidez, solvência, transparência e eficiência na gestão dos investimentos, visando a sustentabilidade dos Planos administrados pela FAPERS.

GOVERNANÇA: HABILITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO

A Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc publicou Instrução Normativa em 2019, aprimorando os procedimentos para certificação e habilitação de dirigentes das entidades fechadas de previdência complementar - EFPC.

A certificação de dirigentes (diretores, conselheiros, membros de Comitê de Investimentos) e profissionais de fundos de pensão, além de atender a legislação vigente, ao mesmo tempo amplia a qualificação profissional na gestão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Na FAPERS, quatro membros do Conselho Deliberativo certificaram-se, dois Titulares pelo Instituto de Certificação de Seguridade Social- ICSS e um Suplente pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais- ANBIMA.

Junto ao ICSS os conselheiros foram certificados na modalidade Certificação por Experiência Profissional com ênfase em Administração, na qual o candidato deve apresentar um currículo padronizado, analisado pela Banca de Avaliação do Instituto. Na análise do currículo são observados os registros sobre formação acadêmica, experiência profissional, produção autoral, prêmios pela atuação profissional e outras certificações correlatas, além de comprovação documental.

Já a ANBIMA certifica mediante aprovação em exame. Assim o Conselheiro Suplente do Conselho Deliberativo prestou prova para o CPA-20 (Certificação Profissional ANBIMA – Série 20). O candidato tem que ter no mínimo 70% de acertos de 60 questões pertinentes ao Sistema Financeiro Nacional.

Os dirigentes certificados por experiência com ênfase em administração pelo Instituto de Certificação Institucional e dos Profissionais de Seguridade Social -ICSS:

Dirlei Matos de Souza, membro Titular do Conselho Deliberativo – Presidente

Ricardo Capelli, membro Titular do Conselho Deliberativo – Vice -Presidente

Os Conselheiros certificados por prova pela ANBIMA- Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais – CPA – 20:

Ricardo Altair Schwarz, membro titular do Conselho Deliberativo

Michel Bueno Giacobo, membro suplente do Conselho Deliberativo

A Diretoria Executiva agradece o empenho dos conselheiros já certificados, bem como, de mais quatro conselheiros (Fiscal e Deliberativo) que estão em processo de certificação junto ao ICSS e a ANBIMA. A certificação de conselheiros é fundamental para o avanço de governança da atual gestão.

QUALIFICAÇÃO DE GESTORES E EMPREGADOS

O papel desempenhado pelas Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC é de extrema importância, considerando seu caráter social e pela formação de poupança de longo prazo. Diante disso, a administração das EFPC deve ser norteada pela ética, prudência, transparência, bem como estar qualificada e atualizada sobre as bases do Regime de Previdência Complementar Fechado – suas características, aspectos legais, de operação e gestão dos planos e, especialmente, suas vantagens e importância tanto para os Patrocinadores quanto para os participantes e para a economia do País.

Neste contexto, em 2019, nas reuniões dos Conselhos Deliberativo e Fiscal manteve-se o ciclo de capacitação interna. Em todas as reuniões dos conselhos, abriu-se espaço para palestras, apresentação de vídeos e debates com até uma hora de duração com um tema focado na gestão das Entidades Fechadas de Previdência Complementar.

Além da capacitação interna, os membros da Diretoria Executiva e dos Conselhos, bem como os empregados da Fundação participaram de cursos e treinamentos promovidos pela Associação Rio-Grandense de Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Tchê Previdência, Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – ABRAPP e da Associação Nacional dos Contabilistas das Entidades de Previdência ANCEP, entre outras entidades.

Em 2019, foi implantado e realizado pela primeira vez o processo de avaliação por competência dos empregados da FAPERS. Com base no resultado dessa avaliação, foi elaborado o Plano de Desenvolvimento Individual -PDI, que visa a atualização e/ou qualificação dos conhecimentos e habilidades dos empregados da FAPERS, em consonância com o Sistema de Gestão de Pessoas por Competências e o Planejamento Estratégico da gestão 2017-2020. A implantação do PDI é um marco na gestão de recursos humanos da Fundação.

Entre os eventos de capacitação, destaca-se a presença da FAPERS na 40ª edição do Congresso Brasileiro da Previdência Complementar Fechada, promovido pela Associação Brasileira das Entidades Fechadas de Previdência Complementar - ABRAPP. Em 2019, abordou o tema “Protagonismo em um Mundo Sem Fronteiras”, enfatizando a importância da Previdência Complementar Fechada como protagonista diante de um ambiente de mudanças aceleradas em todos os campos.

A participação da FAPERS, assim como de outras associações previdenciárias em um evento desse segmento é de extrema importância, uma vez que visa preparar-se para a nova Previdência que se anuncia a partir das transformações observadas na sociedade brasileira; dentre essas: o avanço das tecnologias, as transformações nas relações do trabalho com informalidade, terceirização e ocupações menos longevas, associadas com a alteração demográfica da população brasileira aliadas a um contexto econômico de baixa histórica de taxa de juros e inflação.

A Diretoria Executiva da FAPERS, ao fazer um balanço das informações recebidas durante o 40º Congresso, entende que que a gestão 2017-2020 está alinhada com o novo cenário da previdência, bem como focada nas demandas dos seus participantes.

A participação da FAPERS no

10º Encontro de Previdência Complementar – Região Sul, também merece destaque. O encontro foi organizado pela Previpar, com o apoio da Abrapp, do Sindapp, ICSS, Tchê Previdência e ASCPrev, e aconteceu em Curitiba/PR, entre os dias 08 e 10/05/19.

No público de cerca de 400 pessoas, estavam a Diretoria Executiva e membros do Conselho Deliberativo e Fiscal da FAPERS. A programação da 10ª edição do Encontro de Previdência Complementar contemplou temas atuais para a modernização e aprimoramento da gestão das entidades e seus planos de previdência, diante dos desafios impostos pela revolução 4.0.

Dirigentes e conselheiros da TCHÊ Previdência e suas associadas (FAPERS, INDUSPREVI, FunCorsan, Fundação Família Previdência, ISBRE e OABPREV-RS) no 10º Encontro de Previdência Complementar em Curitiba.

Tchê Previdência

FAPERS NA TCHÊ PREVIDÊNCIA

A Associação Rio-Grandense de Entidades Fechadas de Previdência Complementar - Tchê Previdência foi criada em 2012, e tem como objetivo estimular o segmento de previdência complementar no RS, congregando as entidades fechadas com a sociedade, despertando o interesse pela formação de poupança de longo prazo, por meio da educação financeira e previdenciária; contribuindo para o fortalecimento da governança e para a evolução do nível de qualidade de vida das pessoas.

A FAPERS, juntamente com outras Entidades Fechadas de Previdência Complementar do Rio Grande do Sul, participa como associada da Tchê Previdência, além de compor a Diretoria Executiva para o biênio 2019/2020:

Cezar Henrique Ferreira, Diretor Presidente e também Diretor Superintendente da FAPERS; Álvaro Roque Kern Junqueira, Diretor Executivo e também Diretor de Seguridade da FAPERS e Gilmar Caldas Peres, Diretor Executivo e Contador da INDUSPREVI.

Um dos objetivos da TCHÊ Previdência é contribuir com a qualificação do sistema, oferecendo e/ou apoiando a realização de eventos de capacitação, em complementação às iniciativas nacionais, com custo mais baixo e maior proximidade das suas associadas. Esses eventos de capacitação, via de regra agregam pontos para o Programa de Educação Continuada do

ICSS visando à certificação de Dirigentes e Conselheiros, exigência regulamentar do sistema. No último ano, os eventos promovidos diretamente ou com apoio da TCHÊ somaram 44 pontos. Entre os eventos realizados em 2019, destaca-se o treinamento intitulado Impactos e Aplicação da Lei Geral De Proteção de Dados às EFPC.

A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), Lei nº 13.709/2018, regula as atividades de tratamento de dados pessoais e disciplina diversos valores, como o respeito à privacidade, à autodeterminação informativa, à liberdade de expressão, de informação, de comunicação e de opinião, à inviolabilidade da intimidade, da honra e da imagem; ao desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação, à livre iniciativa, livre concorrência e defesa do consumidor e aos direitos humanos liberdade e dignidade das pessoas.

COMITÊ DE CONTROLES INTERNOS

Os princípios e regras a serem observados no âmbito da gestão, controles internos e governança corporativa das Entidades estão dispostos na Resolução CGPC 13, de 1º de outubro de 2004.

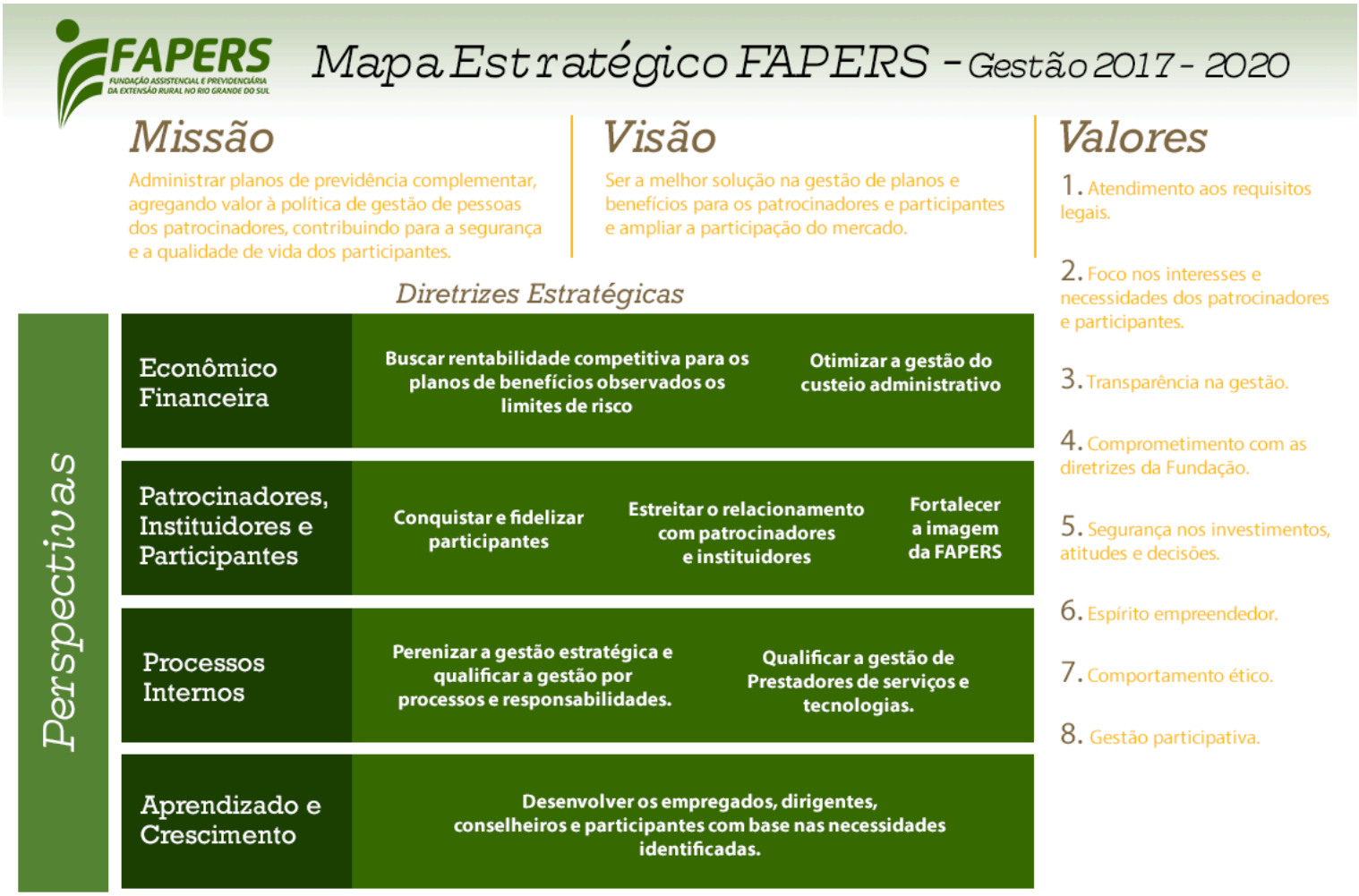
Para atender às regras estabelecidas na legislação, as entidades fechadas de previdência complementar – EFPC devem desenvolver controles internos que permitam às Entidades a gestão dos riscos aos quais estão expostas dentro de prévia definição dos níveis considerados aceitáveis de exposição. Neste contexto, a Fundação utiliza como instrumento de gestão e controle a Matriz de Risco, que está direcionada para a solução das carências de controles operacionais da entidade, garantindo as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez aos seus participantes e patrocinadores.

O monitoramento da Matriz de Risco é realizado pelo Diretoria Executiva e pelo Comitê de Controles Internos, o que tem como objetivo avaliar se os princípios, regras, práticas de governança e controles internos estão adequados aos riscos inerentes ao segmento de Previdência Privada e se os riscos dos Planos de Benefícios geridos pela FUNDAÇÃO estão aderentes às políticas internas da Entidade, a legislação em vigor e dimensionados na Matriz de Risco aprovada pelos Órgãos Estatutários.

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA GESTÃO 2017-2020

Diante do desafio de administrar uma fundação com 38 anos de atuação no mercado e um patrimônio superior a R$ 570 milhões, a Diretoria Executiva, em 2019, revisou o Planejamento Estratégico da Gestão 2017-2020, atualizando os objetivos estratégicos, definindo indicadores estratégicos, bem como monitorou os mesmos em reuniões bimensais.

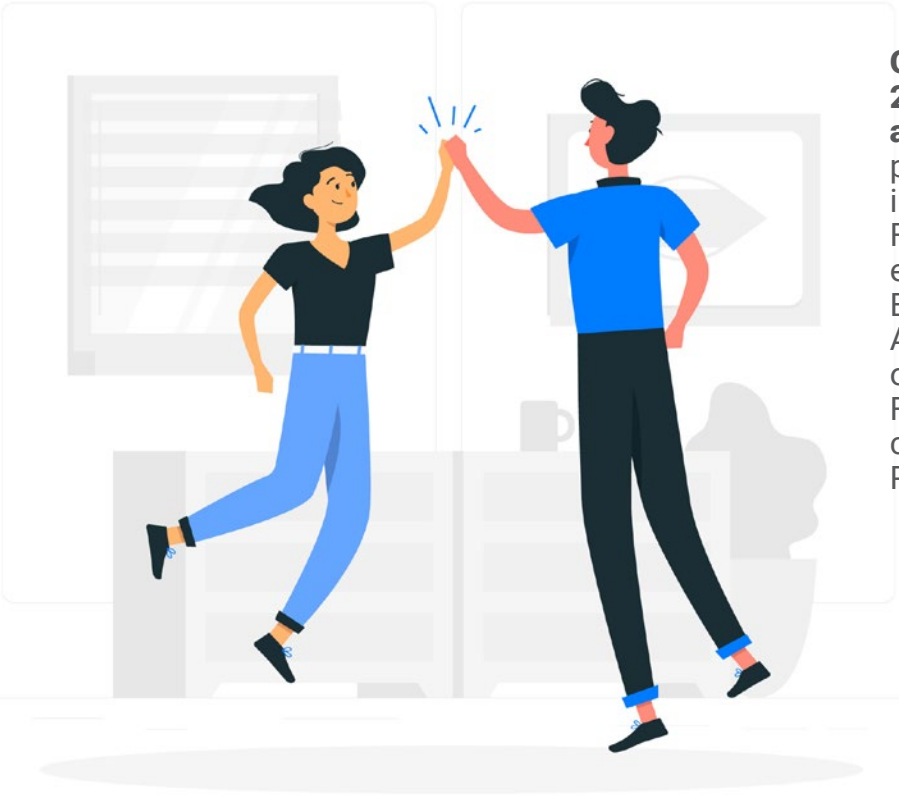
O Mapa Estratégico atualizado está disponível no site www.fapers.org.br no ícone Institucional:



Em 2019, o foco da gestão foi a reestruturação e o mapeamento dos processos e fluxos de trabalho, buscando a transparência, inovação, simplificação e modernização da gestão da entidade.

Outro ponto de destaque em 2019 foi a avaliação da solução ERP (*Enterprise Resource Planning* ou Sistema Integrado de Gestão Empresarial) atual e análise das disponibilidades no mercado que possam melhor atender as demandas da Fundação.

A Diretoria Executiva contratou a empresa Menthor Consultoria e Capacitação Empresarial Ltda, especializada na consultoria e assessoria em tecnologia da informação, que avaliou a solução ERP atual, bem como dos serviços *online* disponibilizados aos participantes e assistidos (simuladores de benefícios, extrato de contribuições, demonstrativo de pagamento, etc). Diante do diagnóstico apontado pela consultoria Menthor, a Diretoria Executiva implantará no decorrer do primeiro semestre de 2020 ações quanto a melhoria e/ou substituição de ERP.



Quanto ao Plano de Comunicação, para 2019, foram destaques as seguintes ações: Campanhas de adesão de novos participantes, pesquisa de satisfação e interesse visando a implantação de Plano Família para familiares de participantes e assistidos, disponibilização de curso EAD via Plataforma de ensino Mirador Academy de forma gratuita, para todos os participantes ativos e assistidos da FAPERS durante um mês em parceria com a EMATER/RS-ASCAR e a TCHÊ PREVIDÊNCIA.

O tema Planejamento Estratégico foi recorrente em todas as reuniões em que a Diretoria Executiva Gestão 2017-2020 esteve presente, reafirmando seu compromisso em atender os dispositivos legais e os padrões de Governança Corporativa, com transparência, para que os participantes e Patrocinador acompanhem o desempenho dos planos administrados pela Fundação, fortalecendo a mesma, como fundamental política de recursos humanos da EMATER/RS-ASCAR.

CAMPANHAS DE ADESÃO

Visando a adesão de novos participantes ao Plano de Benefícios Prever, foram realizadas respectivamente em julho e dezembro novas campanhas de adesão. Com cards dinâmicos e atrativos visualmente, foram apresentadas vantagens de adesão aos planos, enfatizando o planejamento econômico do futuro.

Scaneie o código com seu celular e confira a campanha

Scaneie o código com seu celular e confira a campanha

CURSO DE FINANÇAS PESSOAIS

No mês de setembro, a FAPERS, em parceria com a EMATER/RS – ASCAR, disponibilizou de forma online e gratuita para seus participantes, assistidos e empregados um curso EAD sobre Finanças Pessoais.

O curso disponibilizado através da plataforma “Mirador Academy” teve um total de:

> 312 acessos à plataforma
> 200 cadastros
> 30 certificados emitidos

Scaneie o código com seu celular e confira o vídeo

PESQUISA BENEFÍCIO DE RISCO

Uma das ações elencadas no Planejamento estratégico da FAPERS tem relação com a possibilidade de implementar benefícios de risco no plano Prever. Com este objetivo, no segundo semestre de 2019 a entidade realizou uma pesquisa para investigar a opinião dos participantes do plano PREVER quanto à importância e interesse da inclusão destes benefícios.

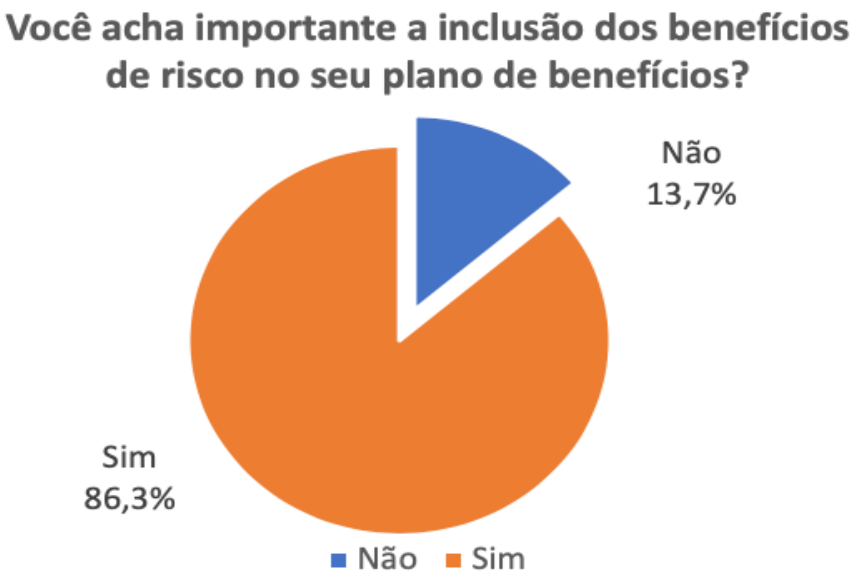
A pesquisa observou padrões técnicos quanto ao método de coleta das informações, processo amostral, incluindo tamanho da amostra e respectiva margem de erro bem como para o processamento de informações e análises estatísticas.

- **período de 13 de novembro a 08 de dezembro**
- **95 entrevistas válidas**
- **margem de erro máxima de 9,5 pontos percentuais para mais ou para menos**

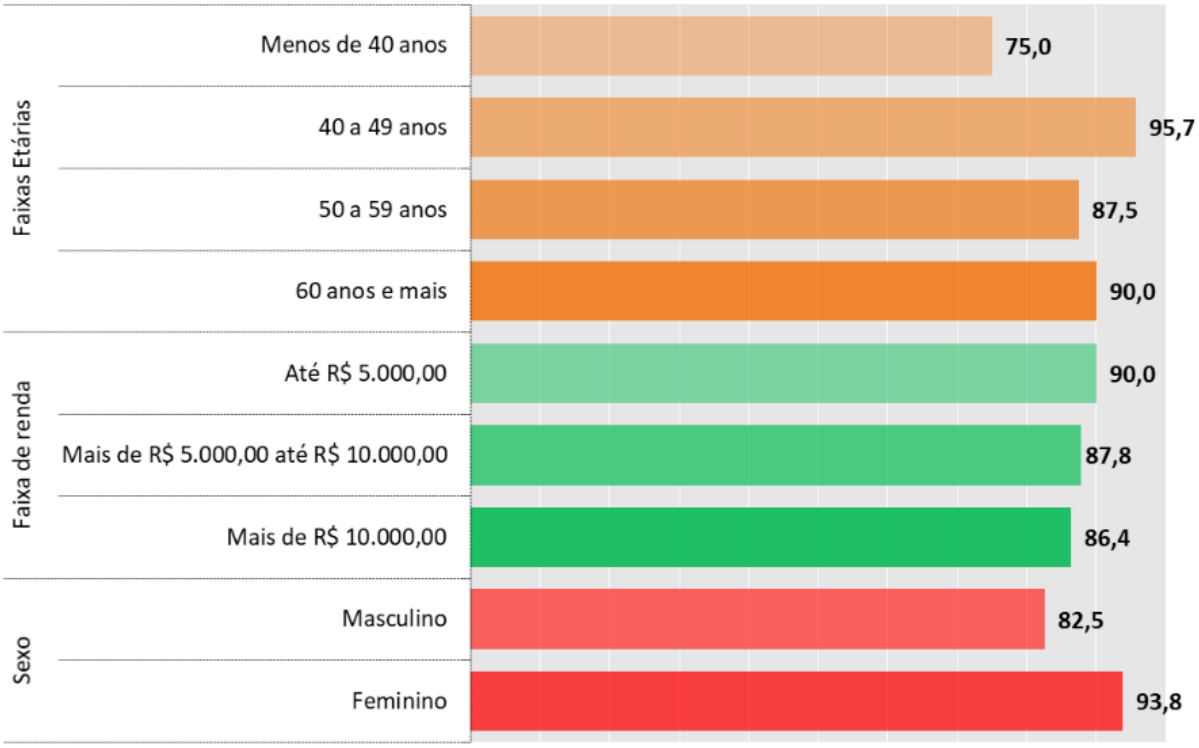
Além dos resultados da pesquisa, foram apresentadas também análises conjuntas entre as variáveis sócio-demográficas e a variável de interesse principal (importância da inclusão de benefícios de risco no plano).

Veja abaixo os principais resultados da pesquisa:

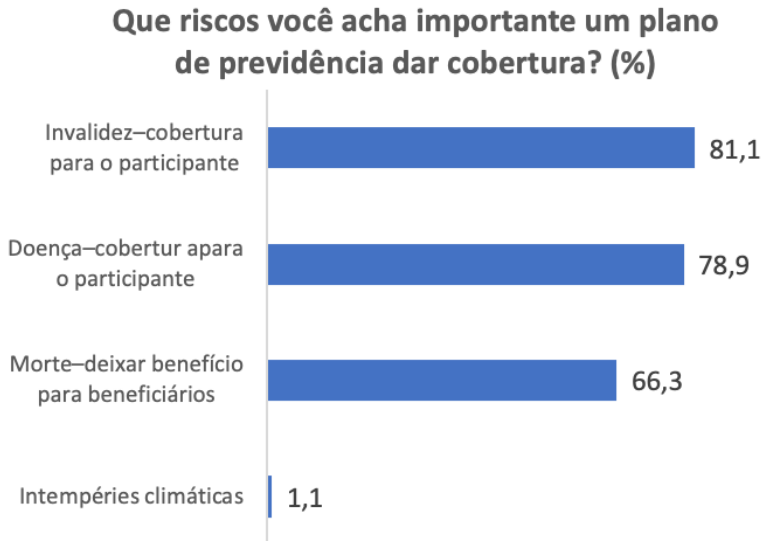
86,3% dos respondentes do plano PREVER consideram importante a inclusão de cobertura de risco no plano



Distribuição de respostas SIM segundo variáveis sociodemográficas:



Cobertura para invalidez (81,1%) e doença (78,9%), destinados para o participante, são os riscos considerados mais importantes para o plano de previdência

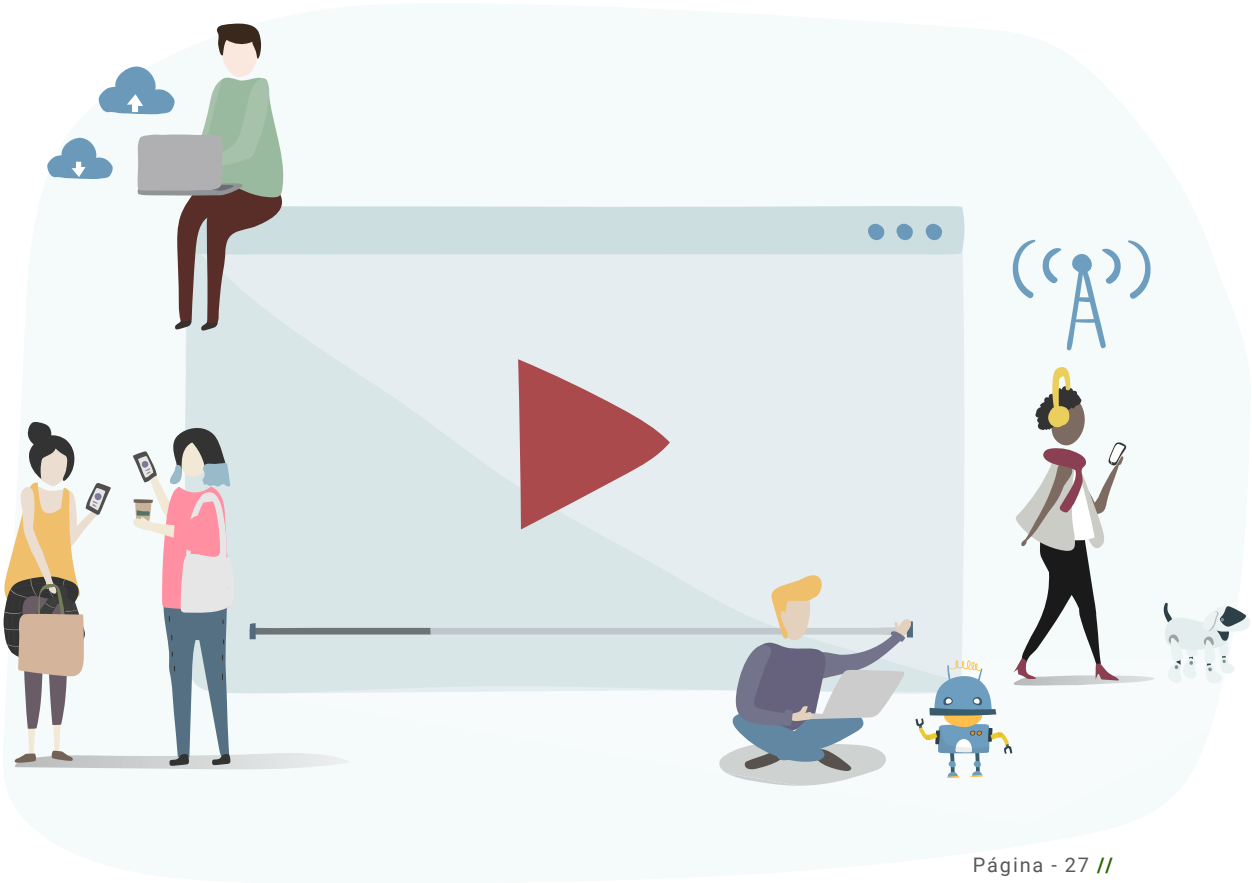


O resultado da pesquisa, bem como as alternativas para implementação destes benefícios estão sendo avaliadas pela Diretoria Executiva e Conselho Deliberativo. No caso de sua implementação, a adesão será facultativa.

VÍDEO INSTITUCIONAL

Visando a adesão de novos participantes ao Plano Prever, foi elaborado um Vídeo Institucional de comemoração dos 38 anos da FAPERS. Integrado ao cenário da Previdência Social atualmente, assim como o aumento da expectativa de vida, no vídeo foram apresentados os planos de benefícios disponibilizados pela Fundação, pontuando as vantagens de adesão.

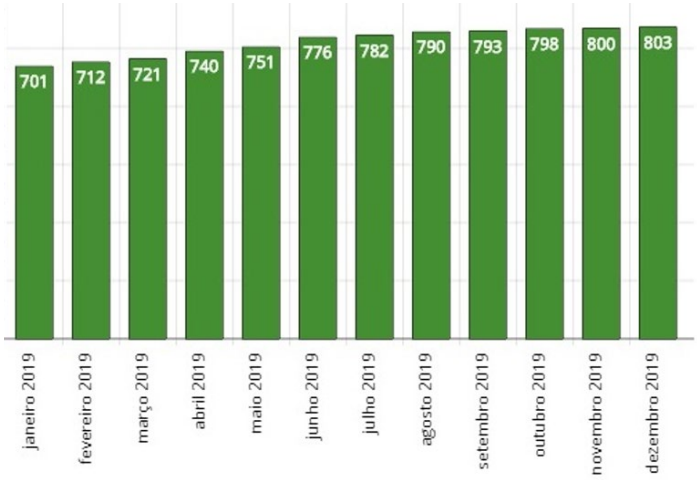
Scaneie o código com seu celular e confira o vídeo



PÁGINA *FACEBOOK*

Durante o ano de 2019 a página da Fundação no *Facebook* teve

> 367 novas curtidas
(em relação à 2018)
> 1194 novas visualizações



@
FAPERSoficial

Scaneie o código com seu celular e siga a página

NEWSLETTER MENSAL

A FAPERS envia mensalmente a seus participantes um Boletim *Online* em formato *Newsletter* que contém informações relacionadas ao segmento da Fundação e de interesse dos participantes. Dentre as informações disponibilizadas, estão matérias sobre finanças, gestão e educação financeira e previdenciária.

Durante o ano de 2019 foram postadas:

> 10 matérias sobre Gestão da Fundação
> 6 matérias sobre Informações dos Benefícios
> 9 matérias sobre Boletim de Investimentos
> 2 matérias sobre Educação Financeira

DIRETORIAS DA FAPERS E EMATER/RS-ASCAR REALIZAM REUNIÃO DE TRABALHO

Foto: Rogério Fernandes

Em 2019, a Diretoria Executiva e o Presidente do Conselho Deliberativo da FAPERS foram recebidos pela Diretoria e pelo Chefe de Gabinete da EMATER/RS-ASCAR.

Na pauta, temas referente a gestão e governança da Fundação, com o foco nos encaminhamentos necessários entre as duas entidades até março/2020. A Diretoria da EMATER/RS-ASCAR tomou conhecimento também do Planejamento Estratégico da gestão 2017-2020.

DIA DE CAMPO – SAÚDE E SEGURANÇA DO TRABALHADOR 2019

A FAPERS esteve presente nos eventos intitulados Dia de Campo – Saúde e Segurança do Trabalhador 2019, nos quais foi apresentado o cenário da Fundação, assim como uma síntese dos principais acontecimentos ao longo dos seus 38 anos. Também foi apresentado o Planejamento Estratégico da Gestão 2017-2020, assim como atividades realizadas durante o ano de 2019, além de vantagens de adesão ao Plano Prever.

A Diretoria considera que a participação da Fundação nas reuniões dos Dias de Campo possibilita a aproximação com os participantes e prováveis novos participantes, a disseminação de uma consciência financeira e previdenciária, além de agregar valor à política de gestão de pessoas do Patrocinador ASCAR-EMATER/RS.

ENCONTRO ANUAL DA ASAPAS

Em 2019, a Associação dos Aposentados da ASCAR - ASAPAS realizou a 19ª edição do Encontro Estadual de Aposentados e Pensionistas.

O encontro tem como pauta debater temas de interesse dos seus associados, visando à qualidade de vida dos mesmos, bem como, a realização de atividades de integração e descontração.

Na abertura do evento, o Diretor Superintendente da FAPERS, Cezar Henrique Ferreira, e o Diretor

de Seguridade, Álvaro Roque Kern Junqueira, estiveram presentes e apresentaram uma síntese das principais ações e acontecimentos envolvendo a Fundação em 2019. Também mereceram destaque as estratégias de comunicação realizadas pela Fundação, além do Planejamento Estratégico 2017-2020, e a apresentação dos resultados positivos dos últimos anos, bem como os desafios para o futuro.

FAPERS SE REÚNE JUNTO AO CONSELHO DE REPRESENTANTES DA ASAE

O Diretor Superintendente Cezar Henrique Ferreira, e o Diretor de Seguridade Álvaro Roque Kern Junqueira, reuniram-se junto à Diretoria e Conselho de Representantes da Associação dos Servidores da ASCAR-EMATER/RS.

Na oportunidade, os diretores apresentaram um panorama da Fundação apontando a importância e o privilégio de se ter um plano de previdência junto a mesma, levando em consideração o atual contexto da reforma da previdência. Além desses pontos, foram apresentados assuntos pertinentes e de interesse dos participantes e assistidos da FAPERS.

COMISSÃO PERMANENTE

A Comissão da Permanente foi implantada em agosto de 2012, em um momento de reestruturação da FAPERS. Passados sete anos, a ação da Comissão estimula a ampliação do diálogo interinstitucional, bem como, fortalece a transparência e o monitoramento da gestão corporativa.

A Comissão está composta pelos representantes das Associações, Sindicatos e outras organizações formais que representam as diferentes classes de trabalhadores da extensão rural: AGC – Associação Gaúcha dos Classificadores, AESR – Associação das Extensionistas Sociais Rurais do RS, ASAE – Associação dos Servidores da ASCAR/EMATER-RS, ASAPAS – Associação dos Aposentados da ASCAR, SEMAPI - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul, SENGE/RS – Sindicato dos Engenheiros no RS, SIMVETRS – Sindicato dos Médicos Veterinários no Estado do Rio Grande do Sul e SINTARGS – Sindicato dos Técnicos Agrícolas do Rio Grande do Sul e da Diretoria Executiva da Fundação.

Em 2019, a Comissão Permanente esteve reunida em duas oportunidades. Na pauta de cada reunião, a Diretoria Executiva apresentou o panorama e resultados da Fundação, as ações previstas ou implementadas em consonância com o planejamento estratégico, reafirmando seu compromisso em atender os dispositivos legais e os padrões de governança estratégica, com foco na transparência, fortalecendo a FAPERS como fundamental política de recursos humanos da EMATER/RS-ASCAR.

Foto: 35ª Reunião da Comissão Permanente

AÇÕES JUDICIAIS

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade. Conforme disposto na Resolução CPC nº 25 de 26/09/2009, são três os tipos de probabilidade de perda dos processos, como segue:

- Remota:

Eventos julgados pela assessoria jurídica como decisão desfavorável, não havendo obrigatoriedade de reconhecimento contábil e de registro em notas explicativas;

- Possível:

Eventos julgados pela assessoria jurídica como perda possível, não há obrigatoriedade de registro contábil, mas deverão ser citados em Notas Explicativas;

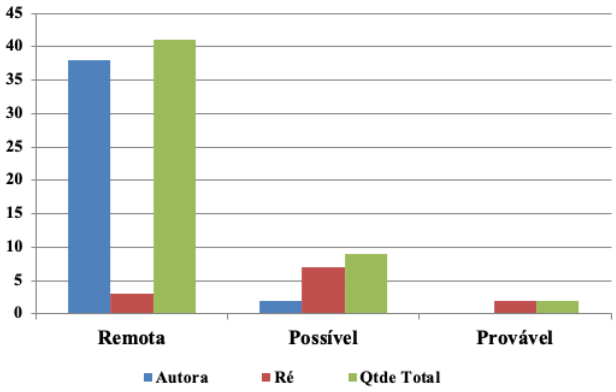
- Provável:

Eventos julgados pela assessoria jurídica como perda provável, sendo obrigatório o registro de provisão contábil e a menção em Notas Explicativas.

Abaixo segue quadro consolidado da quantidade de processos em relação à exposição ao grau de risco. Cabe destacar que do total de processos a sua maioria encontra-se com probabilidade de risco "remota":

RESUMO DOS PROCESSO JUDICIAIS

Descrição	FAPERS		
Grau de Risco	Autora	Ré	Qtde Total
Remota	38	3	41
Possível	2	7	9
Provável	0	2	2
Total	40	12	52

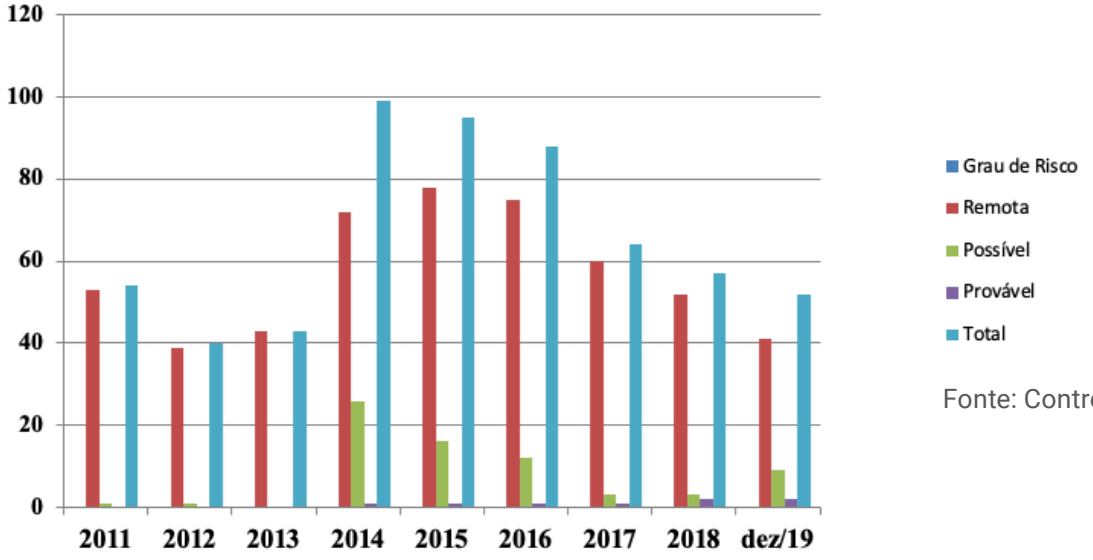


Fonte: Controladoria

A Diretoria Executiva, Gestão 2017-2020, tem atuado com o foco na redução do contencioso, bem como na recuperação dos valores provisionados como perda, conforme pode-se constatar no quadro abaixo:

EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS JUDICIAIS									
Anos / Grau de Risco	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	dez/19
Remota	53	39	43	72	78	75	60	52	41
Possível	1	1	0	26	16	12	3	3	9
Provável	0	0	0	1	1	1	1	2	2
Total	54	40	43	99	95	88	64	57	52

Obs.: Do total do processos vigentes em Dez/2019, 75% representa empréstimos e 25% previdencial.



Fonte: Controladoria

A FAPERS está à disposição para prestar esclarecimentos que evitem processos na justiça. Em caso de dúvidas e questionamentos, os participantes e assistidos podem procurar a Fundação para as devidas explicações, evitando assim, demandas judiciais, cujos custos são rateados para todos os participantes.

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

Seu futuro está em nossos Planos

Fonte de dados: Núcleo de Gestão dos Planos

GESTÃO PREVIDENCIÁRIA

A FAPERS proporciona aos empregados da Emater/RS Ascar a possibilidade de uma complementação de renda através do benefício de aposentadoria complementar. Ao longo dos anos a Fundação evoluiu, vencendo obstáculos e adaptando-se constantemente aos novos desafios.

A reforma da previdência oficial, ocorrida no ano de 2019, reforça a importância de se investir em previdência complementar.

Administrando quatro planos de benefícios, sendo o Plano Prever o único aberto ao ingresso de novos participantes, a FAPERS apresenta aos participantes, assistidos/pensionistas e à sociedade em geral os números da gestão previdenciária do ano de 2019, demonstrando a importância desta que é uma importante ferramenta da política de gestão de pessoas da Emater/RS Ascar.

OS NÚMEROS DA FAPERS NOS ÚLTIMOS ANOS:

EVOLUÇÃO DOS PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS

Ano	Participantes	Assistidos	Total
2015	1.699	818	2.517
2016	1.637	855	2.492
2017	1.619	822	2.441
2018	1.635	821	2.456
2019	1.628	838	2.466

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

É importante observar que uma leitura aritmética dos números pode levar a conclusões equivocadas. O número real de ingresso de novos participantes está descrito no item 2.5 – Novos Participantes.

Ser participante de um Fundo de Pensão patrocinado é um privilegio para poucos.

O Patrocinador ASCAR oferece através da FAPERS uma oportunidade que, se entendida pelo novo empregado no momento do seu ingresso, garante a tranquilidade de uma aposentadoria segura à sua família.

PLANO DE BENEFÍCIO I - PBD-I

O Plano de Benefício I – PBD-I criado em 1981 e fechado desde 2000, se mantém equilibrado com 12 assistidos, 1 pensionista e 1 participante.

PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO

O Plano de Benefícios II – Plano Misto, fechado desde 2018, encerrou o ano de 2019 com 707 participantes, 431 assistidos e, ainda, 56 pensionistas.

PLANO GERAL SALDADO - PGS

O Plano Geral Saldado, fechado desde 2009, apresenta anualmente movimentação devido às aposentadorias. Encerra o ano de 2019 tendo como números finais de 476 assistidos em gozo de benefício continuado ou pensão, 135 participantes e 65 pensionistas.

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER

O Plano PREVER conta atualmente com 922 participantes, 88 assistidos/pensionistas em gozo de benefício continuado ou pensão.

Os quatro Planos apresentam, portando, a seguinte distribuição:

DISTRIBUIÇÃO DOS PARTICIPANTES 2019

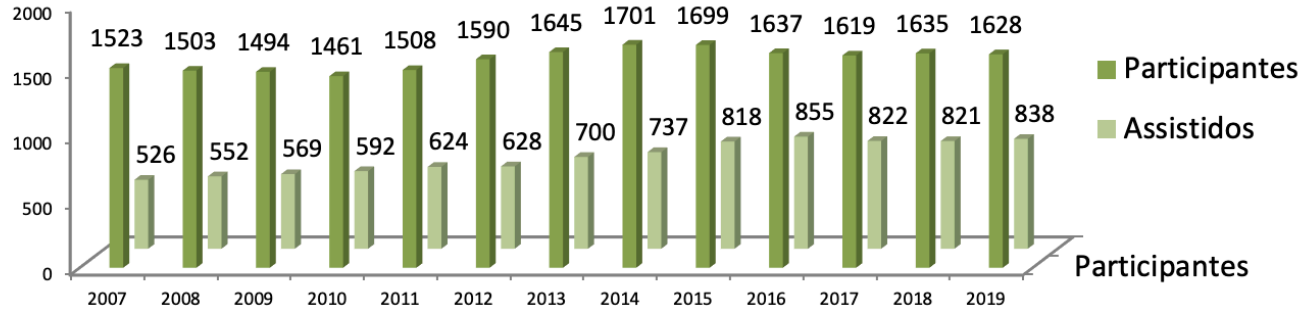
Situação / Plano	PBD I	Misto	PGS	Prever	Total
Participantes	1	603	-	904	1.508
Aguardando Benefício	-	-	135	-	135
A espera de institutos	-	13	-	-	13
Autopatrocinados	-	4	-	2	6
Auxílio Doença	-	2	-	-	2
Licença sem Remuneração	-	5	-	3	8
Suspensos	-	80	-	13	93
Beneficio Proporcional Diferido	-	-	-	-	-
Assistidos	12	430	475	80	997
Aguardando Concessão Pensão	-	1	1	-	2
Pensionistas	1	56	65	8	130
TOTAL	14	1.194	676	1.010	2.894

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

SOLIDEZ E LONGEVIDADE DOS PLANOS:

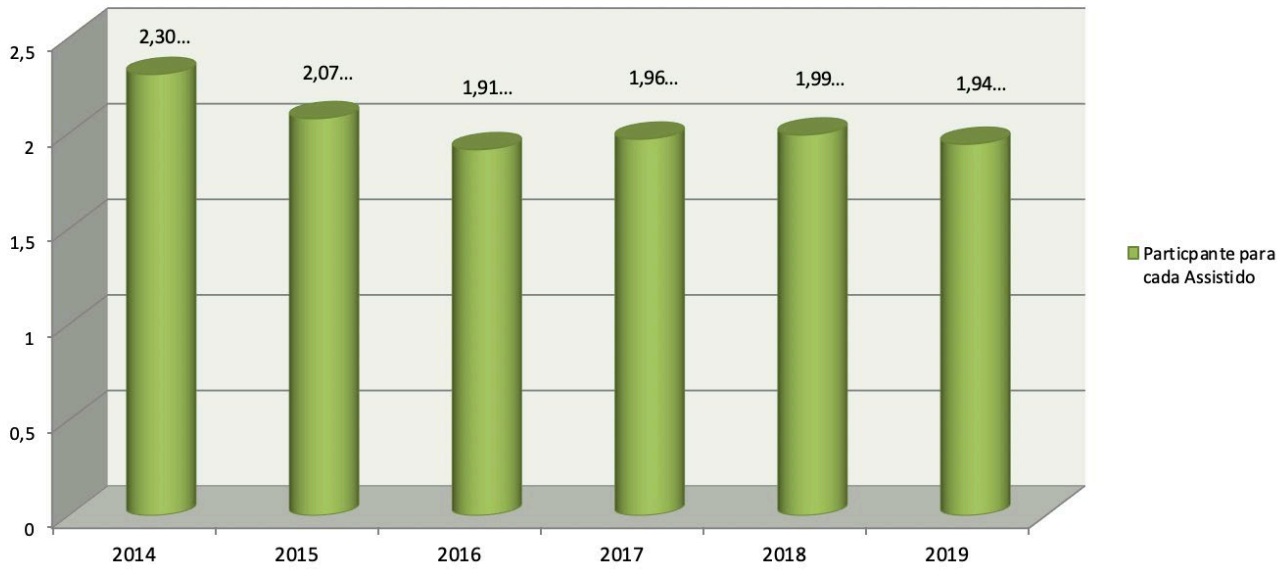
A seguir apresentamos o desempenho dos planos durante o ano de 2019, ressaltando que o único plano aberto ao ingresso de participantes é o plano Prever.

PARTICIPANTES ATIVOS E ASSISTIDOS



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

PARTICIPANTE PARA CADA ASSISTIDO



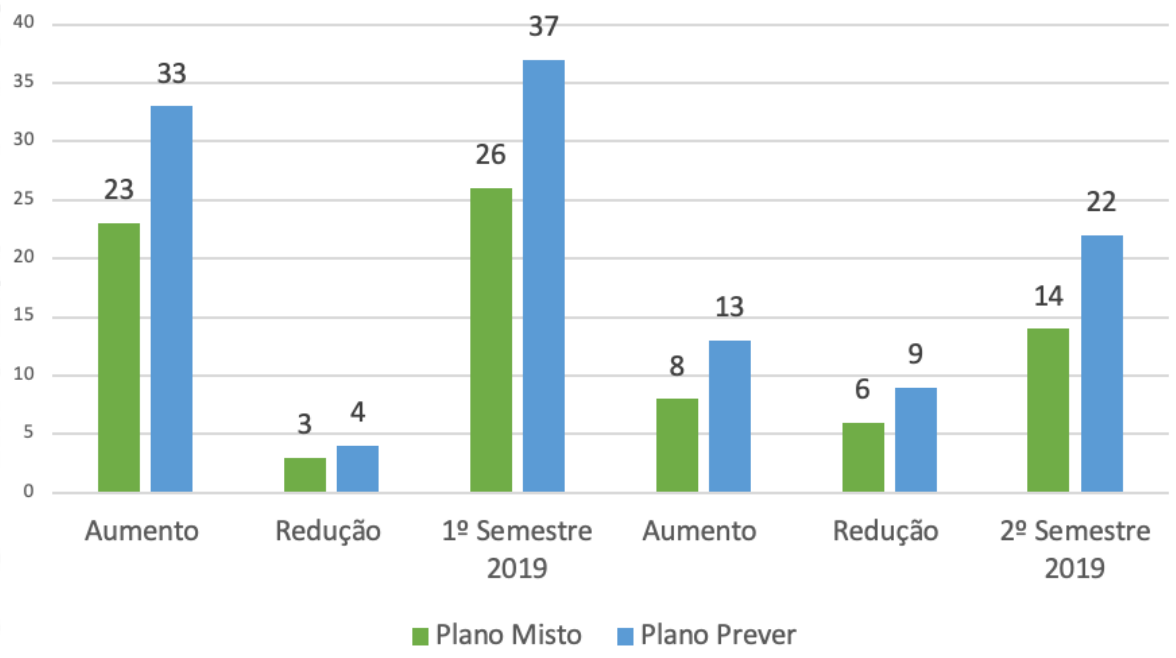
Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

PENSAR PREVIDÊNCIA É ESTAR ATENTO PARA NA HORA OPORTUNA DESFRUTAR MAIS.

Com o objetivo de permitir aos participantes dos planos Misto e Prever um melhor planejamento de sua futura aposentadoria, é possível alterar o percentual de contribuição nos meses de junho e dezembro. Esta possibilidade proporciona aos participantes também, um melhor manejo de suas finanças pessoais com a adequação de suas contribuições ao orçamento familiar.

Além da alteração de percentual, os participantes têm a possibilidade de realizar até duas contribuições adicionais por ano com o objetivo de aumentar seu saldo de contas e, por consequência aumentar o valor do benefício futuro.

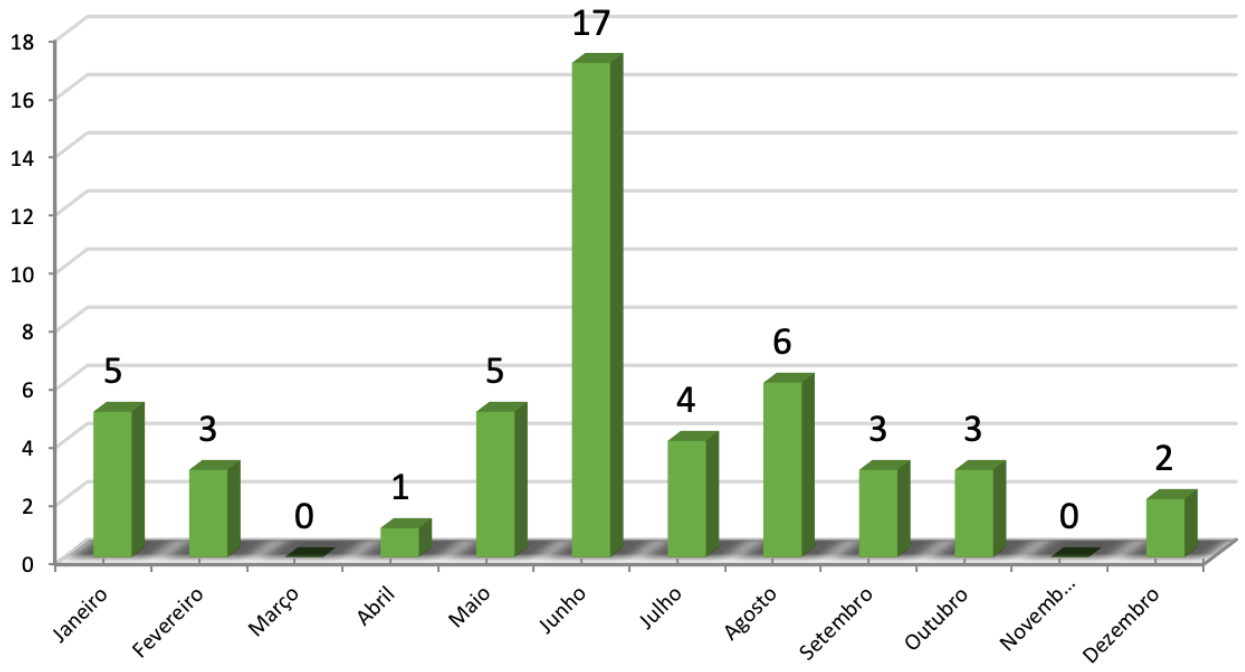
Em 2019 os percentuais de aumento/redução de contribuições ordinárias podem ser acompanhados no quadro abaixo:



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

INGRESSO DE NOVOS PARTICIPANTES:

O quadro abaixo mostra mês a mês a adesão de 49 novos participantes na FAPERS:



Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

É importante destacar que desde junho/2016, as novas adesões ocorrem somente no Plano Prever. Os Planos de benefícios sofrem oscilações devido a processos de desligamento de participantes ou concessões de benefícios aos participantes.

FLUXO PREVIDENCIÁRIO POR PLANO

Na sequência apresentamos a movimentação financeira ocorrida nos planos de benefícios no ano de 2019.

FLUXO PREVIDENCIÁRIO 2019

Adições	R$
Plano Benefício I - PBD I	214.725,79
Plano Benefício II - Plano Misto	8.440.584,55
Plano Geral Saldado	10.603.258,63
Plano Prever	11.598.468,77
Total de Adições	**30.857.037,74**
Deduções	
Plano Benefício I - PBD I	841.181,96
Plano Benefício II - Plano Misto	10.754.483,73
Plano Geral Saldado	22.998.981,25
Plano Prever	5.552.121,25
Total de Deduções	**40.146.768,19**

Fonte: Núcleo de Gestão dos Planos

* Adições: contribuições, remunerações de contribuições em atraso e de contribuições contratadas do plano de benefícios previdencial, bem como recursos oriundos de migrações, portabilidade entre planos e outras;

** Deduções: benefícios previdenciários, recursos destinados a resgate, migrações, portabilidade entre planos e outras;

EVOLUÇÃO DO PASSIVO ATUARIAL DA FAPERS

As principais hipóteses adotadas na reavaliação atuarial de 2019 foram:

PLANO DE BENEFÍCIO I - PBD-I

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros de 4,19% de janeiro a novembro/2019 e 4,09% em dezembro/2019;
Tábua de Mortalidade Geral – AT-2000 suavizada em 10%.

PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros – 5,31% de janeiro a novembro/2019 e 5,00% em dezembro/2019;
Tábua de Mortalidade Geral - AT 2000;
Tábua de Entrada em Invalidez – ÁLVARO VINDAS;
Tábua de Mortalidade de Inválidos – AT 49.

PLANO GERAL SALDADO - PGS

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros – 5,30% de janeiro a novembro/2019 e 5,13% em dezembro/2019;
Tábua de Mortalidade Geral – AT 2000.

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER

Composição de Família de Pensionistas - experiência regional;
Indexador do Plano (Reajuste dos Benefícios) - INPC;
Taxa Real Anual de Juros – 5,31% de janeiro a novembro/2019 e 5,00% em dezembro/2019;
Não utiliza Tábua de Mortalidade.

SITUAÇÃO DOS PLANOS PREVIDENCIÁRIOS DA FAPERS EM 2019

PLANO DE BENEFÍCIO I – PBD-I

A situação financeira-atuarial do Plano de Benefício I - PBD-I da FAPERS apresentou, em 31/12/2019, um *Superávit* Técnico Acumulado de R$ 2.505.128,43, equivalente a 18,13% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 13.815.405,16, demonstrando o pleno equilíbrio do plano.

***Superávit* R$ 2.505.128,43**

18,13% do Ativo Líquido

PLANO GERAL SALDADO - PGS

A situação financeira e atuarial do Plano Geral Saldado - PGS da FAPERS apresentou, em 31/12/2019, um *Déficit* Técnico Acumulado de R$ 6.988.088,22, equivalente a 2,66% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 262.394.783,61.

***Déficit* R$ 6.988.088,22**

2,66% do Ativo Líquido

PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO

A situação financeira–atuarial do Plano de Benefícios II – Plano Misto apresentou, em 31/12/2019, um *Superávit* Técnico Acumulado de R$ 3.759.762,19 equivalente a 1,87% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 201.127.130,21, demonstrando equilíbrio do plano.

***Superávit* R$ 3.759.762,19**

1,87% do Ativo Líquido

PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER

O Plano PREVER apresenta, em 31/12/2019, Equilíbrio Técnico nulo, uma vez que o Patrimônio de Cobertura do Plano corresponde exatamente ao valor das Provisões Matemáticas avaliadas em R$ 138.920.785,76.

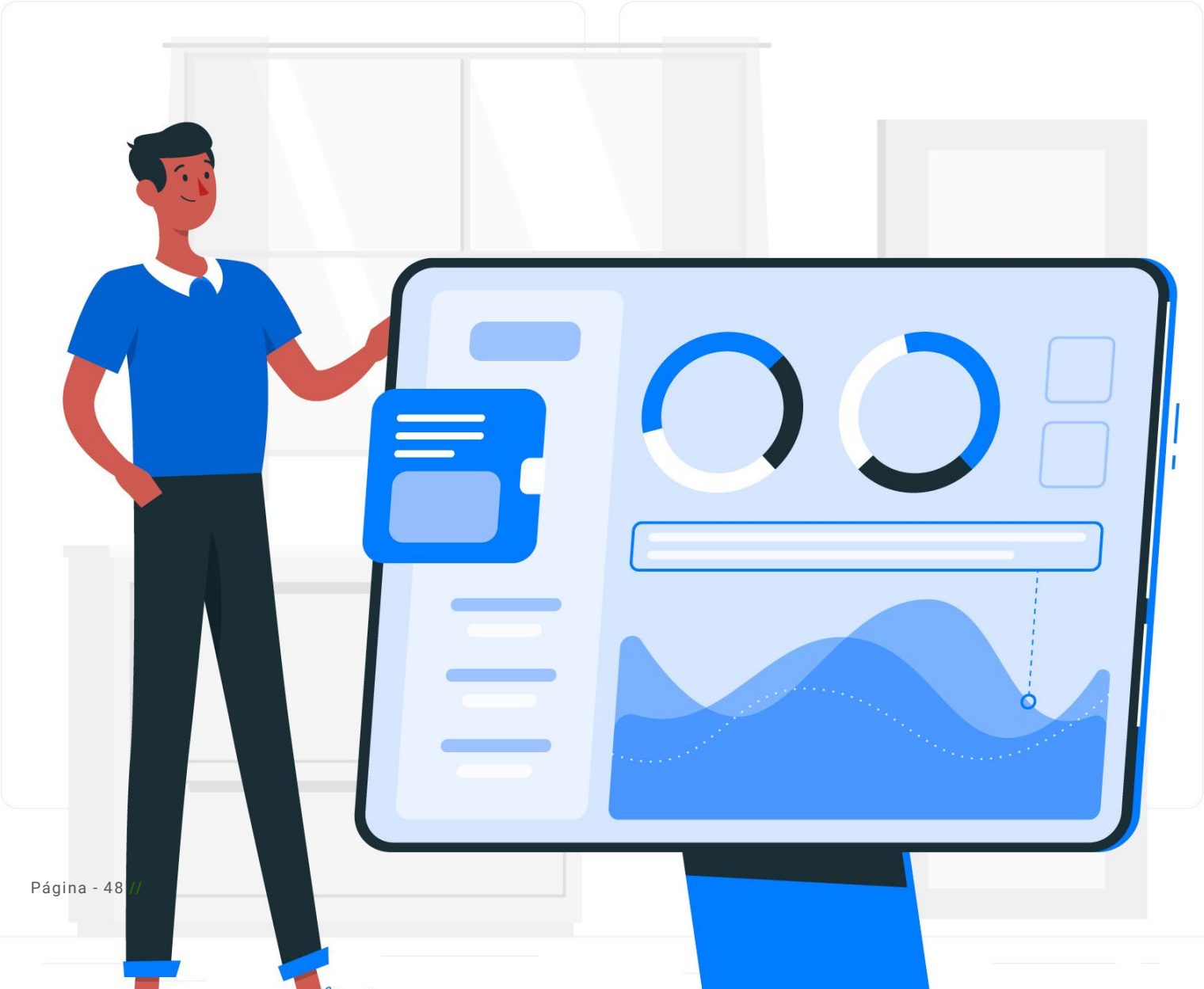
17,57% rentabilidade em 2019

10,03% meta de rentabilidade

A Rentabilidade nominal líquida obtida ao longo de 2019, foi de 17,57%, calculada e acumulada mensalmente com base na variação da cota do plano, bem superior à meta de rentabilidade do plano aprovada pelo Conselho Deliberativo neste mesmo período, que foi de 10,03%, apurada pela variação da inflação (4,31%) mais a taxa de juros do plano (5,30%).

GESTÃO DE INVESTIMENTOS

Fonte de dados: Núcleo de Investimentos



CENÁRIO ECONOMICO 2019 - UM ANO ASSIMÉTRICO

O ano de 2019 merece ser separado em dois momentos distintos e assimétricos. O primeiro momento é que o primeiro semestre do ano termina em maio, marcado por volatilidade alta e ganhos modestos nos ativos de risco enquanto o segundo semestre é assinalado por um entusiasmo nos ativos de risco, e quedas recordes nas taxas de juros.

Entre janeiro e maio, o ano foi marcado pelas incertezas associadas ao início turbulento do novo governo, com montagem de equipe e de base apoio parlamentar capaz de construir um plano de ação do governo, para materializar as promessas, intenções e propostas de campanha em atitudes concretas, passíveis de serem implementadas. A grande bandeira acabou sendo a reforma da previdência, com a volatilidade dos mercados ficando indexada ao andamento das negociações do projeto e sua votação. A inflação decrescente proporcionou um movimento de queda na taxa de juros, tentando estimular a retomada do crescimento do PIB.

A partir de junho, a aprovação da reforma da previdência e a aceleração da queda nas taxas de juros empurram os preços das ações para o alto. O IBOVESPA que tinha experimentado uma alta de 10,39% até maio, sobe 4,06% em junho, acumulando 14,88% no semestre e encerra o ano com 31,58% de valorização. Do lado da renda fixa, a queda acentuada nas taxas de juros proporcionaram ganhos elevados nos títulos públicos, com o IMA-B encerrando o ano com 22,95%, diante de um CDI de 5,96%.

Finalmente, a inflação encerrou o ano comportada, com o IPCA em 4,31% e o INPC em 4,48%, mesmo considerando a aceleração ocasionada pela pressão nos preços das proteínas animais nos últimos meses do ano.

Os desafios ficam por conta do próximo ano, que exigirá uma mitigação de risco eficaz para gerar rentabilidade com juros baixos, diante de um cenário econômico desafiador, com eleições americanas, PIB global crescendo pouco e o Brasil precisando retomar o crescimento.

Marco Antônio dos Santos Martins
Consultor de Investimentos
MARCO & MARCO CONSULTORES FINANCEIROS ASSOCIADOS S/S

ANÁLISE DOS INVESTIMENTOS

Na seleção de investimentos a FUNDAÇÃO, com o uso de sistema de análise eletrônico, contatos com os gestores, e participação em eventos, analisa os documentos disponibilizados pelo gestor do investimento, identificando os riscos inerentes às operações previstas. Observa o cuidado com a política de seleção, alocação e diversificação de ativos e a política de concentração de ativos, as características de liquidez, a compatibilidade entre o objetivo de retorno, a política de investimento e o limite de risco divulgado pelo gestor. Identifica as hipóteses de eventos de avaliação, amortização e liquidação, inclusive antecipada, quando aplicável, o histórico de desempenho do gestor.

Além disso, diariamente avalia o desempenho e mensalmente faz o monitoramento completo dos investimentos, utilizando procedimentos e metodologias com critérios quantitativos e qualitativos. Monitora o risco e o retorno esperado dos investimentos e analisa os relatórios divulgados pelos gestores do investimento, observando a ocorrência de fatos relevantes, acompanha a aderência do investimento à política de investimento da Fundação.

O desinvestimento deve ocorrer sempre que algum dos critérios de monitoramento assim exigir, e contanto que as condições de mercado viabilizem essa operação.

Toda esta atenção na gestão gerou um ótimo resultado no ano de 2019, uma vez que a rentabilidade bruta consolidada dos investimentos foi de 12,53%, gerando apenas de rentabilidade mais de 62 milhões de reais.

A Resolução Bacen nº 4.661, de 25 de maio de 2018, no seu artigo nº 24, cita os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e os Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) como segmento imobiliário, sendo esta a classificação apresentada pela Gestão dos Investimentos.

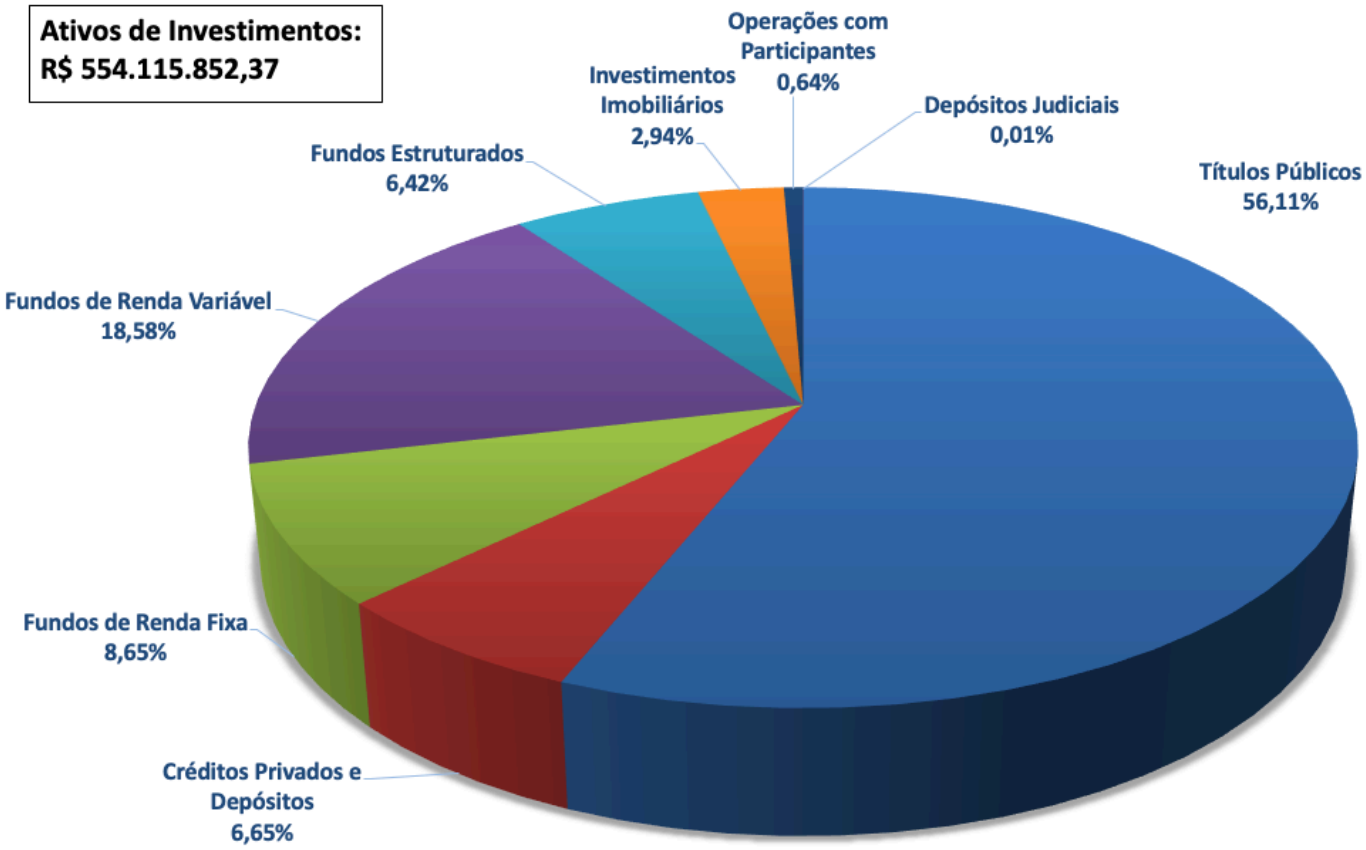
Já o Núcleo de Contabilidade classifica os CRI e FII, em Créditos Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos, respectivamente, de acordo com a planificação contábil padrão, apresentada no Anexo A da Instrução PREVIC nº 11, de 03 de dezembro de 2018, e dos relatórios de Carteira Diária emitidos pelo Custodiante Bradesco.

Quadro do Patrimônio de Investimentos por Plano e por Segmento

Segmento	PBD I	Plano Misto	PGS	Prever	PGA	Total
RENDA FIXA	10.165.432,10	154.233.465,17	159.424.265,68	69.116.966,35	2.754.151,05	395.694.280,35
RENDA VARIÁVEL	1.365.028,20	30.361.558,92	23.446.501,85	47.056.776,58	717.134,53	102.947.000,08
ESTRUTURADO	415.236,39	9.389.405,84	10.196.600,88	15.571.586,56		35.572.829,67
IMOBILIÁRIO	397.311,32	5.618.317,59	6.104.477,35	4.145.218,99		16.265.325,25
OP. C/ PARTICIPANTES		1.134.696,67	643.187,79	1.777.574,22		3.555.458,68
EXTERIOR						
DEPÓSITOS JUDICIAIS		80.958,34				80.958,34
TOTAL	12.343.008,01	200.818.402,53	199.815.033,55	137.668.122,70	3.471.285,58	554.115.852,37

Fonte de dados: Núcleo de Investimentos

DISTRIBUIÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM DEZEMBRO/2019 - CONSOLIDADO



Fonte de dados: Núcleo de Contabilidade

Quadro do Patrimônio por Investimento

Investimentos de Renda Fixa	Valor (R$)	Gestor
Títulos Públicos do Tesouro Nacional e/ou do Bacen e Créditos Securitizados do Tesouro Nacional		
- NTNB/NTNF	310.916.992,69	FAPERS
Total		**310.916.992,69**
Cotas de FI/FIDC Renda Fixa (Fundo de Investimento, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios)		
FDO. PHANDORA FEED FICFIM	17.522.007,52	TRILHA INVEST.
FDO. SUL AMÉRICA RF FI LP	102.688,40	SUL AMÉRICA
FDO. VINCI FIRF IMOB CPII	2.629.991,40	VINCI
FDO. VINCI MULTIESTRA FIM	6.484.368,74	VINCI
FDO. VINCI VALOREM FIM	21.175.636,77	VINCI
Total		**47.914.692,83**
LETRA FINANCEIRA SUBORDINADA		
LETRA FINANCEIRA BANCO SAFRA	11.139.558,52	FAPERS
Total		**11.139.558,52**
Debêntures		
DEB. CACHOEIRA PAULISTA T. E.	4.860.751,04	FAPERS
DEB. CART	6.795.740,32	FAPERS
DEB. CEMIG G	10.191.886,78	FAPERS
DEB. ECPT	3.873.906,26	FAPERS
DEB. VAL	751,91	FAPERS
Total		**25.723.036,31**
Total dos Investimentos em Renda Fixa		**395.694.280,35**

Investimentos de Renda Variável	Valor (R$)	Gestor
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO EM AÇÕES (FIA)		
FDO. SUL A SELECTION FIA	21.492.211,82	SUL AMÉRICA
FDO. SULAMERICA EQUIT FIA	57.113.926,85	SUL AMÉRICA
FDO. VINCI MOSAICO FIA	24.340.861,41	VINCI
Total		**102.947.000,08**
Total dos Investimentos em Renda Variável		**102.947.000,08**

Investimentos Estruturados	Valor (R$)	Gestor
COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO		
FDO. APOLLO FIM CP	13.063.788,70	SUL AMÉRICA
FDO. BAHIA MARAU FICFIM	8.621.146,40	BAHIA ASSET
FDO. XP LONGB II FIC FIM	13.887.894,57	XP ADMINIST.
Total		**35.572.829,67**
Total dos Investimentos Estruturados		**35.572.829,67**

Fonte: Núcleo de Investimentos

Investimentos Imobiliários	Valor (R$)	Total (R$)
CRI (Certificado de Recebíveis Imobiliários)		
BRC (PETROBRÁS)	2.471.214,53	FAPERS
Total		**2.471.214,53**
FUNDO DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO (FII)		
FDO. FII XP LOG	3.019.500,00	XP GESTÃO
FDO. XP MALLS FII	3.761.472,00	XP ASSET
Total		**6.780.972,00**
Casa - Rua Marcilio Dias, 1073, Porto Alegre:		
Imóvel uso próprio	1.600.140,40	FAPERS
		1.600.140,40
Investimento em Shopping Center, Porto Alegre		
Lindóia Shopping - 20%	7.412.998,32	FAPERS
Provisão p/ oscilações no mercado imobiliário (*)	-2.000.000,00	
Total Shopping		**5.412.998,32**
Total dos Investimentos Imobiliários		**16.265.325,25**

(*) Poderão ocorrer oscilações nos preços dos imóveis entre o período de cada avaliação, a cada três anos (obrigatório pela legislação) especialmente no caso de shopping center, refletindo momentos otimistas ou recessivos do mercado. Neste contexto, por medida de cautela, provisionou-se o montante estimado como suficiente para absorver este impacto.

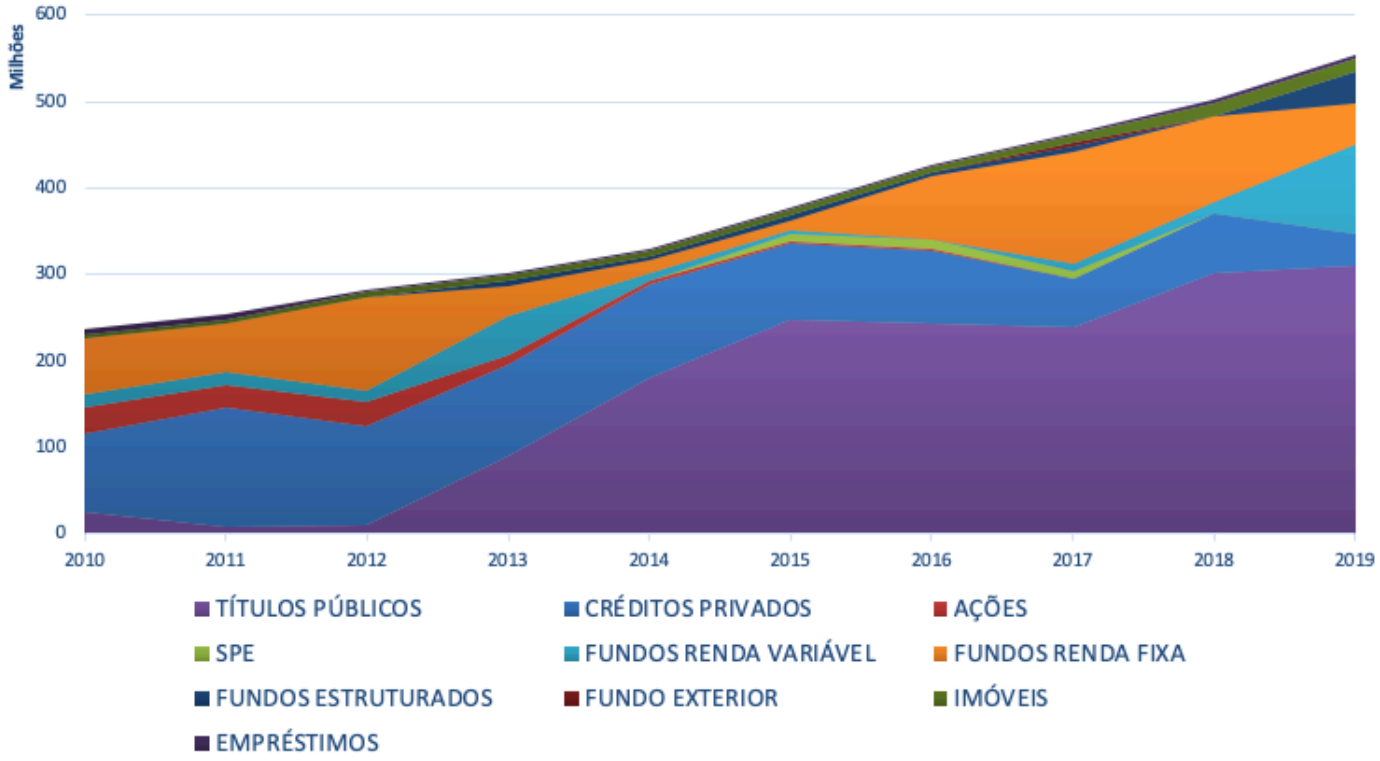
Operações com Participantes	Valor (R$)
Total dos Empréstimos aos Associados	**3.555.458,68**

Depósitos Judiciais/Recursais	Valor (R$)
Total dos Depósitos Judiciais/Recursais	**80.958,34**

TOTAL GERAL	Valor (R$)
TOTAL DOS INVESTIMENTOS	**554.115.852,37**

Fonte: Núcleo de Investimentos

EVOLUÇÃO DOS INVESTIMENTOS



Fonte: Núcleo de Investimentos

Em 31/12/2019 o patrimônio dos Investimentos da Fundação aumentou em 10,20% em valores absolutos em relação à 31/12/2018, contribuíram para este crescimento o resultado da rentabilidade e os ingressos de contribuições abatidos os pagamentos de benefícios e despesas.

Na posição consolidada da Fundação, 71,41% dos investimentos estão no segmento de renda fixa, com uma concentração em Títulos Públicos Federais (78,58% do total da renda fixa), adquiridos com taxas acima da meta atuarial, com diversos vencimentos, compatíveis com a previsão de pagamento de benefícios futuros da Fundação. O restante da carteira de renda fixa é composto por ativos de crédito privado e fundos de investimento em renda fixa.

O segmento de renda variável representa em 31/12/2019, 18,58% do total do patrimônio de investimentos composto exclusivamente por fundos de investimento. O plano com maior concentração neste segmento é o Prever com 34,18% de renda variável.

Os investimentos estruturados são compostos por fundos de investimento multimercado em que é permitido posições alavancadas. A Fundação começou aplicar neste segmento em 2019 e no final do ano representava 6,42% dos investimentos.

O segmento de investimentos imobiliários é composto por imóveis físicos (casa sede e participação no Shopping Lindóia), por fundos imobiliários e certificado de recebível imobiliário. Estes Investimentos representam 2,94% do total.

O Segmento de operações com participantes representa 0,64% do total e é composto pelos empréstimos a participantes.

RENTABILIDADES

Rentabilidade Bruta	PBD-I	PLANO MISTO	PGS	PREVER	PGA
PLANO	12,32%	11,98%	9,63%	18,16%	11,35%
RENDA FIXA	10,89%	7,79%	6,84%	9,19%	8,68%
RENDA VARIÁVEL	44,26%	50,36%	50,38%	46,93%	18,17%
ESTRUTURADO	6,53%	9,77%	9,73%	9,43%	
IMOBILIÁRIO	6,55%	35,54%	7,04%	50,47%	
OP. C/ PARTICIPANTES	-	25,83%	15,88%	12,24%	

Rentabilidade Líquida	PBD-I	PLANO MISTO	PGS	PREVER	PGA
PLANO	11,97%	11,65%	9,29%	17,84%	11,20%
RENDA FIXA	10,58%	7,57%	6,60%	9,03%	8,57%
RENDA VARIÁVEL	43,00%	48,97%	48,61%	46,09%	17,93%
ESTRUTURADO	6,34%	9,50%	9,39%	9,26%	
IMOBILIÁRIO	6,36%	34,56%	6,79%	49,57%	
OP. C/ PARTICIPANTES	-	25,12%	15,32%	12,02%	

Meta de Rentabilidade	PBD-I	PLANO MISTO	PGS	PREVER	PGA
PLANO	8,85%	10,00%	10,00%	10,03%	8,66%
RENDA FIXA	6,06%	6,06%	6,06%	6,06%	6,06%
RENDA VARIÁVEL	31,59%	31,59%	31,59%	31,59%	31,59%
ESTRUTURADO	8,85%	10,00%	10,00%	10,03%	
IMOBILIÁRIO	8,85%	10,00%	10,00%	10,03%	
OP. C/ PARTICIPANTES	6,06%	6,06%	6,06%	6,06%	

Fonte: Núcleo de Investimentos

Rentabilidade Bruta: é o rendimento obtido pelo investimento, calculado pelo sistema de cota mensal, somando-se os ingressos e diminuindo-se as retiradas ocorridas no mês.

Rentabilidade Líquida: é o rendimento calculado pelo sistema de cota mensal, a partir da rentabilidade bruta subtraindo a despesa dos serviços de custódia e corretagem, e os valores de constituição do fundo garantidor de empréstimo por inadimplência, do fundo de cobertura de empréstimo por morte ou invalidez e do fundo administrativo.

Meta de Rentabilidade: são os indicadores usados como referência de desempenho da Fundação perante a média obtida pelo mercado. Para o Plano o indicador é a Meta Atuarial ou de Rentabilidade, para a Renda Fixa é a taxa do CDI (Certificados de Depósitos Interbancários), para a Renda Variável é a taxa do IBOVESPA, para Investimentos Imobiliários é a Meta do plano e para Operações com Participantes é o CDI.

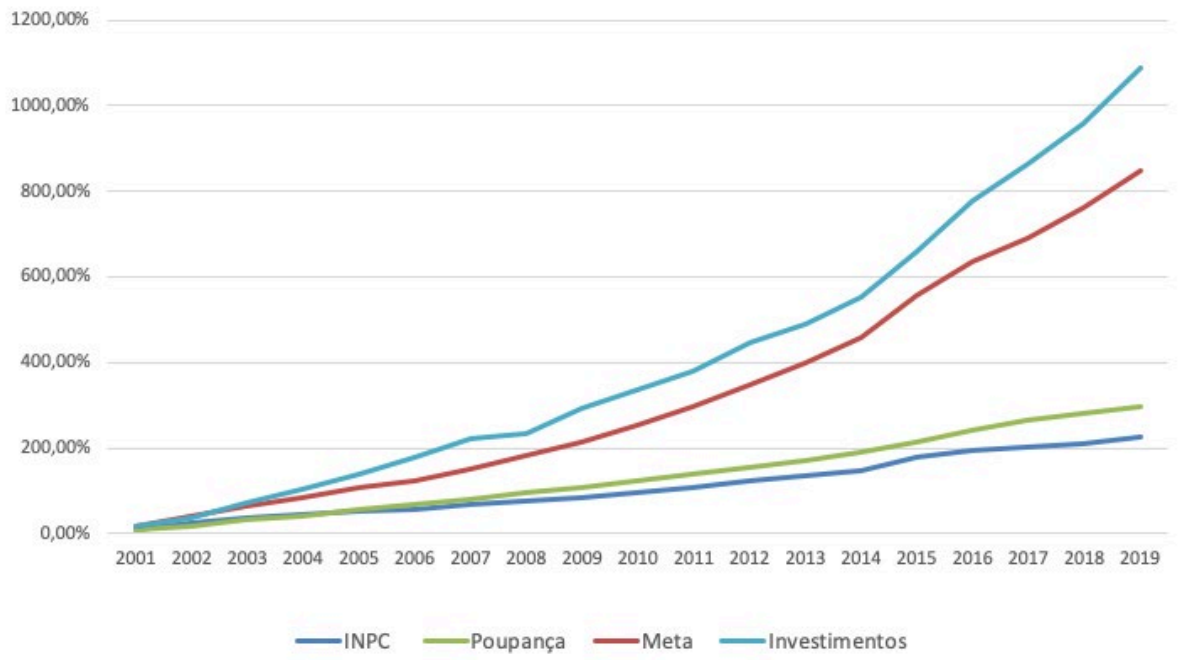
RENTABILIDADE PATRIMONIAL

Mês	PBD-I		PLANO MISTO		PGS		PREVER	
	Meta Atuarial	Rent.%	Meta Atuarial	Rent.%	Meta Atuarial	Rent.%	Meta Rent.	Rent.%
Janeiro	0,70%	0,82%	0,79%	0,91%	0,79%	0,85%	0,79%	2,00%
Fevereiro	0,88%	0,70%	0,97%	0,72%	0,97%	0,82%	0,97%	0,35%
Março	1,12%	0,88%	1,21%	0,70%	1,20%	0,93%	1,21%	0,50%
Abril	0,94%	1,15%	1,03%	0,46%	1,03%	1,18%	1,03%	0,91%
Maio	0,49%	0,97%	0,58%	0,41%	0,58%	1,00%	0,58%	1,13%
Junho	0,35%	0,67%	0,44%	1,05%	0,44%	0,65%	0,44%	1,40%
Julho	0,44%	0,63%	0,53%	1,34%	0,53%	0,65%	0,53%	0,95%
Agosto	0,46%	0,60%	0,55%	0,67%	0,55%	0,64%	0,55%	0,55%
Setembro	0,29%	0,73%	0,38%	0,50%	0,38%	0,65%	0,38%	1,18%
Outubro	0,38%	0,84%	0,47%	1,24%	0,47%	0,29%	0,47%	1,42%
Novembro	0,88%	0,56%	0,97%	0,62%	0,97%	-0,95%	0,97%	0,93%
Dezembro	1,56%	2,64%	1,63%	0,45%	1,64%	2,37%	1,66%	5,06%
Acumulado Ano	**8,85%**	**11,77%**	**10,00%**	**9,46%**	**10,00%**	**9,43%**	**10,03%**	**17,57%**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

A Rentabilidade Patrimonial é calculada pelo sistema de cotas mensais, considerando todas receitas e despesas do plano. As receitas são: remuneração dos investimentos e dos contratos de dívida e reversão de fundos e provisões. As despesas são: as despesas administrativas e constituição de fundos e provisões. Esta é a rentabilidade líquida do plano. No Plano Misto, e Plano Prever é a rentabilidade que corrige o saldo de contas dos participantes. Com exceção do Plano Prever, a rentabilidade dos demais planos superou a sua respectiva meta.

Histórico de Rentabilidade: A rentabilidade dos investimentos da FUNDAÇÃO desde o ano de 2001 acumula 1090,00%, sendo que o índice acumulado da Meta Atuarial foi de 847,93%, o índice acumulado da Caderneta de Poupança foi de 298,41% e o INPC acumulado foi 225,90% no mesmo período.



Fonte: Núcleo de Investimentos

GESTÃO DE RISCOS

A FUNDAÇÃO, realiza o monitoramento dos riscos da carteira de investimentos através de relatórios mensais fornecidos por assessoria especializada contratada para este fim.

Risco de Mercado: monitorado com base no orçamento de risco aprovado na Política de Investimentos, conforme quadro demonstrado a seguir.

Classe de Ativos	*Benchmark*	Indicador Risco	Orçamento Risco
Renda Fixa	CDI	VaR (*)	5% PL
Renda Fixa IMA	CDI	VaR (*)	15% PL
Fundos Multimercado	CDI	VaR (*)	5% PL
Fundos Multimercado Estruturados	CDI	VaR (*)	15% PL
Investimentos no Exterior	Não Possui	*Tracking Error*	30% a.a.
Renda Variável	IBOVESPA	*Tracking Error*	15% a.a.
Renda Variável *Small Caps*	*SMLL*	*Tracking Error*	20% a.a.
Fundos Imobiliários	IFIX	*Tracking Error*	30% a.a.

Fonte: Núcleo de Investimentos

Houve desenquadramento do Fundo SulAmérica Selection FIA em relação ao orçamento de risco nos meses de novembro e dezembro, em função que este fundo trouxe rentabilidade superior em relação aos demais produtos da carteira e ao Ibovespa, este distanciamento positivo do fundo em relação ao seu índice de referência explica tal extrapolação dos limites.

Risco de Crédito: Os ratings permitidos pela política de investimentos estão no quadro abaixo.

TABELA DE RATINGS						
Faixa	**Fitch**	**S&P**	**Moody's**	**Liberum**	**Austin**	**Grau**
1	AAA (bra)	brAAA	AAA.br	AAA	brAAA	Investimento
2	AA+ (bra)	brAA+	Aa1.br	AA+	brAA+	
	AA (bra)	brAA	Aa2.br	AA	brAA	
	AA- (bra)	brAA-	Aa3.br	AA-	brAA-	
3	A+ (bra)	brA+	A1.br	A+	brA+	
	A (bra)	brA	A2.br	A	brA	
	A- (bra)	brA-	A3.br	A-	brA-	
4	BBB+ (bra)	brBBB+	Baa1.br	BBB+	brBBB+	
	BBB (bra)	brBBB	Baa2.br	BBB	brBBB	
	BBB- (bra)	brBBB-	Baa3.br	BBB-	brBBB-	
5	BB+ (bra)	brBB+	Ba1.br	BB+	brBB+	Especulativo
	BB (bra)	brBB	Ba2.br	BB	brBB	
	BB- (bra)	brBB-	Ba3.br	BB-	brBB-	
6	B+ (bra)	brB+	B1.br	B+	brB+	
	B (bra)	brB	B2.br	B	brB	
	B- (bra)	brB-	B3.br	B-	brB-	
7	CCC (bra)	brCCC	Caa.br	CCC	brCCC	
	CC (bra)	brCC	Ca.br	CC	brCC	
	C (bra)	brC	C.br	C	brC	
8	D (bra)	brD	D.br	D	brD	

Fonte: Núcleo de Investimentos

No mês de maio 2019 houve o rebaixamento de *rating* da Concessionaria Auto Raposo Tavares S.A. – Rebaixamento de A- para BB- pela S&P em função de problemas da Controladora Invepar, afetando consequentemente a controlada CART. Foi chamada Assembleia de Debenturistas que aprovaram não declarar vencimento antecipado desta debenture. Este *rating* na Fundação está fora do orçamento previsto. Como existe o compromisso assumido em assembleia de resolver a causa geradora do rebaixamento, a decisão foi permanecer no investimento. Também rebaixamento da Concessionária Rodovias Tiete S.A.- Rebaixamento de Caa2 para Ca pela Moody's em função da dificuldade de encontrar acordo com os debenturistas para reestruturação da dívida e atraso no cronograma de obras. Este rating na Fundação está fora do orçamento previsto. No plano Prever em que este ativo estava marcado a mercado, foi alienado. Nos outros planos a Fundação está encaminhando consulta a PREVIC para a mudança de marcação deste ativo debenture da Rodovias do Tietê, ocasionando o desenquadramento em relação a Política de Investimentos. Em função deste fato a Diretoria Executiva da FUNDAÇÃO, está tomando as medidas cabíveis para resolver a questão.

No mês de outubro de 2019 houve elevação do *rating* da Concessionária Rodovias Ayrton Senna Carvalho Pinto S.A. pois, de acordo com a Moody's, a ação de rating na Ecopistas está relacionada a melhorias no perfil da concessionária, uma vez que seu plano de expansão foi concluído, o tráfego está melhorando, e espera-se que a concessionária gere fluxos de caixa satisfatórios para cumprir adequadamente suas obrigações.

No mês de novembro houve elevação do *rating* nacional de longo prazo da Cemig Geração Transmissão S.A em novembro, esta elevação reflete a melhora do perfil financeiro do grupo, como resultado da redução da alavancagem e do alongamento do perfil de amortização da dívida. Além disso, o grupo apresentou melhor desempenho operacional e geração de fluxo de caixa mais alta, devido à melhora de seus negócios de distribuição de energia. O grupo é um dos maiores do setor elétrico brasileiro, com operações em geração, distribuição e transmissão. A Moody's retirou em 14 de novembro os *ratings* Ca/Ca.br (na escala global e nacional, respectivamente) atribuídos à Concessionária Rodovias do Tietê S.A. ("Rodovias do Tietê") em consequência do default da companhia e do registro de recuperação judicial.

Risco de Liquidez: o monitoramento do risco de liquidez é efetuado através do Estudo da ALM para planos de Benefício Definido e Contribuição Variável, e, para o plano de Contribuição Definida, o Prever a liquidez é definida pelo estudo de ARM. Os estudos são atualizados anualmente e servem de parâmetro para as aplicações de médio e longo prazo, na compatibilização do fluxo de caixa do ativo com o do passivo.

A liquidez da FAPERS em 31/12/2019 estava assim constituída:

Investimento	Marcação	R$ em 31/12/2019	Dias para Disponibilidade
TÍTULOS PÚBLICOS		**310.916.992,69**	
NTN-B	Curva	17.453.623,73	228 dias
NTN-B	Curva	224.592,40	501 dias
NTN-B	Curva	18.011.646,07	958 dias
NTN-F	Curva	1.873.966,07	1.097 dias
NTN-B	Curva	13.043.742,52	1.231 dias
NTN-B	Curva	28.233.548,62	1.689 dias
NTN-B	Curva	22.427.160,45	2.419 dias
NTN-B	Curva	12.046.824,69	3.150 dias
NTN-B	Curva	49.452.757,33	3.880 dias
NTN-B	Curva	49.194.612,60	5.614 dias
NTN-B	Curva	26.316.868,26	7.533 dias
NTN-B	Curva	31.721.171,15	9.267 dias
NTN-B	Curva	32.951.444,50	11.185 dias
NTN-B	Curva	7.965.034,30	12.919 dias
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS		**39.333.809,36**	
Companhias Abertas		**39.333.809,36**	
Debêntures Simples-Cemig G	Mercado	10.191.886,78	777 dias
Debêntures Simples-ECPT	Mercado	1.021.043,40	836 dias
Debêntures Simples-ECPT	Mercado	1.017.233,20	927 dias
Debêntures Simples-ECPT	Mercado	1.012.601,99	1.019 dias
Debêntures Simples-ECPT	Mercado	823.027,67	1.111 dias
Debêntures Simples-CPTE	Mercado	4.860.751,04	1.411 dias
Debêntures Simples-CART	Mercado	6.795.740,32	1.811 dias
Debênture Simples-Vale	Curva	751,91	11.147 dias
LFSN		-	
Banco Safra S/A	Curva	11.139.558,52	3075 dias
CRI		-	
CRI-BRC(Petrobrás)	Curva	2.471.214,53	743 dias
FUNDOS DE INVESTIMENTO		**193.215.494,58**	-
Ações		**102.947.000**	-
Sul América Selection Fia	Mercado	21.492.211,82	32 dias
Sul America Equities Fia	Mercado	57.113.926,85	3 dias
Vinci Mosaico Fia	Mercado	24.340.861,41	32 dias
Renda Fixa		**2.732.679,80**	-
Sul América RF FI LP	Mercado	102.688,40	2 dias
Vinci FIRF IMOB CPII	Mercado	2.629.991,40	3.641 dias
Multimercado		**80.754.842,70**	-
Apollo FIM CP	Mercado	13.063.788,70	31 dias
Bahia Marau FICFIM	Mercado	8.621.146,40	31 dias
Pandhora FEED FICFIM	Mercado	17.522.007,52	4 dias
Vinci Multiestratégia FIM	Mercado	6.484.368,74	1 dia
Vinci Valorem FIM	Mercado	21.175.636,77	2 dias
XP Long Biased II FIC FIM	Mercado	13.887.894,57	33 dias
Imobiliário		**6.780.972,00**	-
XP LOG FII (XPLG11)	Mercado	3.019.500,00	2 dias
XP MALLS FII (XPML11)	Mercado	3.761.472,00	2 dias
Imóveis		**7.013.138,72**	-
Operações com Participantes		**3.555.458,68**	-
Depósitos Judiciais		**80.958,34**	-

Fonte: Núcleo de Investimentos

ADERÊNCIA DA GESTÃO DOS RECURSOS GARANTIDORES DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS AS NORMAS EM VIGOR E A POLÍTICA DE INVESTIMENTOS

Descrição do Investimento	Limite Legal	PBD - I			PLANO MISTO			PGS		
	Res. 4.661	Pol. Invest.	R$	Δ %	Pol. Invest.	R$	Δ %	Pol. Invest.	R$	Δ %
Renda Fixa	Até 100%	100%	10.165.432,10	82,36%	100%	154.233.465,17	76,80%	100%	159.424.265,68	79,79%
Renda Variável	Até 70%	10%	1.365.028,20	11,06%	15%	30.361.558,92	15,12%	15%	23.446.501,85	11,73%
Investimentos Estruturados	20%	4%	415.236,39	-	15%	9.389.405,84	4,68%	15%	10.196.600,88	5,10%
Investimentos Imobiliários	20%	8%	397.311,32	3,22%	15%	5.618.317,59	2,80%	15%	6.104.477,35	3,06%
Empréstimos e Financiamentos	15%	1%		0,00%	3%	1.134.696,67	0,57%	3%	643.187,79	0,32%
Investimentos Exterior	10%	4%	-		5%	-	0,00%	5%	-	0,00%
Depósitos Judiciais	-	-	-	-	-	80.958,34	0,04%	-	-	-
Total dos Investimentos	-	-	12.343.008,01	100,00%	-	200.818.402,53	100,00%	-	199.815.033,55	100,00%

Descrição do Investimento	Limite Legal	PREVER			PGA			CONSOLIDADO	
	Res. 4.661	Pol. Invest.	R$	Δ %	Pol. Invest.	R$	Δ %	R$	Δ %
Renda Fixa	Até 100%	100%	69.116.966,35	50,21%	100%	2.754.151,05	79,34%	395.694.280,35	71,41%
Renda Variável	Até 70%	30%	47.056.776,58	34,18%	20%	717.134,53	20,66%	102.947.000,08	18,58%
Investimentos Estruturados	20%	15%	15.571.586,56	11,31%	-	-	-	35.572.829,67	6,42%
Investimentos Imobiliários	20%	15%	4.145.218,99	3,01%	-	-	-	16.265.325,25	2,94%
Empréstimos e Financiamentos	15%	5%	1.777.574,22	1,29%	-	-	-	3.555.458,68	0,64%
Investimentos Exterior	10%	5%	-	0,00%	-	-	-	-	
Depósitos Judiciais	-	-	-	0,00%	-	-	-	80.958,34	0,01%
Total dos Investimentos	-	-	137.668.122,70	100,00%	-	3.471.285,58	100,00%	554.115.852,37	100,00%

Fonte: Núcleo de Investimentos

A Resolução CMN nº 4.661, 25 de maio de 2018 e a Política de Investimentos, estabelecem os limites que devem ser obedecidos nos investimentos. Estes limites são controlados pelo Núcleo de Investimentos e pelo Banco Custodiante Bradesco, por meio de seu Setor de Enquadramento. A Custódia emite mensalmente um relatório a aderência dos investimentos das carteiras da Fundação aos limites estabelecidos. O referido relatório é analisado pelo Núcleo de Investimentos e Comitê de Investimentos, sendo também item constante na análise do Conselho Fiscal. Os limites estabelecidos em Renda Variável nos planos PBD1, Misto, Prever e PGA, no mês de dezembro de 2019 foram extrapolados. Tal desenquadramento ocorreu de forma passiva devido ao ótimo resultado da rentabilidade deste segmento, que no mês de dezembro foi de mais de 12% e no ano ultrapassou 50%.

RESUMO DA POLÍTICA DE INVESTIMENTOS 2020

A Política de Investimentos, em conjunto com a Resolução CMN nº 4.661, rege a alocação dos recursos de cada um dos planos administrados pela Fundação, este documento é elaborado anualmente pela Diretoria Executiva, analisada pelo Comitê de Investimentos e é aprovada pelo Conselho Deliberativo, antes do exercício a que se refere. Na reunião do dia 11 de dezembro de 2019 o Conselho Deliberativo aprovou as Políticas de Investimentos para o exercício de 2020, registrado na ata nº 327 deste órgão, cujos limites são:

Plano de Benefício I - PBD-I				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	65,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	15,00%	0,00%	20,00%
Estruturado	20%	5,00%	0,00%	15,00%
Imobiliário	20%	5,00%	0,00%	10,00%
Operações com participantes	15%	5,00%	0,00%	10,00%
Exterior	10%	5,00%	0,00%	10,00%

Plano Geral Saldado - PGS				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	65,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	15,00%	0,00%	20,00%
Estruturado	20%	5,00%	0,00%	15,00%
Imobiliário	20%	5,00%	0,00%	15,00%
Operações com participantes	15%	5,00%	0,00%	10,00%
Exterior	10%	5,00%	0,00%	10,00%

Plano de Benefícios II – Plano Misto				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	65,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	15,00%	0,00%	30,00%
Estruturado	20%	5,00%	0,00%	15,00%
Imobiliário	20%	5,00%	0,00%	15,00%
Operações com participantes	15%	5,00%	0,00%	10,00%
Exterior	10%	5,00%	0,00%	10,00%

Fonte: Núcleo de Investimentos

Plano de Benefícios Prever				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	45,00%	30,00%	100,00%
Renda Variável	70%	30,00%	0,00%	50,00%
Estruturado	20%	5,00%	0,00%	15,00%
Imobiliário	20%	10,00%	0,00%	20,00%
Operações com participantes	15%	5,00%	0,00%	10,00%
Exterior	10%	5,00%	0,00%	10,00%

Plano de Gestão Administrativa (PGA)				
SEGMENTO	LIMITE LEGAL	ALOCAÇÃO OBJETIVO	LIMITES	
			INFERIOR	SUPERIOR
Renda Fixa	100%	70,00%	50,00%	100,00%
Renda Variável	70%	15,00%	0,00%	20,00%
Estruturado	20%	5,00%	0,00%	15,00%
Imobiliário	20%	5,00%	0,00%	10,00%
Operações com participantes	15%	0,00%	0,00%	0,00%
Exterior	10%	5,00%	0,00%	10,00%

Fonte: Núcleo de Investimentos

LIMITE DE ALOCAÇÃO POR SEGMENTO:

ART.	INCISO	ALÍNEA	MODALIDADES DE INVESTIMENTO	LIMITES					
				LEGAL	PBD-I	PGS	MISTO	PREVER	PGA
21	-	-	**Renda Fixa**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**	**100%**
	I	a	Títulos da dívida pública mobiliária federal interna	100%	100%	100%	100%	100%	100%
		b	ETF renda fixa composto títulos da dívida pública mobiliária federal interna		100%	100%	100%	100%	100%
	II	a	Ativos financeiros de renda fixa de emissão com obrigação ou coobrigação de instituições financeiras bancárias	80%	80%	80%	80%	80%	80%
		b	Ativos financeiros de renda fixa de emissão de sociedade por ações de capital aberto, incluídas as companhias securitizadoras		80%	80%	80%	80%	80%
		c	ETF Renda Fixa		80%	80%	80%	80%	80%
	III	a	Títulos das dívidas públicas mobiliárias estaduais e municipais	20%	20%	20%	20%	20%	20%
		b	Obrigações de organismos multilaterais emitidas no País		20%	20%	20%	20%	20%
		c	Ativos financeiros de renda fixa de emissão, com obrigação ou coobrigação, de instituições financeiras não bancárias e de cooperativas de crédito, bancária ou não bancárias		20%	20%	20%	20%	20%
		d	Debêntures emitidas por sociedade por ações de capital fechado nos termos do art. 2º da Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011		20%	20%	20%	20%	20%
		e	FIDC e FICFIDC, CCB e CCCB		20%	20%	20%	20%	20%
		f	CPR, CDCA, CRA e WA		20%	20%	20%	20%	20%
22	-	-	**Renda Variável**	**70%**	**20%**	**20%**	**30%**	**50%**	**20%**
	I	-	Segmento Especial de Listagem: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito + ETF de sociedade de capital aberto admitidas à negociação em segmento especial que assegure práticas diferenciadas de governança.	70%	20%	20%	30%	50%	20%
	II	-	Segmento não Especial: Ações, bônus, recibos, certificados de depósito	50%	20%	20%	30%	50%	20%

Continuação do quadro Limite de alocação por segmento

			+ ETF de sociedade de capital aberto						
	III	-	*Brazilian Depositary Receipts* – BDR classificados como nível II e III.	10%	10%	10%	10%	10%	10%
	IV	-	Certificados representativos de ouro físico no padrão negociado em bolsa de mercadorias e de futuros.	3%	3%	3%	3%	3%	3%
23	-	-	**Estruturado**	**20%**	**15%**	**15%**	**15%**	**15%**	**15%**
	I	a	FIP (cotas de fundos de investimento em participações)	15%	15%	15%	15%	15%	15%
	I	b	FIM (cotas de fundos de investimento classificados como multimercado) e FICFIM (cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento classificados como multimercado)	15%	15%	15%	15%	15%	15%
	I	c	FAMA (cotas de fundos de investimento classificados como "Ações – Mercado de Acesso")	15%	15%	15%	15%	15%	15%
	II	-	COE (Certificados de Operações Estruturadas)	10%	10%	10%	10%	10%	10%
24	-	-	**Imobiliário**	**20%**	**10%**	**15%**	**15%**	**20%**	**10%**
	I	-	FII (cotas de fundos de investimento imobiliário (FII) e FICFII (cotas de fundos de investimento em cotas de fundos de investimento imobiliário))	20%	10%	15%	15%	20%	10%
	II	-	CRI (certificados de recebíveis imobiliários)		10%	15%	15%	20%	10%
	III	-	CCI (cédulas de crédito imobiliário)		10%	15%	15%	20%	10%
	-	-	Estoque imobiliários		-	-	-	-	-
25	-	-	**Operações com Participantes**	**15%**	**10%**	**10%**	**10%**	**10%**	**0%**
	I	-	Empréstimos pessoais concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos	15%	10%	10%	10%	10%	0%
	II	-	Financiamentos imobiliários concedidos com recursos do plano de benefícios aos seus participantes e assistidos		0%	0%	0%	0%	0%
26	-	-	**Exterior**	**10%**	**10%**	**10%**	**10%**	**10%**	**10%**
	I	-	FI e FICFI classificados como "Renda Fixa – Dívida Externa"	10%	10%	10%	10%	10%	10%
	II	-	ETF índice do exterior		10%	10%	10%	10%	10%

Continuação do quadro Limite de alocação por segmento

			negociado em bolsa de valores do Brasil						
	III	-	FI e FICFI com o sufixo "Investimento no Exterior" – 67%		10%	10%	10%	10%	10%
	IV	-	FI e FICFI com o sufixo "Investimento no Exterior"		10%	10%	10%	10%	10%
	V	-	*Brazilian Depositary Receipts* – BDR classificados como nível I e FIA - BDR nível I (cotas dos fundos da classe "Ações – BDR Nível I")		10%	10%	10%	10%	10%
	VI	-	Outros ativos financeiros no exterior pertencentes às carteiras dos fundos constituídos no Brasil, que não estejam previstos nos incisos anteriores.		10%	10%	10%	10%	10%

Fonte: Núcleo de Investimentos

ALOCAÇÃO POR EMISSOR:

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	PI
27	I	-	Tesouro Nacional	100%	100%
	II	-	Instituição financeira bancária autorizada a funcionar pelo Bacen	20%	20%
	III	-	Demais Emissores	10%	10%
ART.	**INCISO**	**ALÍNEA**	**LIMITES DE ALOCAÇÃO POR EMISSOR**	**LIMITES**	
				LEGAL	**PI**
27	§ 4º	-	Patrocinador e demais empresas ligadas ao grupo econômico da patrocinadora **	10%	0%

Fonte: Núcleo de Investimentos

CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR:

ART.	INCISO	ALÍNEA	LIMITES DE CONCENTRAÇÃO POR EMISSOR	LIMITES	
				LEGAL	EFPC
28	I	-	Capital total e do capital votante, incluindo os bônus de subscrição e os recibos de subscrição, de uma mesma sociedade por ações de capital aberto admitida ou não à negociação em bolsa de valores	25%	25%
	II	a	Instituição financeira (bancária, não bancárias e cooperativas de crédito autorizada pelo BACEN)	25%	25%
	II[1]	b	FIDC e FIC-FIDC*	25%	25%
		c	ETF, negociado em bolsa, referenciado em índices de Renda Fixa ou Renda Variável	25%	25%
		d	FI classificado no segmento estruturado, FICFI classificado no segmento estruturado*, FIP[2]	25%	25%
		e	FII e FIC-FII*	25%	25%
		f	FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26 e FIC-FI constituídos no Brasil de que tratam os incisos II, IV e VI do art. 26*	25%	25%
		g	Demais emissores, ressalvado o disposto nos incisos III e IV	25%	25%
	III	-	Patrimônio separado constituído nas emissões de certificado de recebíveis com a adoção de regime fiduciário[3]	25%	25%
	IV	a	Fundo de investimento constituído no exterior de que trata o inciso III do art. 26	15%	15%
		b	Do emissor listado na alínea "d" do inciso III do art. 21	15%	15%
	-	§1º	De uma mesma classe ou série de títulos ou valores mobiliários de renda fixa.	25%	25%

Fonte: Núcleo de Investimentos

Em relação ao limite estabelecido nas alíneas "b", "d", "e" e "f" do inciso II, não se aplica o limite de 25% nos FIC-FI se as suas aplicações observem os limites do art. 28.

Não se aplica o limite de 25% nos FIP que invistam pelo menos 90% do PL em cotas de outros FIP, desde que suas aplicações observarem os limites do art. 28.

Emissões de certificados de recebíveis com a adoção de regime fiduciário, considera-se como emissor cada patrimônio separado constituído com a adoção do referido regime.

DESPESAS COM ADMINISTRAÇÃO DOS INVESTIMENTOS

O quadro demonstra os gastos com Custódia, Corretoras, Câmaras de Liquidação e Custódia e demais custos que envolvem diretamente a administração dos investimentos da Fundação. Os custos aumentaram 4,74% em relação a 2018, compatível com a inflação do período e aumento do patrimônio.

DESPESAS COM CUSTODIANTE - POR PLANO	TOTAL 2018	TOTAL 2019	Δ %
PLANO DE BENEFÍCIO I - PBD-I	6.487,10	5.774,56	-10,98%
PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO	84.037,82	90.186,42	7,32%
PLANO GERAL SALDADO - PGS	89.003,24	92.760,29	4,22%
PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER	59.301,03	64.141,72	8,16%
PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA - PGA	4.282,36	1.776,21	-58,52%
CONSOLIDADO	243.111,55	254.639,20	4,74%

Fonte: Núcleo de Investimentos

Categories
Expense by month
Marketing Budget
Benefits
Payroll taxes
Salaries
Commissions and bonuses
Personnel Total
Web Research
Independent Research
Firm Research Fees

FAPERS

FUNDAÇÃO ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIA
DA EXTENSÃO RURAL NO RIO GRANDE DO SUL

GESTÃO CONTÁBIL

As informações prestadas neste capítulo, referentes a Gestão Contábil, tem por base as normas específicas dos Órgão Reguladores aos procedimentos contábeis das Entidades Fechadas de Previdência Complementar – EFPC.

Fonte de dados: Núcleo de Contabilidade

INTRODUÇÃO

A contabilidade das Entidades Fechadas de Previdência Complementar deve ser elaborada respeitando a autonomia patrimonial dos planos de benefícios e administrativo, e disponibilizar um conjunto de dados consistentes e transparentes, com objetivo de caracterizar cada uma das atividades realizadas.

Para tal, utiliza-se as Demonstrações Contábeis, que apresentam a estrutura monetária da Entidade, espelhando a posição patrimonial e financeira, bem como o resultado do gerenciamento dos recursos que são confiados à Administração.

As Demonstrações são divulgadas por ocasião do encerramento do exercício, e elaboradas de forma individual, isto é, por plano (PBD-I, Plano Misto, PGS, PREVER e PGA) e também consolidadas, que é a soma de todos os planos trazendo, na essência, a combinação dos registros contábeis dos planos individuais, de acordo com a legislação e as práticas contábeis vigentes (descritas na Nota Explicativa de nº 3, do exercício de 2019).

As Demonstrações comparam o exercício atual com o exercício anterior, apresentando na coluna "Variação %" o acréscimo ou decréscimo ocorrido no ano atual em relação ao ano anterior. Os valores são expressos em milhares de reais (R$ mil), por exemplo, onde consta R$ 500 mil leia-se: R$ 500.000,00 (Quinhentos mil Reais).

As Notas Explicativas complementam as Demonstrações Contábeis, visando fornecer as informações necessárias para compreensão dos valores apontados.

Este capítulo apresenta as Demonstrações Contábeis e as Notas Explicativas referentes ao exercício social de 2019, e seguirão a seguinte ordem:

1)Balanço Patrimonial: Demonstração que atesta, de forma consolidada, a situação patrimonial da entidade;

2) Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado - DMPS: Apresenta, de forma consolidada, as modificações do Patrimônio Social dos planos de benefícios;

3) Demonstração da Mutação do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL: Evidencia, de forma individual, as modificações do Ativo líquido (Patrimônio de Cobertura) dos planos de benefícios;

4) Demonstrativo do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL: Esta Demonstração equivale ao Balanço Patrimonial individualizado por plano de benefícios;

5) Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios - DPT: Elucida, de forma individual, a totalidade dos compromissos dos planos de benefícios previdenciais administrados pela Fundação. Em suma, apresenta os valores das obrigações presentes e futuras do plano para com seus participantes;

6) Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidado - DPGA: Apresenta o resultado da gestão administrativa da Fundação na administração dos planos de benefícios, por ocasião do encerramento do exercício, de forma consolidada. Demonstra as receitas e as despesas administrativas da Fundação, e o decorrente Fundo Administrativo Acumulado.

1) BALANÇO PATRIMONIAL

Quadro 1: Balanço Patrimonial em 31/12/2019

Descrição	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Descrição	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo		31/12/2019	31/12/2018	Passivo		31/12/2019	31/12/2018
Disponível		**126**	**35**	**Exigível Operacional**		**907**	**913**
Realizável		**622.033**	**572.243**	Gestão Previdencial		507	510
Gestão Previdencial	Nota 6	67.547	68.994	Gestão Administrativa		248	252
Gestão Administrativa		370	402	Investimentos		152	151
Investimentos	Nota 5	554.116	502.847	**Exigível Contingencial**	Nota 12	**495**	**277**
Títulos Públicos		310.917	301.793	Gestão Previdencial		495	277
Créditos Privados e Depósitos		39.335	71.329	**Patrimônio Social**		**620.826**	**571.161**
Fundos de Investimentos		193.215	119.016	**Patrimônio de Cobertura do Plano**		**616.258**	**567.277**
Investimentos Imobiliários		7.013	7.381	**Provisões Matemáticas**		**616.981**	**563.155**
Empréstimos e Financiamentos		3.555	3.247	Benefícios Concedidos		384.357	354.307
Depósitos Judiciais/Recursais	Nota 13	81	81	Benefícios a Conceder		274.235	250.292
Permanente	Nota 4	**69**	**73**	(-) Provisões Matemáticas a Constituir		-41.611	-41.444
Imobilizado		51	54	**Equilíbrio Técnico**	Nota 10	**-723**	**4.122**
Intangível		18	19	Resultados Realizados		-723	4.122
				Déficit Técnico Acumulado		-723	4.122
				Fundos	Nota 11	**4.568**	**3.884**
				Fundos Previdenciais		309	214
				Fundos Administrativos		3.727	3.186
				Fundos dos Investimentos		532	484
Total do Ativo		**622.228**	**572.351**	**Total do Passivo**		**622.228**	**572.351**

2) DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO SOCIAL (DMPS)

Quadro 2: Demonstração da Mutação do Patrimônio Social (DMPS)

Descrição	Exercício Atual 31/12/2019	Exercício Anterior 31/12/2018	Variação %
A) Patrimônio Social - início do exercício	**571.161**	**533.045**	**7,15**
1. Adições	**92.944**	**74.074**	**25,47**
(+) Contribuições Previdenciais	29.201	28.536	2,33
(+) Resultado positivo líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	60.287	42.151	43,03
(+) Receitas Administrativas	3.060	3.149	-2,83
(+) Resultado positivo líquido dos Investimentos - Gestão Administrativa	348	211	64,93
(+) Constituição de Fundos de Investimento	48	27	77,78
2. Destinações	**-43.279**	**-35.958**	**20,36**
(-) Benefícios	-40.146	-33.188	20,97
(-) Constituição líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-266	-8	3225,00
(-) Despesas Administrativas	-2.867	-2.762	3,80
3. Acréscimo/Decréscimo no Patrimônio Social (1+2)	**49.665**	**38.116**	**30,30**
(+/-) Provisões Matemáticas	53.826	32.862	63,79
(+/-) *Superávit (Déficit)* Técnico do Exercício	-4.845	4.535	-206,84
(+/-) Fundos Previdenciais	95	94	1,06
(+/-) Fundos Administrativos	541	598	-9,53
(+/-) Fundos dos Investimentos	48	27	77,78
B) Patrimônio Social - final do exercício (A+3)	**620.826**	**571.161**	**8,70**

3) DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (DMAL)

Quadro 3: DMAL do Plano de Benefício I – PBD-I - CNPB: 19810000747

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/12/2019	31/12/2018	%
A) Ativo líquido - início do exercício	**13.090**	**12.719**	**2,92**
1. Adições	**1.566**	**1.251**	**25,18**
(+) Contribuições	215	222	-3,15
(+) Resultado positivo líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	1.351	1.029	31,29
2. Destinações	**-841**	**-880**	**-4,43**
(-) Benefícios	-841	-869	-3,22
(-) Custeio Administrativo	0	-11	-100,00
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo líquido (1+2)	**725**	**371**	**95,42**
(+/-) Provisões Matemáticas	-176	397	-144,33
(+/-) *Superávit (Déficit)* Técnico do Exercício	901	-26	3565,38
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	**13.815**	**13.090**	**5,54**
C) Fundos não Previdenciais	**1.216**	**1.099**	**10,65**
(+/-) Fundos Administrativos	1.212	1.095	10,68
(+/-) Fundos dos Investimentos	4	4	0,00

Quadro 4: DMAL do Plano de Benefícios II – PLANO MISTO - CNPB: 2000008038

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/12/2019	31/12/2018	%
A) Ativo líquido - início do exercício	**183.333**	**168.529**	**8,78**
1. Adições	**29.455**	**24.537**	**20,04**
(+) Contribuições	8.441	8.696	-2,93
(+) Resultado positivo líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	21.014	15.841	32,66
2. Destinações	**-11.352**	**-9.733**	**16,63**
(-) Benefícios	-10.754	-9.020	19,22
(-) Constituição líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-20	-4	400,00
(-) Custeio Administrativo	-578	-709	-18,48
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo líquido (1+2)	**18.103**	**14.804**	**22,28**
(+/-) Provisões Matemáticas	16.602	14.190	17,00
(+/-) Fundos Previdenciais	95	94	1,06
(+/-) *Superávit (Déficit)* Técnico do Exercício	1.406	520	170,38
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	**201.436**	**183.333**	**9,87**
C) Fundos não Previdenciais	**1.026**	**986**	**4,06**
(+/-) Fundos Administrativos	667	639	4,38
(+/-) Fundos dos Investimentos	359	347	3,46

Quadro 5: DMAL do Plano Geral Saldado – PGS - CNPB: 2008004783

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/12/2019	31/12/2018	%
A) Ativo líquido - início do exercício	**257.784**	**250.707**	**2,82**
1. Adições	**28.257**	**28.234**	**0,08**
(+) Contribuições	10.603	10.378	2,17
(+) Resultado positivo líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	17.654	17.856	-1,13
2. Destinações	**-23.646**	**-21.157**	**11,76**
(-) Benefícios	-22.999	-20.767	10,75
(-) Constituição líquida de Contingências - Gestão Previdencial	-246	-4	6050,00
(-) Custeio Administrativo	-401	-386	3,89
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo líquido (1+2)	**4.611**	**7.077**	**-34,85**
(+/-) Provisões Matemáticas	11.763	3.036	287,45
(+/-) *Superávit (Déficit)* Técnico do Exercício	-7.152	4.041	-276,99
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	**262.395**	**257.784**	**1,79**
C) Fundos não Previdenciais	**1.084**	**913**	**18,73**
(+/-) Fundos Administrativos	962	811	18,62
(+/-) Fundos dos Investimentos	122	102	19,61

Quadro 6: DMAL do Plano de Benefícios Prever - CNPB: 2016.0006-19

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/12/2019	31/12/2018	%
A) Ativo líquido - início do exercício	**113.284**	**98.045**	**15,54**
1. Adições	**31.866**	**18.456**	**72,66**
(+) Contribuições	11.598	11.031	5,14
(+) Resultado positivo líquido dos Investimentos - Gestão Previdencial	20.268	7.425	172,97
2. Destinações	**-6.229**	**-3.217**	**93,63**
(-) Benefícios	-5.552	-2.532	119,27
(-) Custeio Administrativo	-677	-685	-1,17
3. Acréscimo/Decréscimo no Ativo líquido (1+2)	**25.637**	**15.239**	**68,23**
(+/-) Provisões Matemáticas	25.637	15.239	68,23
B) Ativo líquido - final do exercício (A+3)	**138.921**	**113.284**	**22,63**
C) Fundos não Previdenciais	**933**	**672**	**38,84**
(+/-) Fundos Administrativos	886	641	38,22
(+/-) Fundos dos Investimentos	47	31	51,61

4) DEMONSTRAÇÃO DO ATIVO LÍQUIDO POR PLANO DE BENEFÍCIOS (DAL)

Quadro 7: DAL do Plano de Benefício I – PBD-I - CNPB: 19810000747

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/12/2019	31/12/2018	%
1. Ativos	**15.041**	**14.199**	**5,93**
Disponível	2	2	0,00
Recebível	2.695	2.589	4,09
Investimento	12.344	11.608	6,34
Títulos Públicos	7.078	6.818	3,81
Créditos Privados e Depósitos	1.570	2.011	-21,93
Fundos de Investimento	3.489	2.560	36,29
Investimentos Imobiliários	207	219	-5,48
2.Obrigações	**10**	**10**	**0,00**
Operacional	10	10	0,00
3. Fundos não Previdenciais	**1216**	**1.099**	**10,65**
Fundos Administrativos	1.212	1.095	10,68
Fundos dos Investimentos	4	4	0,00
5. Ativo Líquido (1-2-3)	**13.815**	**13.090**	**5,54**
Provisões Matemáticas	11.310	11.486	-1,53
Superávit (Déficit) Técnico	2.505	1.604	56,17
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Equilíbrio Técnico	2.505	1.604	56,17
B)(+/-) Ajuste de Precificação	324	364	-10,99
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	2.829	1.968	43,75

Quadro 8: DAL do Plano de Benefícios II - Plano Misto - CNPB: 2000008038

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/12/2019	31/12/2018	%
1. Ativos	**202.976**	**184.834**	**9,82**
Disponível	48	24	100,00
Recebível	2.110	2.669	-20,94
Investimento	200.818	182.141	10,25
Títulos Públicos	132.044	127.222	3,79
Créditos Privados e Depósitos	15.105	28.605	-47,19
Fundos de Investimento	50.985	23.603	116,01
Investimentos Imobiliários	1.468	1.545	-4,98
Empréstimos	1.135	1.085	4,61
Depósitos Judiciais/Recursais	81	81	0,00
2.Obrigações	**514**	**515**	**-0,19**
Operacional	247	242	2,07
Contingencial	267	273	-2,20
3. Fundos não Previdenciais	**1.026**	**986**	**4,06**
Fundos Administrativos	667	639	4,38
Fundos dos Investimentos	359	347	3,46
5. Ativo Líquido (1-2-3)	**201.436**	**183.333**	**9,87**
Provisões Matemáticas	197.367	180.765	9,18
Superávit (Déficit) Técnico	3.760	2.354	59,73
Fundos Previdenciais	309	214	44,39
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Equilíbrio Técnico	3.760	2.354	59,73
B)(+/-) Ajuste de Precificação	4.480	4.570	-1,97
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	8.240	6.924	19,01

Quadro 9: DAL do Plano Geral Saldado – PGS - CNPB: 2008004783

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/12/2019	31/12/2018	%
1. Ativos	**263.953**	**258.936**	**1,94**
Disponível	8	3	166,67
Recebível	64.130	64.595	-0,72
Investimento	199.815	194.338	2,82
Títulos Públicos	137.959	134.969	2,22
Créditos Privados e Depósitos	16.454	34.008	-51,62
Fundos de Investimento	40.176	19.815	102,76
Investimentos Imobiliários	4.583	4.823	-4,98
Empréstimos	643	723	-11,07
2.Obrigações	**474**	**239**	**98,33**
Operacional	246	235	4,68
Contingencial	228	4	5600,00
3. Fundos não Previdenciais	**1.084**	**913**	**18,73**
Fundos Administrativos	962	811	18,62
Fundos dos Investimentos	122	102	19,61
5. Ativo Líquido (1-2-3)	**262.395**	**257.784**	**1,79**
Provisões Matemáticas	269.383	257.620	4,57
Superávit (Déficit) Técnico	-6.988	164	-4360,98
6. Apuração do Equilíbrio Técnico Ajustado			
A) Equilíbrio Técnico	-6.988	164	-4360,98
B)(+/-) Ajuste de Precificação	8.279	6.578	25,86
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	1.291	6.742	-80,85

Quadro 10: DAL do Plano de Benefícios Prever - CNPB: 2016.0006-19

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/12/2019	31/12/2018	%
1. Ativos	**140.010**	**114.130**	**22,68**
Disponível	4	5	-20,00
Recebível	2.338	2.328	0,43
Investimento	137.668	111.797	23,14
Títulos Públicos	32.702	31.566	3,60
Créditos Privados e Depósitos	6.206	6.705	-7,44
Fundos de Investimento	96.228	71.293	34,98
Investimentos Imobiliários	755	794	-4,91
Empréstimos	1.777	1.439	23,49
2.Obrigações	**156**	**174**	**-10,34**
Operacional	156	174	-10,34
3. Fundos não Previdenciais	**933**	**672**	**38,84**
Fundos Administrativos	886	641	38,22
Fundos dos Investimentos	47	31	51,61
5. Ativo Líquido (1-2-3)	**138.921**	**113.284**	**22,63**
Provisões Matemáticas	138.921	113.284	22,63

5) DEMONSTRAÇÃO DAS PROVISÕES TÉCNICAS DOS PLANOS DE BENEFÍCIOS (DPT)

Quadro 11: DPT do Plano de Benefício I – PBD-I - CNPJ: 19810000747

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/12/2019	31/12/2018	%
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	**13.829**	**13.104**	**5,53**
1. Provisões Matemáticas	**11.310**	**11.486**	**-1,53**
1.1. Benefícios Concedidos	**9.714**	**9.984**	**-2,70**
Benefício Definido	9.714	9.984	-2,70
1.2. Benefício a Conceder	**1.596**	**1.502**	**6,26**
Benefício Definido	1.596	1.502	6,26
2. Equilíbrio Técnico	**2.505**	**1.604**	**56,17**
2.1. Resultados Realizados	**2.505**	**1.604**	**56,17**
***Superávit* Técnico Acumulado**	**2.505**	**1.604**	**56,17**
Reserva de Contingência	2.270	1.604	41,52
Reserva para Revisão de Plano	235	0	-
3. Fundos	**4**	**4**	**0,00**
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	4	4	0,00
4. Exigível Operacional	**10**	**10**	**0,00**
4.1. Gestão Previdencial	7	6	16,67
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	3	4	-25,00

Quadro 12: DPT do Plano de Benefícios II - Plano Misto - CNPJ: 2000008038

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/12/2019	31/12/2018	%
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	**202.309**	**184.195**	**9,83**
1. Provisões Matemáticas	**197.367**	**180.765**	**9,18**
1.1. Benefícios Concedidos	**93.894**	**82.575**	**13,71**
Contribuição Definida	3.778	3.482	8,50
Benefício Definido	90.116	79.093	13,94
1.2. Benefício a Conceder	**105.506**	**100.197**	**5,30**
Contribuição Definida	**105.506**	**100.197**	**5,30**
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	41.827	38.978	7,31
Saldo de Contas - Parcela Participantes	63.679	61.219	4,02
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	**-2.033**	**-2.007**	**1,30**
(-) *Déficit* Equacionado	**-2.033**	**-2.007**	**1,30**
(-) Assistidos	-2.033	-2.007	1,30
2. Equilíbrio Técnico	**3.760**	**2.354**	**59,73**
2.1. Resultados Realizados	**3.760**	**2.354**	**59,73**
***Superávit* Técnico Acumulado**	**3.760**	**2.354**	**59,73**
Reserva de Contingência	3.760	2.354	59,73
3. Fundos	**668**	**561**	**19,07**
3.1. Fundos Previdenciais	309	214	44,39
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	359	347	3,46
4. Exigível Operacional	**247**	**242**	**2,07**
4.1. Gestão Previdencial	184	184	0,00
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	63	58	8,62
5. Exigível Contingencial	**267**	**273**	**-2,20**
5.1. Gestão Previdencial	267	273	-2,20

Quadro 13: DPT do Plano Geral Saldado – PGS - CNPJ: 2008004783

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/12/2019	31/12/2018	%
Provisões Técnicas (1+2+3+4+5)	**262.991**	**258.125**	**1,89**
1. Provisões Matemáticas	**269.383**	**257.620**	**4,57**
1.1. Benefícios Concedidos	**270.106**	**251.637**	**7,34**
Benefício Definido	270.106	251.637	7,34
1.2. Benefício a Conceder	**38.855**	**45.420**	**-14,45**
Benefício Definido	38.855	45.420	-14,45
1.3. (-) Provisões Matemáticas a Constituir	**-39.578**	**-39.437**	**0,36**
(-) *Déficit* Equacionado	**-39.578**	**-39.437**	**0,36**
(-) Assisitidos	-39.578	-39.437	0,36
2. Equilíbrio Técnico	**-6.988**	**164**	**-4360,98**
2.1. Resultados Realizados	**-6.988**	**164**	**-4360,98**
***Déficit* Técnico Acumulado**	**-6.988**	**164**	**-4360,98**
Déficit Técnico Acumulado	-6.988	164	-4360,98
3. Fundos	**122**	**102**	**19,61**
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	122	102	19,61
4. Exigível Operacional	**246**	**235**	**4,68**
4.1. Gestão Previdencial	194	178	8,99
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	52	57	-8,77
5. Exigível Contingencial	**228**	**4**	**5600,00**
5.1. Gestão Previdencial	228	4	5600,00

Quadro 14: DPT do Plano de Benefícios Prever - CNPB: 2016.0006-19

Descrição	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
	31/12/2019	31/12/2018	%
Provisões Técnicas (1+2+3+4)	**139.124**	**113.489**	**22,59**
1. Provisões Matemáticas	**138.921**	**113.284**	**22,63**
1.1. Benefícios Concedidos	**10.643**	**10.111**	**5,26**
Contribuição Definida	10.643	10.111	5,26
1.2. Benefício a Conceder	**128.278**	**103.173**	**24,33**
Contribuição Definida	**128.278**	**103.173**	**24,33**
Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)/Instituidor(es)	17.787	10.836	64,15
Saldo de Contas - Parcela Participantes	110.491	92.337	19,66
3. Fundos	**47**	**31**	**51,61**
3.2. Fundos dos Investimentos - Gestão Previdencial	47	31	51,61
4. Exigível Operacional	**156**	**174**	**-10,34**
4.1. Gestão Previdencial	122	142	-14,08
4.2. Investimentos - Gestão Previdencial	34	32	6,25

6) DEMONSTRAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA (DPGA) CONSOLIDADA

Quadro 15: Demonstração do Plano de Gestão Administrativa Consolidada (DPGA)

Descrição	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior	Variação
		31/12/2019	31/12/2018	%
A) Fundo Administrativo do Exercício Anterior		**3.186**	**2.588**	**23,11**
1. Custeio da Gestão Administrativa	Nota 7.1	**3.408**	**3.360**	**1,43**
1.1. Receitas		**3.408**	**3.360**	**1,43**
Custeio Administrativo da Gestão Previdencial		1.656	1.791	-7,54
Custeio Administrativo dos Investimentos		1.384	1.340	3,28
Taxa de Administração de Empréstimos		4	6	-33,33
Resultado Positivo Líquido dos Investimentos		348	211	64,93
Outras Receitas		16	12	33,33
2. Despesas Administrativas	Nota 7.2	**-2.867**	**-2.762**	**3,80**
2.1 Administração Previdencial		**-1.481**	**-1.422**	**4,15**
Pessoal e Encargos		-857	-847	1,18
Treinamentos/Congressos e Seminários		-14	-16	-12,50
Viagens e Estadias		-24	-23	4,35
Serviços de Terceiros		-398	-366	8,74
Despesas Gerais		-151	-145	4,14
Depreciações e Amortizações		-11	-8	37,50
Tributos		-16	-17	-5,88
Outras Despesas		-10	0	-
2.2. Administração dos Investimentos		**-1.386**	**-1.340**	**3,43**
Pessoal e Encargos		-857	-848	1,06
Treinamentos/Congressos e Seminários		-14	-16	-12,50
Viagens e Estadias		-24	-23	4,35
Serviços de Terceiros		-303	-285	6,32
Despesas Gerais		-151	-145	4,14
Depreciações e Amortizações		-11	-7	57,14
Tributos		-16	-16	0,00
Outras Despesas		-10	0	-
6. Sobra/Insuficiência da Gestão Administrativa (1-2)		**541**	**598**	**-9,53**
7. Constituição/Reversão do Fundo Administrativo (6)		**541**	**598**	**-9,53**
B) Fundo Administrativo do Exercício Atual (A+7)	Nota 11.2	**3.727**	**3.186**	**16,98**

NOTAS EXPLICATIVAS

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras, contendo informações que visam esclarecer os critérios contábeis utilizados pela Entidade, bem como os registros realizados evidenciados nas Demonstrações.

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul – FAPERS, é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar - EFPC, com sede na Rua Marcilio Dias nº 1073, bairro Menino Deus, em Porto Alegre/RS, constituída pelo Patrocinador Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR, sob forma de Sociedade Civil, sem fins lucrativos, com autorização de funcionamento concedida em 24 de março de 1981, através da Portaria MPAS nº 2.463, e início efetivo de suas atividades em maio de 1981.

A FAPERS tem como missão administrar os planos de previdência complementar, agregando valor à política de gestão de pessoas dos patrocinadores, contribuindo para a segurança e a qualidade de vida dos participantes.

Os recursos de que a Entidade dispõe para seu funcionamento são provenientes das contribuições dos patrocinadores e de seus participantes, e pelos rendimentos obtidos nas aplicações desses recursos.

Os recursos dos planos de benefícios e da gestão administrativa são aplicados de acordo com os critérios estabelecidos na Política de Investimentos, com segregação real e individualizada dos investimentos, conforme documentação do custodiante Banco Bradesco S/A.

A Fundação é regulamentada pela Lei Complementar nº 109 de 29 de maio de 2001, e pela Lei Complementar nº 108 de 29 de maio de 2001 para fins de paridade contributiva, bem como pelas resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC, e pelas normas do órgão fiscalizador PREVIC - Superintendência Nacional de Previdência Complementar. Com relação à gestão dos Recursos Garantidores das Provisões Matemáticas, segue também as normas estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN.

NOTA 2 – PLANOS DE BENEFÍCIOS

A Fundação administra quatro planos de benefícios, tendo como Patrocinadores a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural - ASCAR, e a própria Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, patrocinando os seus empregados.

A FAPERS, quando de sua constituição, implantou o Plano de Benefício Definido -PBD-I.

Em fevereiro de 2001, por ocasião da reforma de seu Estatuto, instituiu um novo plano de benefícios, inicialmente chamado de Plano Previdenciário Misto, que em 06 de abril de 2006, passou a denominar-se Plano de Benefícios II – Plano Misto.

Em dezembro de 2008, foi autorizada a aplicação do Regulamento do Plano Geral Saldado -PGS, originado da cisão do Plano Misto e da opção dos participantes do PBD-I, vinculados a FAPERS em 31 de dezembro de 2000.

Em junho de 2016, a Fundação implantou o Plano de Benefícios Prever, a partir da aprovação do processo de migração voluntária de participantes e assistidos do Plano Misto.

O Prever é o plano de benefícios da FAPERS que está aberto para o ingresso de novos participantes, sendo que os demais estão fechados para novas adesões.

A identificação dos Planos de Benefícios está demonstrada no quadro abaixo:

Plano de Benefício I - PBD-I	Plano de Benefícios II – Plano Misto	Plano Geral Saldado - PGS	Plano de Benefícios Prever
CNPB: 1981000747	**CNPB:** 2000008038	**CNPB:** 2008004783	**CNPB:** 2016000619
Modalidade: Benefício Definido - BD	**Modalidade:** Contribuição Variável - CV	**Modalidade:** Benefício Definido - BD	**Modalidade:** Contribuição Definida - CD

A composição populacional dos Planos, em 31 de dezembro de 2019, está descrita no quadro a seguir, de nº 02, totalizando 2.894 participantes.

Descrição	PBD-I		Plano Misto		PGS		Prever	
	Quantidade	Idade média	Quantidade	Idade média	Quantidade	Idade média	Quantidade	Idade média
Ativos	1	62	707	52	135	59	922	46
Assistidos	12	76	368	67	476	69	80	66
Pensionistas	1	77	56	62	65	70	8	61
Inválidos	-	-	30	65	-	-	-	-
Temporário	-	-	33	62	-	-	-	-

Fonte: Consultoria atuarial

NOTA 3 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas conforme as práticas adotadas no Brasil, em atendimento às exigências do CNPC e da PREVIC, e, quando aplicável, às normas do Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A Instrução do Ministério da Previdência Social/ Secretaria de Previdência Complementar - MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009, estabelece as normas específicas para os procedimentos contábeis das EFPCs, e seus anexos, que tratam das Demonstrações Contábeis, da Planificação Contábil Padrão, da função e funcionamento das contas e das Normas Complementares, foram atualizados, em 03 de dezembro de 2018, pela Instrução PREVIC nº 11. A Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, também é observada, pois dispõe sobre os procedimentos contábeis das EFPCs.

As Demonstrações Contábeis estão apresentadas em milhares de reais, e são compostas por: Balanço Patrimonial Consolidado, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social Consolidado – DMPS, Demonstração da Mutação do Ativo Líquido – DMAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Ativo Líquido – DAL, por Plano de Benefícios, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, Consolidada, Demonstração do Plano de Gestão Administrativa – DPGA, por Plano de Benefícios (facultativa) e Demonstração das Provisões Técnicas do Plano de Benefícios – DPT. A FAPERS declara que todas as informações relevantes, e somente as relevantes, estão sendo divulgadas nas Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis.

NOTA 4 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis adotadas pela Fundação, com base na legislação vigente, citada na NOTA 3, foram as seguintes:

- Os Balancetes são emitidos por plano de benefícios, com a finalidade de dar maior transparência na apuração dos resultados dos mesmos, além de manter a independência do patrimônio das diferentes gestões e planos administrados pela Entidade;

- O resultado é apurado pelo regime de competência, o mesmo se aplicando aos rendimentos como bonificações, dividendos e juros sobre o capital próprio, e representam de forma analítica o resultado líquido apurado em cada gestão e plano, tendo como exceção o registro com base no regime de caixa para as Contribuições de 13º salários do Plano de Benefícios Prever, conforme previsto no § 2º do artigo nº 10 da Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018;

- Os Títulos Públicos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos mantidos até o vencimento, são registrados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos;

- Os Títulos e valores mobiliários classificados na categoria de títulos para negociação são ajustados pelo valor de mercado, sendo de responsabilidade da Entidade a apuração deste valor, em consonância com as normas determinadas pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários;

- Quando aplicável, as ações adquiridas são registradas pelo custo de aquisição, acrescido de despesas de corretagem e outras taxas, e avaliadas pelo valor de fechamento do mercado do último dia do mês em que a ação tenha sido negociada na Bolsa de Valores, já as ações que não tenham sido negociadas em bolsas de valores, ou em mercado de balcão organizado, por período superior a seis meses, são avaliadas pelo último valor patrimonial publicado ou pelo custo, dos dois o que for menor;

- Os montantes relativos aos Fundos de Investimentos são representados pelo valor de suas cotas, na data da última cotação de cada mês de competência;

- Os Investimentos Imobiliários estão registrados ao custo de aquisição ou construção e ajustados periodicamente por reavaliações, e são depreciados (exceto terrenos) pelas taxas correspondentes ao tempo de vida útil remanescente fixada nos laudos de reavaliação;

- Os Empréstimos correspondem a empréstimos simples e seu saldo inclui principal, juros e atualização monetária de cada mês de competência;

- Foram constituídas provisões referentes aos direitos creditórios de liquidação duvidosa para Contribuições e Empréstimos dos Planos de Benefícios, seguindo os critérios definidos na legislação específica, conforme demonstrado no quadro abaixo, de nº 03;

Quadro 03 - Prazos e percentuais aplicados na Constituição de PCLD

Atraso de	% aplicado s/valor dos créditos vencidos e vincendos
61 a 120 dias	25%
121 a 240 dias	50%
241 a 360 dias	75%
Superior a 360 dias	100%

Fonte: Instrução SPC/MPS nº 34, item 11 do Anexo A

• Os bens que constituem o Ativo Permanente são registrados pelo custo de aquisição, e depreciados ou amortizados mensalmente pelo método linear, às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil fixado por espécie de bem, conforme determina a Instrução nº 34 da SPC/MPS, de 24 de setembro de 2009. O quadro abaixo, de nº 04, demonstra os valores referentes ao Ativo Permanente da FAPERS, em 31 de dezembro de 2019.

Quadro 04 - Ativo Permanente R$ Mil

Descrição	Taxa de Depreciação / Amortização	31/12/2019			31/12/2018		
		Custo	Depreciação / Amortização Acumulada	Valor residual	Custo	Depreciação / Amortização Acumulada	Valor residual
Ativo Permanente				**69**			**73**
Imobilizado		**225**	**-174**	**51**	**221**	**-167**	**54**
Móveis e Utensílios	10%a.a.	63	-55	8	63	-54	9
Máquinas e Equipamentos	10%a.a.	49	-47	2	48	-47	1
Computadores e Periféricos	20%a.a.	113	-72	41	110	-66	44
Intangível		**95**	**-77**	**18**	**93**	**-74**	**19**
Softwares	20%a.a.	83	-77	6	82	-74	8
Direito de Uso de Telefone		8	-	8	8	-	8
Marcas e Patentes		4	-	4	3	-	3

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 5 – COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA DE INVESTIMENTOS

Os investimentos são realizados conforme os objetivos definidos no planejamento estratégico da FAPERS, entre eles de garantir a rentabilidade dos investimentos, compatível com a meta dos Planos de Benefícios e de Gestão Administrativa. Os investimentos seguem os respectivos orçamentos de riscos, obedecendo os limites dispostos na legislação vigente e na Política de Investimentos.

O quadro a seguir, de nº 05, apresenta a composição dos Investimentos de forma consolidada, em consonância com os saldos do Balanço de 2019, e em comparação a 2018.

Quadro 05 - Posição Consolidada dos Investimentos R$ Mil

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018	Variação %
Investimentos	**554.116**	**502.847**	**10%**
Títulos Públicos	**310.917**	**301.793**	**3%**
Títulos Públicos	310.917	301.793	3%
Créditos Privados e Depósitos	**39.335**	**71.329**	**-45%**
Instituições Financeiras	11.141	10.784	3%
Companhias Abertas	28.194	60.545	-53%
Fundos de Investimentos	**193.215**	**119.016**	**62%**
Referenciado	0	36.565	-100%
Renda fixa	2.733	35.583	-92%
Ações	102.946	14.371	616%
Multimercado	80.755	26.577	204%
Índice de Mercado	0	8	-100%
Imobiliário	6.781	5.912	15%
Investimentos Imobiliários	**7.013**	**7.381**	**-5%**
Aluguéis e Renda	7.013	7.381	-5%
Empréstimos	**3.555**	**3.247**	**9%**
Depósitos Judiciais/Recursais	**81**	**81**	**0%**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

O quadro abaixo, de nº 06, demonstra a composição dos Investimentos dos Planos de Benefícios e do Plano de Gestão Administrativa, em conformidade com os saldos das Demonstrações do Ativo Líquido do exercício de 2019.

Quadro 06 - Posição dos Investimentos por Planos R$ Mil

Descrição	Saldos em 31/12/2019				
	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	PGA
Investimentos	**12.344**	**200.818**	**199.815**	**137.668**	**3.471**
Títulos Públicos	**7.078**	**132.044**	**137.959**	**32.702**	**1.134**
Títulos Públicos	7.078	132.044	137.959	32.702	1.134
Créditos Privados e Depósitos	**1.570**	**15.105**	**16.454**	**6.206**	**0**
Instituições Financeiras	332	3.860	4.302	2.647	0
Companhias Abertas	1.238	11.245	12.152	3.559	0
Fundos de Investimentos	**3.489**	**50.985**	**40.176**	**96.228**	**2.337**
Renda fixa	0	1.315	0	1.315	103
Ações	1.365	30.362	23.446	47.057	717
Multimercado	2.124	15.918	16.730	44.466	1.517
Imobiliário	0	3.390	0	3.390	0
Investimentos Imobiliários	**207**	**1.468**	**4.583**	**755**	**0**
Aluguéis e Renda	207	1.468	4.583	755	0
Empréstimos	**0**	**1.135**	**643**	**1.777**	**0**
Depósitos Judiciais/Recursais	**0**	**81**	**0**	**0**	**0**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

A Resolução Bacen nº 4.661, de 25 de maio de 2018, no seu artigo nº 24, cita os Certificados de Recebíveis Imobiliários (CRI) e os Fundos de Investimentos Imobiliários (FII) como segmento imobiliário, divergindo da planificação contábil padrão, apresentada no Anexo A da Instrução PREVIC nº 11, de 03 de dezembro de 2018, e dos relatórios de Carteira Diária emitidos pelo Custodiante Bradesco.

O Núcleo de Contabilidade estudou, junto ao Núcleo de Investimentos, as possibilidades de classificação contábil dos CRI e FII, com o objetivo de adequar os registros contábeis à legislação vigente acima citada, bem como ao custodiante contratado, e optou por manter a classificação contábil atual dos CRI e FII, em Créditos Privados e Depósitos e Fundos de Investimentos, respectivamente, de acordo com os relatórios de Carteira Diária emitidos pelo Custodiante Bradesco.

Os Núcleos mantém o permanente acompanhamento de novos regramentos emitidos pelos Órgãos Reguladores.

5.1 – CRITÉRIOS PARA REGISTRO E AVALIAÇÃO DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Em atendimento à Resolução CNPC nº 29, de 13 de abril de 2018, os títulos e valores mobiliários foram classificados em duas categorias:

- Títulos para Negociação - quando adquiridos com o propósito de serem negociados, independentemente do prazo a decorrer, os quais devem ser avaliados ao valor de mercado;

- Títulos Mantidos até o Vencimento - quando a intenção da administração, e considerando a capacidade financeira da Entidade, é manter os referidos títulos até o vencimento, considerando prazos mínimos de vencimentos e classificação de risco do título.

O quadro a seguir, de nº 07, demonstra a classificação dos títulos dos planos de benefícios da FAPERS, em 31 de dezembro de 2019.

Quadro 07 - Classificação dos Investimentos

R$ Mil

Descrição	Categoria	Natureza	Custo de Aquisição	Montante em 31/12/2019	Faixas de Vencimentos
TÍTULOS PÚBLICOS			**249.202**	**310.917**	
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	12.545	17.454	228 dias
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	202	225	501 dias
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	14.386	18.012	958 dias
NTN-F	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	1.720	1.874	1.097 dias
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	12.022	13.044	1.231 dias
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	22.230	28.234	1.689 dias
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	20.462	22.427	2.419 dias
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	11.359	12.047	3.150 dias
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	37.536	49.453	3.880 dias
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	39.079	49.195	5.614 dias
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	20.106	26.317	7.533 dias
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	25.836	31.721	9.267 dias
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	25.156	32.951	11.185 dias
NTN-B	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	6.565	7.965	12.919 dias
CRÉDITOS PRIVADOS E DEPÓSITOS			**40.429**	**39.335**	
Instituições Financeiras			**10.100**	**11.141**	
LFSN					
Banco Safra S/A	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	10.100	11.141	3075 dias
Companhias Abertas			**30.329**	**28.194**	
Debêntures Simples-Cemig G	Títulos para Negociação (a mercado)	i	6.442	10.192	777 dias
Debêntures Simples-ECPT	Títulos para Negociação (a mercado)	i	1.106	1.021	836 dias
Debêntures Simples-ECPT	Títulos para Negociação (a mercado)	i	1.107	1.017	927 dias
Debêntures Simples-ECPT	Títulos para Negociação (a mercado)	i	1.107	1.013	1.019 dias
Debêntures Simples-ECPT	Títulos para Negociação (a mercado)	i	679	823	1.111 dias
Debêntures Simples-CPTE	Títulos para Negociação (a mercado)	i	10.683	4.861	1.411 dias
Debêntures Simples-CART	Títulos para Negociação (a mercado)	i	5.179	6.795	1.811 dias
Debênture Simples-Vale	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	0	2	11.147 dias
CRI-BRC (Petrobrás)	Mantidos até o Vencimento (na curva)	ii	4.026	2.470	743 dias
FUNDOS DE INVESTIMENTO				**193.215**	
Renda Fixa				**2.733**	
Sulamerica RF FI LP	Títulos para Negociação (a mercado)	i		103	
Vinci FIRF IMOB CPII	Títulos para Negociação (a mercado)	i		2.630	
Ações				**102.946**	
Sul America Selection Fia	Títulos para Negociação (a mercado)	i		21.492	
Sul America Equities Fia	Títulos para Negociação (a mercado)	i		57.114	
Vinci Mosaico Fia	Títulos para Negociação (a mercado)	i		24.340	
Multimercado				**80.755**	
Apollo FIM CP	Títulos para Negociação (a mercado)	i		13.064	
Bahia Marau FICFIM	Títulos para Negociação (a mercado)	i		8.621	
Pandhora FEED FICFIM	Títulos para Negociação (a mercado)	i		17.522	
Vinci Multiestratégia FIM	Títulos para Negociação (a mercado)	i		6.484	
Vinci Valorem FIM	Títulos para Negociação (a mercado)	i		21.176	
XP Long Biased II FIC FIM	Títulos para Negociação (a mercado)	i		13.888	
Imobiliário				**6.781**	
XP LOG FII (XPLG11)	Títulos para Negociação (a mercado)	i		3.020	
XP MALLS FII (XPML11)	Títulos para Negociação (a mercado)	i		3.761	

Fonte: Núcleo de Investimentos

5.2 – CARTEIRA DE DEBÊNTURES

5.2.1 – PRECIFICAÇÃO DA CARTEIRA DE DEBÊNTURES

Em 16 de dezembro de 2019, a Diretoria Executiva da FAPERS, registrou em ata de reunião extraordinária de nº 527, a decisão pela mudança da marcação na precificação da carteira de debêntures dos planos PBD-I, Plano Misto e PGS, alterando de títulos mantidos até o vencimento (marcadas na curva) para títulos para negociação (marcadas a mercado).

Tal decisão foi embasada em um parecer técnico, emitido por um consultor financeiro externo contratado, com o objetivo de evitar a transferência inadequada de riquezas entre os participantes, em momentos de alta volatilidade no mercado financeiro.

Em dezembro de 2019, o Custodiante Bradesco, responsável pela precificação dos ativos dos planos de benefícios da Fundação, procedeu a alteração da classificação das Debêntures, a partir de metodologia de precificação própria, e o Núcleo de Contabilidade da FAPERS registrou os reflexos financeiros ocorridos nestes ativos, tendo por base o relatório de Carteira Diária, emitido pelo custodiante.

O quadro a seguir, de nº 08, discrimina as debêntures que foram modificadas, demonstrando o respectivo reflexo no resultado dos planos envolvidos.

Quadro 08 - Reclassificação Precificação Carteira de Debêntures

Plano de Benefício I - PBD-I			Na Curva			A Mercado			Reflexo no Resultado	
Debênture	Quantidade	Vencimento	Preço Unitário R$	R$	R$ Mil	Preço Unitário R$	R$	R$ Mil	R$ Mil	%
CMTR33	300	15/02/2022	1.628,11	488.431,92	488	1.698,65	509.594,34	510	21	4,33%
CPTE11	500	11/11/2023	409,47	204.735,78	205	462,93	231.464,34	231	27	13,06%
ECPT11	75	15/01/2023	1.143,35	85.750,99	86	1.248,90	93.667,79	94	8	9,23%
ECPT21	75	15/04/2022	885,23	66.392,16	66	949,81	71.235,59	71	5	7,30%
ECPT31	75	15/07/2022	868,13	65.109,89	65	946,26	70.969,76	71	6	9,00%
ECPT41	75	15/10/2022	850,29	63.772,05	64	941,96	70.646,65	71	7	10,78%
Total				**974.192,78**	**974**		**1.047.578,46**	**1.048**	**73**	**7,53%**
Plano de Benefícios II - Plano Misto			**Na Curva**			**A Mercado**			**Reflexo no Resultado**	
Debênture	**Quantidade**	**Vencimento**	**Preço Unitário R$**	**R$**	**R$ Mil**	**Preço Unitário R$**	**R$**	**R$ Mil**	**R$ Mil**	**%**
CART22	1300	15/12/2024	1.364,01	1.773.214,05	1.773	1.359,14806495	1.766.892,48	1.767	- 6	-0,36%
CMTR33	3075	15/02/2022	1.628,11	5.006.427,19	5.006	1.698,64779479	5.223.341,97	5.223	217	4,33%
CPTE11	5000	11/11/2023	409,47	2.047.357,84	2.047	462,92867085	2.314.643,35	2.315	267	13,06%
ECPT21	416	15/04/2022	885,23	368.255,17	368	949,80780806	395.120,05	395	27	7,30%
ECPT31	416	15/07/2022	868,13	361.142,84	361	946,26344269	393.645,59	394	33	9,00%
ECPT41	416	15/10/2022	850,29	353.722,29	354	941,95534571	391.853,42	392	38	10,78%
Total				**9.910.119,37**	**9.910**		**10.485.496,87**	**10.485**	**575**	**5,81%**
Plano Geral Saldado - PGS			**Na Curva**			**A Mercado**			**Reflexo no Resultado**	
Debênture	**Quantidade**	**Vencimento**	**Preço Unitário R$**	**R$**	**R$ Mil**	**Preço Unitário R$**	**R$**	**R$ Mil**	**R$ Mil**	**%**
CART22	3000	15/12/2024	1.364,01	4.092.032,41	4.092	1.359,14806495	4.077.444,19	4.077	- 15	-0,36%
CMTR33	1090	15/02/2022	1.628,11	1.774.635,98	1.775	1.698,64779479	1.851.526,10	1.852	77	4,33%
CPTE11	5000	11/11/2023	409,47	2.047.357,84	2.047	462,92867085	2.314.643,35	2.315	267	13,06%
ECPT11	584	15/01/2023	1.143,35	667.714,35	668	1.248,90389755	729.359,88	729	62	9,23%
ECPT21	584	15/04/2022	885,23	516.973,61	517	949,80780806	554.687,76	555	38	7,30%
ECPT31	584	15/07/2022	868,13	506.988,98	507	946,26344269	552.617,85	553	46	9,00%
ECPT41	584	15/10/2022	850,29	496.571,67	497	941,95534571	550.101,92	550	54	10,78%
Total				**10.102.274,85**	**10.102**		**10.630.381,05**	**10.630**	**528**	**5,23%**
Total			**Na Curva**			**A Mercado**			**Reflexo no Resultado**	
Debênture	**Quantidade**	**Vencimento**	**Preço Unitário R$**	**R$**	**R$ Mil**	**Preço Unitário R$**	**R$**	**R$ Mil**	**R$ Mil**	**%**
CART22	4300	15/12/2024	1.364,01	5.865.246,46	5.865	1.359,14806495	5.844.336,68	5.844	- 21	-0,36%
CMTR33	4465	15/02/2022	1.628,11	7.269.495,09	7.269	1.698,64779479	7.584.462,40	7.584	315	4,33%
CPTE11	10500	11/11/2023	409,47	4.299.451,47	4.299	462,92867085	4.860.751,04	4.861	561	13,06%
ECPT11	659	15/01/2023	1.143,35	753.465,34	753	1.248,90389755	823.027,67	823	70	9,23%
ECPT21	1075	15/04/2022	885,23	951.620,94	952	949,80780806	1.021.043,39	1.021	69	7,30%
ECPT31	1075	15/07/2022	868,13	933.241,71	933	946,26344269	1.017.233,20	1.017	84	9,00%
ECPT41	1075	15/10/2022	850,29	914.066,01	914	941,95534571	1.012.602,00	1.013	99	10,78%
Total				**20.986.587,01**	**20.987**		**22.163.456,39**	**22.163**	**1.177**	**5,61%**

Fonte: Núcleo de Investimentos

5.2.2 – PROVISÃO PARA PERDA DE DEBÊNTURES

Em 16 de dezembro de 2019, a Diretoria em 2013, a FAPERS investiu em uma debênture de uma concessionária de rodovias no Estado de São Paulo, a Rodovias do Tietê. Na época, este investimento foi devidamente analisado pela Entidade e apresentou todos os requisitos necessários, de rating, rentabilidade e risco para realizar o investimento, com a segurança exigida pelos procedimentos internos e pela legislação.

Em 2016, por uma série de acontecimentos na empresa concessionária e na economia brasileira, este empreendimento começou a enfrentar problemas, que gerou o início de uma negociação com os debenturistas, visando implementar um plano de recuperação da mesma.

A dificuldade de aprovar este plano de recuperação com os debenturistas, forçou a empresa a encaminhar um pedido de Recuperação Judicial, que foi protocolado em 12 de novembro de 2019.

Diante do contexto acima exposto e em atendimento à legislação vigente, a Fundação provisionou para perda a totalidade do valor aplicado, nos planos PGS e Plano Misto, gerando impacto negativo nos mesmos.

O quadro abaixo, de nº 09, demonstra os valores da referida Debênture que foram provisionados para perda.

Quadro 09 - Provisão para Perda Debêntures Rodovias do Tietê

	Data	Ata	R$ Mil
Plano Misto	31/10/2019	nº 523	695
	13/11/2019	nº 525	2.976
Total PCLD Plano Misto			**3.671**
PGS	31/10/2019	nº 523	1.030
	13/11/2019	nº 525	4.408
Total PCLD PGS			**5.438**
Total Consolidado			**9.109**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

A FAPERS acompanha os trâmites jurídicos do processo de Recuperação Judicial, inclusive se faz representar em todas as assembleias de debenturistas.

5.3 – INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS

Os Investimentos Imobiliários são registrados pelo custo de aquisição ou de construção, corrigidos monetariamente até 31 de dezembro de 1995, e ajustados por reavaliações periódicas que devem ser realizadas pelo menos a cada três anos, conforme determina a Instrução Normativa MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

As depreciações são calculadas pelo método linear à taxa de 2% ao ano para edificações, 20% ao ano para instalações elétricas e 10% ao ano para instalações em geral, e às taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil remanescente, com base nos laudos de avaliação.

O quadro abaixo, de nº 10, resume as últimas avaliações realizadas dos investimentos imobiliários da FAPERS.

Quadro 10 - Resumo das últimas avaliações dos Investimentos Imobiliários R$ Mil

Imóvel	Classificação	Última reavaliação em	Avaliador responsável	Nº do laudo	Valor contábil até a data de reavaliação	Valor da reavaliação	Resultado da reavaliação	Conta Contábil relacionada
Casa Marcílio Dias	Renda de Uso Próprio	03/08/2018	Bolsaval	01624/2018	1.359	1.620	261	1.2.3.6.04.01
Shopping Lindóia	Renda de Participações	14/11/2017	Mercur	3010/2017	4.598	6.130	1.532	1.2.3.6.04.04

Fonte: Núcleo de Contabilidade e de Investimentos

A fim de cobrir eventual resultado futuro negativo, desde dezembro de 2011 registra-se a Provisão para Oscilações no Mercado Imobiliário, por determinação do Conselho Deliberativo, inicialmente no valor de R$ 1.000 mil, reajustados em dezembro de 2017 para o valor de R$ 2.000 mil, e mantidos até o momento.

5.4 – EMPRÉSTIMOS

A concessão de empréstimo pessoal é disponibilizada aos participantes dos Planos de Benefícios da Entidade, cujas regras e critérios estão descritas em regulamento próprio.

Os Empréstimos, que compõe a carteira de investimentos da FAPERS no segmento de Operações com Participantes, correspondem a empréstimos simples, e seu saldo inclui principal, juros e atualização monetária de cada mês de competência, sendo que os procedimentos e os limites estabelecidos para gestão dos mesmos encontram-se descritos nas políticas de investimentos de cada plano de benefícios.

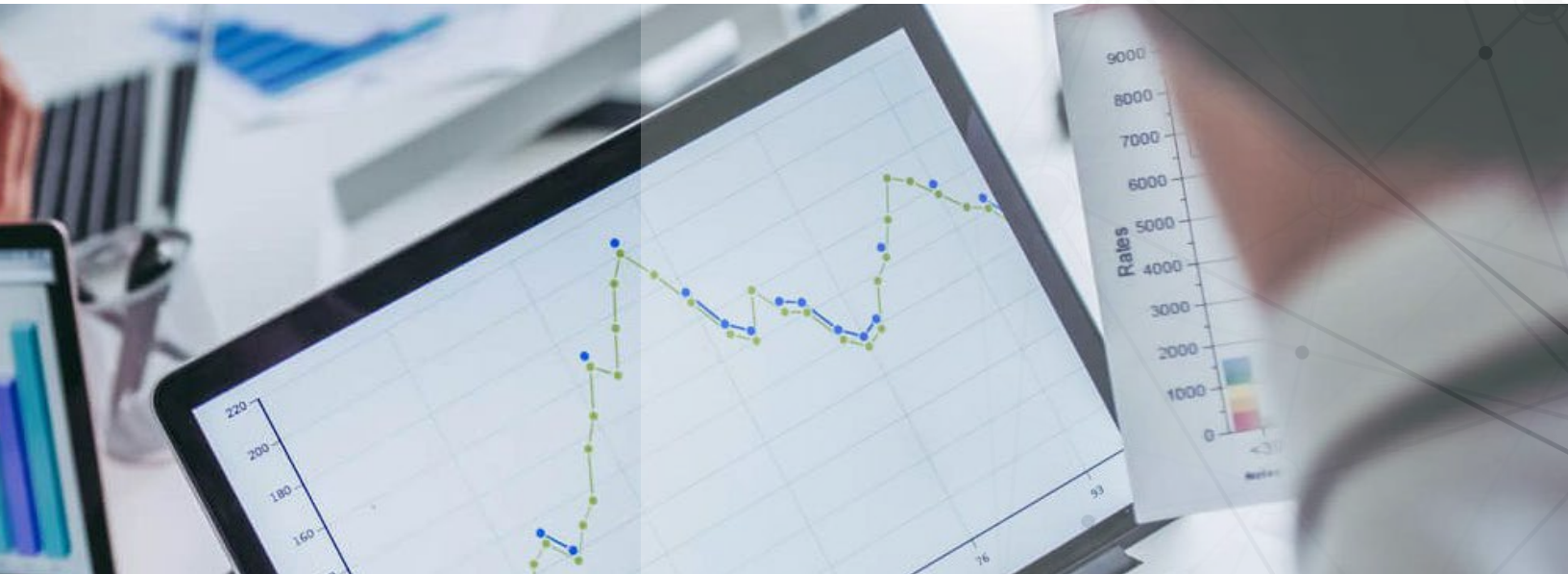
No quadro abaixo, de nº 11, apresenta-se a comparação dos valores consolidados referentes a Empréstimos em 31 de dezembro de 2019, em relação aos mesmos em 31 de dezembro de 2018.

Quadro 11 - Posição Consolidada dos Empréstimos — R$ Mil

Descrição	Saldo em 31/12/2019	Saldo em 31/12/2018
Principal de Empréstimos	3.402	3.156
Empréstimos a Receber	1.483	1.409
Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa	-1.330	-1.318
Total	**3.555**	**3.247**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa dos Empréstimos dos Planos de Benefícios, segue os critérios definidos na Instrução SPC/MPS n.º 34, de 24 de setembro de 2009, apresentado no quadro nº 03 da Nota 4.



NOTA 6 – CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

O montante das Contribuições Contratadas registrado na escritura do Instrumento Público de Confissão de Dívida, firmado em 30 de novembro de 2000, entre a FAPERS e o Patrocinador ASCAR, foi recomposto em 29 de dezembro de 2009, através de Escritura de Re-Ratificação de Confissão Dívida. Em 09 de março de 2012, a Fundação e a ASCAR protocolaram junto a Comissão de Mediação, Conciliação e Arbitragem da PREVIC, requerimento para instauração de procedimento de mediação e conciliação com vista a solucionar o litígio envolvendo a dívida do Patrocinador ASCAR com a Entidade, cuja homologação ocorreu em 10 de outubro de 2012. Para a formalização e firmamento dos novos contratos, houve a necessidade de buscar a homologação judicial do acordo e o consequente arquivamento das ações judiciais anteriores. A homologação do acordo deu-se em 15 de fevereiro de 2013, conforme nota de expediente nº 5017 da Décima Terceira Vara Cível do Foro Central de Porto Alegre/RS. Em 24 de abril de 2013, as novas escrituras de Confissão de Dívida foram pactuadas e assinadas entre a Fundação e o Patrocinador ASCAR.

Também em 24 de abril de 2013, com o objetivo de formalizar o compromisso do Patrocinador FAPERS com os seus participantes, foram firmados Termos de Confissão de Dívida referentes aos Planos Misto e PGS. Em 13 de dezembro de 2016, em decorrência do processo de migração do Plano Misto para o Plano Prever, realizou-se a transferência de R$ 7 mil do Plano Misto para Déficit Técnico a Contratar do Plano Prever, de acordo com o Aditivo do Termo de Confissão de Dívida firmado entre o Patrocinador FAPERS e o Plano Prever. Em 30 de abril de 2017, o Plano Prever recebeu do Plano de Gestão Administrativa – PGA a quitação total do saldo da referida dívida. Já os montantes das dívidas referentes ao Plano Misto e ao PGS, a receber do Patrocinador FAPERS, foram quitados pelo PGA em 30 de abril de 2017 e em 31 de maio de 2017, respectivamente.

Durante as negociações das dívidas, houve a necessidade de segregação do montante em dois contratos: um contendo a dívida financeira (Contribuições em Atraso Contratadas) e outro com a dívida atuarial (Déficit Técnico Contratado), em função da origem das dívidas.

Assim sendo, considerando os novos fatos geradores acima descritos e a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS, base Janeiro/2013, emitido pela empresa Equipe Atuarial Ltda., em maio/2013, houve a necessidade de reclassificação contábil da dívida atuarial e da dívida financeira dos planos de benefícios PBD-I e PGS, contabilizada em 24 de abril de 2013, como descritos nos itens abaixo.

6.1. - DÍVIDA FINANCEIRA - CONTRIBUIÇÕES EM ATRASO CONTRATADAS

6.1.1. - PLANO DE BENEFÍCIO DEFINIDO – PBD-I

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do PBD-I de n.º 22.807, registrada no Livro n.º 125 e folhas n.º 83 e 84 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a Fundação passou a ser de R$ 1.253 mil, na data base de 31 de janeiro de 2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de

juros ao ano, sendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

Em 2019, as parcelas contratadas foram recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R$ 149 mil.

O valor atualizado da dívida, em 31 de dezembro de 2019, é de R$ 1.478 mil, registrados na conta contábil de nº 1.2.1.1.04.01.04.01.

Quadro 12 - Contribuições em atraso contratadas Escritura nº 22807 - Patrocinador ASCAR e PBD-I

Conta Contábil 1.2.1.1.04.01.04.01	31/12/2019	31/12/2018
Total em R$ Mil	1.478	1.492

Fonte: Núcleo de Contabilidade

6.1.2 - PLANO GERAL SALDADO – PGS

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida do Plano Geral Saldado de n.º 22.808, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 85 e 86 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, a dívida financeira da ASCAR para com a Fundação passou a ser de R$ 18.537 mil, na data base de 31 de janeiro de 2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura.

A dívida deverá ser saldada pela ASCAR no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

Em 2019, as parcelas contratadas foram recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R$ 2.191 mil.

O valor atualizado da dívida, em 31 de dezembro de 2019, é de R$ 21.412 mil, registrados na conta contábil de nº 1.2.1.1.04.01.04.02.

Quadro 13 - Contribuições em atraso contratadas Escritura nº 22808 - Patrocinador ASCAR e PGS

Conta Contábil 1.2.1.1.04.01.04.02	31/12/2019	31/12/2018
Total em R$ Mil	21.412	21.637

Fonte: Núcleo de Contabilidade

6.2 – DÍVIDA ATUARIAL - DÉFICIT TÉCNICO CONTRATADO

6.2.1 – PLANO GERAL SALDADO – PGS

De acordo com a Escritura Pública de Confissão de Dívida e outras avenças do Plano Geral Saldado, de n.º 22.806, registrada no Livro n.º125 e folhas n.º 81 e 82 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, firmada entre as partes em 24 de abril de 2013, data base de 31 de janeiro de 2013, corrigido pelo INPC + 6% de juros ao ano até a data da escritura, a dívida atuarial total com a Fundação era de R$ 70.732 mil, equacionada de forma paritária (50/50), de acordo com a Lei Complementar n.º 108/2001, entre Patrocinador ASCAR, participantes e assistidos, conforme Parecer n.º 92/2012/ PF-PREVIC/PGF/AGU de 23 de julho de 2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02 de outubro de 2012.

O montante principal de R$ 35.366 mil que compete ao Patrocinador ASCAR foi registrado em 24 de abril de 2013.

A dívida que do Patrocinador ASCAR deverá ser saldada no prazo de 21 anos, ou seja, através de 252 (duzentos e cinquenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 6% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 30 de abril de 2034.

O valor atualizado, em 31 de dezembro de 2019, é de R$ 41.719 mil, registrados na conta contábil de nº 1.2.1.1.04.03.01.01, sendo as parcelas contratadas para este ano recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R$ 4.220 mil.

Quadro 14 - *Déficit* Técnico contratado Escritura nº 22806 - Patrocinador ASCAR e PGS

Conta Contábil 1.2.1.1.04.03.01.01	31/12/2019	31/12/2018
Total em R$ Mil	41.719	42.110

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Os outros R$ 35.366 mil citados na escritura como dívida dos participantes, de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do PGS, emitida pela Equipe Atuarial Ltda em 27 de maio de 2013, foram pactuados como segue:

- Participantes Ativos Não Elegíveis – Este grupo teve o seu benefício saldado reduzido de forma vitalícia em 15,47%, no montante acumulado de R$ 2.518 mil;

- Participantes Ativos Elegíveis – São os participantes que já cumpriram todas a exigibilidades para o recebimento do benefício, entretanto ainda não estão em gozo do mesmo, sendo que pagarão contribuições no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual, a partir da inclusão dos mesmos em benefício, quando passarão à participantes assistidos;

- Participantes Assistidos – Pagarão Contribuições Extraordinárias mensalmente descontadas em folha de benefícios, no prazo de 21 anos, cuja taxa é de 20,17% calculada sobre o valor de cada benefício, inclusive o abono anual. Em 2019, as parcelas foram devidamente descontadas nas

folhas de benefícios do corrente ano, sendo da ASCAR o total de R$ 4.397 mil, e da FAPERS valor total inferior a R$ 1 mil. Os saldos referentes às dívidas dos assistidos são reconhecidos na conta contábil de nº 2.3.1.1.03.02.03.01, e o valor atualizado, em 31 de dezembro de 2019, é de R$ 39.578 mil.

Quadro 15 - *Déficit* Técnico contratado Escritura nº 22806 - Participantes assistidos ASCAR e FAPERS do PGS

Conta Contábil 2.3.1.1.03.02.03.01	31/12/2019	31/12/2018
Total em R$ Mil	39.578	39.437

Fonte: Núcleo de Contabilidade

6.2.2 – PLANO DE BENEFÍCIOS II - PLANO MISTO

No dia 28 de junho de 2013 foi firmada entre Patrocinador ASCAR e FAPERS a Escritura Pública de Confissão de Dívida Do Plano Misto de n.º 23.091, registrada no Livro n.º 127 e folhas n.º 07 e 08 do 9º Tabelionato de Notas de Porto Alegre, referente ao equacionamento do Déficit Técnico do Plano Misto.

Por determinação da Lei Complementar n.º 108/2001 e do Parecer n.º 92/2012/PF-PREVIC/PGF/AGU de 23 de julho de 2012 e Parecer Complementar SIPPS 357096163, de 02 de outubro de 2012, a dívida do Plano Misto será suportada paritariamente (50/50) entre patrocinadores e participantes ativos e assistidos.

Para os registros contábeis da dívida do Plano Misto consideramos como fato gerador, além da Escritura e do Termo acima citados, a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial do Plano Misto emitida pela empresa Equipe Atuarial Ltda, em 05 de julho de 2013.

O montante total do déficit técnico considerado foi de R$ 7.628 mil, registrado em 28 de junho de 2013, conforme a Nota Técnica dos atuários já mencionada, com base nos resultados de dezembro/2012, utilizando-se a tábua AT 2000 e taxa de juros de 5,5% ao ano.

Foi pactuado que a dívida de R$ 3.787 mil que compete ao patrocinador ASCAR deverá ser saldada no prazo de 7 anos, ou seja, através de 84 (oitenta e quatro) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, tendo o último vencimento no dia 02 de julho de 2020.

Em 13 de dezembro de 2016, em decorrência do processo de migração do Plano Misto para Plano Prever, realizou-se a transferência de R$ 971 mil da dívida referente ao Patrocinador ASCAR para Déficit Técnico a Contratar do Plano Prever.

O valor atualizado da dívida do Patrocinador ASCAR com o Plano Misto, em 31 de dezembro de 2019, é de R$ 315 mil, registrados na conta contábil de nº 1.2.1.1.04.03.01.03, sendo que as prestações contratadas para este ano foram recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R$ 628 mil.

Quadro 16 - *Déficit* Técnico contratado Escritura nº 23091 - Patrocinador ASCAR e Plano Misto

Conta Contábil 1.2.1.1.04.03.01.03	31/12/2019	31/12/2018
Total em R$ Mil	315	891

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Referente a dívida dos participantes do Plano Misto, valor original de R$ 3.787 mil, de acordo com a Nota Técnica do Equacionamento do Déficit Técnico Atuarial de 05 de julho de 2013, a parte que compete aos ativos foi equalizada por meio de redução da Reserva Matemática de Benefícios a Conceder, e o equacionamento dos participantes assistidos se dará por contribuições extraordinárias futuras, que deverá ser saldada no prazo de 21 anos, descontadas em folha de benefícios desde agosto de 2013, tanto para participantes da ASCAR quanto da FAPERS.

Em 2019 as parcelas citadas foram devidamente descontadas nas folhas de benefícios do corrente ano, sendo da ASCAR o total de R$ 228 mil, e da FAPERS valor total inferior a R$ 1 mil.

Os saldos referentes às dívidas dos assistidos são reconhecidos na conta contábil de nº 2.3.1.1.03.02.03.01, e o valor atualizado, em 31 de dezembro de 2019, é de R$ 2.033 mil.

Quadro 17 - *Déficit* Técnico contratado Escritura nº 23091 - Participantes assistidos ASCAR e FAPERS do Plano Misto

Conta Contábil 2.3.1.1.03.02.03.01	31/12/2019	31/12/2018
Total em R$ Mil	2.033	2.007

Fonte: Núcleo de Contabilidade

6.2.3 – PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER

O montante da dívida do Patrocinador ASCAR junto ao Plano de Benefícios Prever, é decorrente do processo de migração do Plano Misto para o Prever.

Dívida reconhecida através do Termo de Aditamento nº 28802, assinado em 14 de março de 2017, no valor original de R$ 971 mil, que deverá ser saldada no prazo de três anos e seis meses, ou seja, através de 42 (quarenta e duas) prestações mensais e sucessivas, devidamente corrigidas pelo INPC + 5,5% de juros ao ano, vencendo a primeira em 03 de janeiro de 2017 e tendo o último vencimento no dia 02 de junho de 2020.

O valor atualizado da dívida do Plano Prever do Patrocinador ASCAR, em 31 de dezembro de 2019, é de R$ 165 mil, registrados na conta contábil de nº 1.2.1.1.04.03.01.04, sendo que as prestações contratadas para este ano foram recebidas nos prazos estabelecidos, no total de R$ 328 mil.

Quadro 18 - *Déficit* Técnico contratado Termo Aditamento nº 28802 - Patrocinador ASCAR e Prever

Conta Contábil 1.2.1.1.04.03.01.04	31/12/2019	31/12/2018
Total em R$ Mil	165	465

Fonte: Núcleo de Contabilidade

6.3. – CONSOLIDADO CONTRIBUIÇÕES CONTRATADAS

No quadro abaixo, de nº 19, apresenta-se o resumo das Contribuições Contratadas do Patrocinador Ascar, conforme Balancetes Consolidados da FAPERS, em 31 de dezembro de 2019, em comparação a 31 de dezembro de 2018.

Quadro 19 - Consolidado - Contribuições contratadas — em R$ Mil

Grupo de Conta Contábil 1.2.1.1.04. do Ativo / Gestão Previdencial	31/12/2019	31/12/2018
Total Contribuições Contratadas	**65.089**	**66.595**
Contribuições em atraso contratadas	**22.890**	**23.129**
Escritura nº 22807 - PBD-I	1.478	1.492
Escritura nº 22808 - PGS	21.412	21.637
***Déficit* técnico contratado**	**42.199**	**43.466**
Escritura nº 22806 - PGS	41.719	42.110
Escritura nº 23091 - Plano Misto	315	891
Termo de Aditamento nº 28802 - Prever	165	465

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No quadro a seguir, de nº 20, demonstra-se o resumo dos Déficits Técnicos Contratados junto aos participantes assistidos, valores de 31 de dezembro de 2019, comparados aos de 31 de dezembro de 2018, conforme Balancetes Consolidados da FAPERS.

Quadro 20 - Consolidado - *Déficit*s Técnicos contratados — em R$ Mil

Grupo Conta Contábil 2.3.1.1.03. do Passivo / Provisões Matemáticas	31/12/2019	31/12/2018
Total Déficits Técnicos contratados	**41.611**	**41.444**
Déficit Equacionado Assistidos Plano Misto	2.033	2.007
Déficit Equacionado Assistidos PGS	39.578	39.437

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 7 – PLANO DE GESTÃO ADMINISTRATIVA

O Plano de Gestão Administrativa - PGA está relacionado à atividade de registro e aos controles inerentes à administração dos planos de benefícios.

Possui regulamento aprovado pelo Conselho Deliberativo, com a definição de todos os requisitos necessários para a operacionalização da referida gestão.

7.1 – CUSTEIO ADMINISTRATIVO

Custeio Administrativo são os recursos destinados à cobertura das despesas realizadas com a administração da Entidade, conforme disposto na Resolução CGPC nº 29, de 31 de agosto de 2009.

As principais Fontes de Custeio Administrativo existentes, em consonância com o Artigo 5º do Regulamento do Plano de Gestão Administrativa, são as seguintes:

- **Contribuições dos participantes e assistidos;**
- **Contribuições dos patrocinadores;**
- **Resultado dos investimentos do PGA;**
- **Taxa de Administração de empréstimos aos assistidos;**
- **Outras Receitas Administrativas.**

As fontes de custeio são definidas anualmente pelo Conselho Deliberativo da Entidade, e descritas no Anexo A do Regulamento do PGA, disponível no site FAPERS.org.br em Planos, Plano de Gestão Administrativa, Regulamento 2019.

O Plano de Custeio Administrativo de 2019, referente às contribuições previdenciais dos patrocinadores, participantes e assistidos, apresentou as seguintes definições:

- Para o Plano PBD-I, não houve contribuição para a cobertura do custeio administrativo, devido ao montante acumulado de participação do PBD-I junto ao Fundo Administrativo;

- Para o Plano Misto, do total das contribuições normais (limitada a 7,41%) foram descontados 4,65% dos Participantes ativos, e do valor do benefício mensal foram descontados 1,49% dos participantes assistidos e pensionistas. Os patrocinadores contribuíram com o mesmo valor dos participantes ativos, assistidos e pensionistas;

- No PGS, a parcela devida pelo participante ativo, aposentado e pensionista referente à contribuição para custeio administrativo, correspondeu a 0,83% incidente sobre o benefício saldado. Aos patrocinadores cabe a mesma parcela de contribuição dos participantes;

- Para o Plano Prever, do total das contribuições normais (limitada a 7,41%) foram descontados 5,16% dos participantes ativos, e do valor do benefício mensal foram descontados 1,26% dos participantes assistidos e pensionistas. Os patrocinadores contribuíram com o mesmo valor dos participantes ativos, assistidos e pensionistas.

No quadro a seguir, de nº 21, verifica-se um resumo dos percentuais de contribuições, de patrocinadores e participantes, destinadas à cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios, no exercício de 2019.

Quadro 21 - Custeio Administrativo dos Planos de benefícios em 2019

Descrição	PBD-I		Plano Misto		PGS		Prever	
	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante	Patrocinador	Participante
	% Utilizado		% Utilizado		% Utilizado		% Utilizado	
Ativos	-	-	4,65	4,65	0,83	0,83	5,16	5,16
Assistidos e Pensionistas	-	-	1,49	1,49	0,83	0,83	1,26	1,26

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No quadro abaixo, de nº 22, demonstram-se os valores das fontes de custeio, destinadas à cobertura das despesas administrativas dos planos de benefícios, no exercício de 2019.

Quadro 22 - Fontes de Custeio Administrativo dos Planos de benefícios em 2019 R$ Mil

Descrição	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	**PGA**
Contribuição Patrocinadores e Participantes	-	578	401	606	**1.585**
Contribuições Prever sem direito a resgate	0	0	0	71	**71**
Custeio Administrativo dos Investimentos	33	505	546	300	**1.384**
Taxa de Administração de Empréstimos	-	-	4	0	**4**
Outras Receitas	0	7	3	6	**16**
Resultado dos Investimentos	126	66	90	66	**348**
Total	**159**	**1.156**	**1.044**	**1.049**	**3.408**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Na conta contábil Outras Receitas do Plano de Gestão Administrativa, registrou-se o total de R$ 16 mil, oriundos de contratos de parcerias e patrocínios firmados entre a Entidade e empresas da área de gestão de recursos de títulos e valores mobiliários.

No exercício de 2019, realizou-se a transferência de R$ 71 mil do Plano de Benefícios Prever ao Fundo Administrativo do Plano de Gestão Administrativa, decorrentes das parcelas da Conta Individual Vinculada – CIV sem direito a resgate, conforme determina o Artigo de nº 68 do Regulamento do Plano de Benefícios PREVER.

De acordo com a seção II da Resolução CGPC nº 29, cabe ao Conselho Deliberativo da EFPC estabelecer o limite anual de recursos destinados pelos Planos de Benefícios para o Plano de Gestão Administrativa, sendo um entre os seguintes: Taxa de Administração (percentual incidente sobre o montante dos recursos garantidores dos planos de benefícios previdenciais no último dia do exercício a que se referir) ou Taxa de Carregamento (percentual incidente sobre a soma das contribuições e dos benefícios dos planos no exercício a que se referir). Para o ano de 2019, o Conselho Deliberativo da FAPERS manteve como limite a Taxa de Administração de 1%.

7.2 - DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Despesas Administrativas são os gastos realizados pela Entidade na administração de seus planos de benefícios, por meio do Plano de Gestão Administrativa – PGA.

A previsão de realização de despesas administrativas é apresentada anualmente pela Diretoria Executiva ao Conselho Deliberativo, por meio do Orçamento, documento onde demonstra-se a expectativa de gastos para o exercício vindouro, baseada nas despesas realizadas no ano anterior e nas mesmas já conhecidas para o período foco da análise.

Após aprovado, o orçamento é colocado em prática, e as situações de desalinho devem ser justificadas e apresentadas ao Conselho Deliberativo.

Em 2019, realizou-se o total de R$ 2.867 mil de despesas administrativas, sendo 8,75% inferior ao valor total estimado para o exercício, de R$ 3.142 mil.

O quadro a seguir, de nº 23, demonstra a estrutura principal das despesas administrativas realizadas no exercício de 2019, em comparação as mesmas de 2018.

Quadro 23 - Despesas Administrativas Realizadas

Conta Contábil		2.019	2.018	%
4.2.9	**Despesas Administrativas**	**2.867**	**2.762**	**3,80%**
4.2.9.1.01	Pessoal e Encargos	1.714	1.695	1,12%
4.2.9.1.02	Treinamentos, Congressos e Seminários	28	33	-15,15%
4.2.9.1.03	Viagens e Estadias	48	46	4,35%
4.2.9.1.04	Serviços de Terceiros	701	651	7,68%
4.2.9.1.04.02.01	Consultoria Atuarial	105	99	6,06%
4.2.9.1.04.02.03	Consultoria Jurídica	125	110	13,64%
4.2.9.1.04.02.04	Recursos Humanos	23	29	-20,69%
4.2.9.1.04.02.05	Informática	291	275	5,82%
4.2.9.1.04.02.06	Gestão/Planejamento Estratégico	80	62	29,03%
4.2.9.1.04.02.07	Auditoria Contábil	35	29	20,69%
4.2.9.1.04.02.09	Consultoria de Investimentos	42	47	-10,64%
4.2.9.1.05	Despesas Gerais	302	290	4,14%
4.2.9.1.06	Depreciações e Amortizações	22	15	46,67%
4.2.9.1.10	Outras Despesas	20	-	-
4.2.9.2	Despesas Administrativas Específicas	32	32	0,00%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Em 2019, realizou-se 3,80% a mais de despesas, em relação a 2018, representando incremento de R$ 105 mil.

Em Outras Despesas (conta contábil 4.2.9.1.10 do quadro nº 23), registrou-se, em janeiro de 2019, o total de R$ 20 mil, referente à despesa administrativa do exercício anterior, contratada junto a prestador de serviço de comunicação (conforme descrito no Relatório Circunstanciado nº 005/2019, emitido em 21 de março de 2019, pelo Núcleo Administrativo e Financeiro da Fundação).

As Despesas Administrativas Específicas (conta contábil 4.2.9.2 do quadro nº 23), no total de R$ 32 mil, refere-se a Taxa de Fiscalização e Controle de Previdência Complementar – TAFIC, do exercício de 2019, paga a PREVIC (vide Nota 14.3).

7.2.1 – RATEIOS DAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

O registro contábil das despesas administrativas realizadas na Fundação é efetuado em grupo de contas totalizador, intitulado Outras Despesas (4.2.9), para posterior rateio entre as Gestões Previdencial e de Investimentos, respeitando a estrutura definida na Instrução MPS/SPC nº 34, de 24 de setembro de 2009.

Os critérios de rateio das despesas administrativas do PGA são descritos no Plano de Custeio Administrativo Anual, devidamente avaliado e aprovado pelo Conselho Deliberativo da Entidade.

Para 2019, utilizou-se como critério para rateio entre as Gestões o tempo de trabalho de cada empregado e gestor, resultando nos percentuais de 50% para Gestão Previdencial e de 50% para Gestão dos Investimentos, com exceção dos seguintes serviços de pessoa jurídica, cujo percentual de alocação é assim definido pela PREVIC:

- **Consultoria Atuarial: 100% Gestão Previdencial;**
- **Auditoria Contábil: 100% Gestão Previdencial;**
- **Consultoria dos Investimentos: 100% Gestão dos Investimentos.**

As despesas administrativas por Gestão, verifica-se no quadro abaixo:

Quadro 24 - Despesas Administativas realizadas por Gestão em 2019

Descrição	Gestão Previdencial		Gestão dos Investimentos		Total Despesas Administrativas
	Conta Contábil	R$ Mil	Conta Contábil	R$ Mil	R$ Mil
Total Despesas Administrativas	4.2.1.	**1.481**	4.2.2.	**1.386**	**2.867**
Pessoal e Encargos	4.2.1.1.01	857	4.2.2.1.01	857	1.714
Treinamentos, Congressos e Seminários	4.2.1.1.02	14	4.2.2.1.02	14	28
Viagens e Estadias	4.2.1.1.03	24	4.2.2.1.03	24	48
Serviços de Terceiros	4.2.1.1.04	398	4.2.2.1.04	303	701
Despesas Gerais	4.2.1.1.05	151	4.2.2.1.05	151	302
Depreciações e Amortizações	4.2.1.1.06	11	4.2.2.1.06	11	22
Despesas Administrativas Específicas	4.2.1.2.	16	4.2.2.2.	16	32
Outras Despesas	4.2.1.1.99	10	4.2.2.1.99	10	20

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Após a alocação das despesas administrativas de cada Gestão, realiza-se o rateio das despesas administrativas entre os planos de benefícios, utilizando-se para cada gestão um critério.

Para o rateio do valor total das despesas da Gestão Previdencial do PGA entre os planos de benefícios, o critério utilizado é o número de participantes, sendo para 2019 os seguintes percentuais:

- **PBD-I: 0,52%;**
- **Plano Misto: 42,12%;**
- **PGS: 23,40%;**
- **Prever: 33,96%.**

Para o rateio do valor total das despesas da Gestão dos Investimentos do PGA, de 2019, entre os planos de benefícios, o critério se deu pelo Patrimônio dos Investimentos dos Planos de benefícios, como segue:

- **PBD-I: 2,34%;**
- **Plano Misto: 36,44%;**
- **PGS: 39,26%;**
- **Prever: 21,96%.**

O quadro a seguir, de nº 25, demonstra as despesas administrativas realizadas em 2019, por Plano de Benefícios.

Quadro 25 - Despesas Administativas realizadas por Plano de Benefícios em 2019 R$ Mil

Descrição	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Total - PGA
Gestão Previdencial	9	622	348	502	1.481
Gestão dos Investimentos	33	506	545	302	1.386
Total	**42**	**1.128**	**893**	**804**	**2.867**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 8 – TÁBUA DE MORTALIDADE, TAXA DE JUROS ATUARIAL E DURAÇÃO DO PASSIVO (*DURATION*)

Anualmente, os atuários responsáveis contratados pela FAPERS emitem o Estudo Técnico de Adequação Atuarial dos Planos de Benefícios administrados pela Entidade, com o objetivo de atender às determinações da Instrução PREVIC nº 23, de 26 de junho de 2015, e de avaliar a adequação e a aderência das taxas de juros e da tábua de mortalidade, inclusive das hipóteses de rentabilidade dos investimentos aos planos de custeio e aos fluxos futuros de receitas de contribuições e de pagamento de benefícios dos planos de benefícios, junto à consultoria dos investimentos.

Os referidos estudos são apreciados pelo Conselho Deliberativo da Entidade, o qual delibera pela aplicabilidade, ou não, das premissas indicadas pelos atuários.

Vale lembrar que o Plano de Benefícios Prever, por tratar-se de um plano de contribuição definida, não contempla premissa atuarial.

8.1 – TÁBUA DE MORTALIDADE

Tábua de Mortalidade é uma tabela atuarial utilizada para calcular as probabilidades de vida e morte de uma população.

Atualmente a FAPERS utiliza a Tábua AT-2000 para administração dos Planos Misto e PGS, e a Tábua AT-2000 suavizada em dez por cento para o PBD-I.

8.2 – TAXA DE JUROS ATUARIAL

A taxa de juros atuarial representa a taxa de juros utilizada como premissa atuarial para apuração das Reservas Matemáticas dos Planos de benefícios.

O Parecer Atuarial de nº 025/2019, emitido pela Equipe Atuarial Ltda, em 30 de outubro de 2019, sugeriu alterações nas taxas de juros atuariais dos planos de benefícios, aplicáveis a partir de dezembro de 2019. Através da Deliberação de nº 008/2019, assinada pelo Conselho Deliberativo da FAPERS, em 11 de dezembro de 2019, as alterações citadas foram autorizadas.

Observa-se no quadro abaixo, de nº 26, as novas taxas de juros atuariais, a partir de dezembro de 2019, em comparação as praticadas de dezembro de 2018 a novembro de 2019.

Quadro 26 - Taxas de Juros dos Planos de Benefícios

Deliberação CD nº	Aplicabilidade	PBD-I	Plano Misto	PGS
017/2018	a partir de dezembro/2018	4,19%	5,31%	5,30%
008/2019	a partir de dezembro/2019	4,09%	5,00%	5,13%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Os Pareceres de nº 001/2020, 002/2020 e 003/2020, dos planos PBD-I, Plano Misto e PGS, respectivamente, emitidos em 18 de fevereiro de 2020, pela Equipe Atuarial, descrevem os impactos da adoção de novas taxas de juros atuariais, em dezembro de 2019, que elevou as Reservas Matemáticas dos planos, como segue:

- **PBD-I em R$ 93 mil;**
- **Plano Misto em R$ 1.783 mil;**
- **PGS em R$ 3.562 mil.**

8.3 – DURAÇÃO DO PASSIVO (*DURATION*)

Duração do passivo (Duration) é o horizonte de tempo previsto aos fluxos de caixa de cada plano de benefícios.

Para o cálculo da duration dos planos, a Equipe Atuarial Ltda considerou como data base o mês de dezembro de 2019, bem como as determinações da Portaria DIFIS/Previc de nº 86, emitida em 01 de fevereiro de 2019.

Nos Pareceres de Avaliações Atuariais, citados na Nota 8.2, os atuários apresentam os seguintes resultados de duration:

- **PBD-I de 8,59 anos;**
- **Plano Misto de 9,74 anos;**
- **PGS de 9,45 anos.**

NOTA 9 – AJUSTE DE PRECIFICAÇÃO DOS TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS

Desde 2015, a FAPERS apura o Equilíbrio Técnico Ajustado, e apresenta na Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, conforme estabelece a Resolução CNPC nº 16, de 19 de novembro de 2014 (vide nota explicativa n.º 10).

O ajuste de precificação, disposto na Resolução CNPC nº 30, de 10 de outubro de 2018, e na Instrução PREVIC nº 10, de 30 de novembro de 2018, corresponde à diferença entre o valor dos títulos federais atrelados a índice de preços classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento, calculados considerando a taxa de juros anual utilizada na avaliação atuarial, e o valor contábil desses títulos.

O ajuste de precificação, positivo ou negativo, de cada plano de benefícios, é indicado nas Informações Complementares da Demonstração do Ativo Líquido do Plano de Benefícios – DAL, para apuração do equilíbrio técnico ajustado, conforme determinação da legislação vigente, mas ressalta-se que os ajustes de precificação não são objeto de registro contábil.

Nos quadros a seguir, de nº 27 a nº 29, demonstra-se os títulos públicos federais utilizados para o cálculo do ajuste de precificação, em 31 de dezembro de 2019, para cada plano de benefícios e por faixa de vencimento, enviados a PREVIC através do sistema Venturo, conforme disposto na Portaria DIFIS/Previc de nº 86, emitida em 01 de fevereiro de 2019.

Quadro 27 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais - Plano de Benefícios I - PBD-I

R$ Mil

Ativo	Ano de Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2022	22	52	73	77	4
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2024	246	595	815	887	72
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2030	293	691	972	1.135	163
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2035	117	272	383	468	85
Total PBD-I		678	1.610	2.243	2.567	324

Fonte: Núcleo de Investimentos

Quadro 28 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais - Plano de Benefícios II - Plano Misto

R$ Mil

Ativo	Ano de Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2022	2058	4.964	6.871	7.052	181
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2024	3143	7.680	10.481	10.939	458
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2030	5393	12.755	17.703	19.490	1.787
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2035	1828	4.252	5.983	6.666	683
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2040	2438	5.996	8.329	9.177	848
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2045	872	2.104	2.941	3.284	343
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2050	430	1.026	1.479	1.659	180
Total Plano Misto		16.162	38.777	53.787	58.267	4.480

Fonte: Núcleo de Investimentos

Quadro 29 - Ajuste de Precificação dos Títulos Federais - Plano Geral Saldado - PGS R$ Mil

Ativo	Ano de Vencimento	Quantidade	Valor da Aquisição	Valor Contábil	Valor Ajustado	Valor do Ajuste
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2022	1.414	3.479	4.699	4.831	132
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2023	1.072	2.977	3.495	3.631	136
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2024	2.667	6.733	8.901	9.236	335
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2026	2.391	7.280	8.045	8.378	333
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2030	6.284	14.681	20.598	22.488	1.890
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2035	7.834	18.747	25.564	28.202	2.638
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2040	4.595	12.056	15.764	17.033	1.269
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2045	1.994	5.275	6.645	7.381	736
Notas do Tesouro Nacional - Série B	2050	2.300	5.511	7.898	8.708	810
Total PGS		30.551	76.739	101.609	109.888	8.279

Fonte: Núcleo de Investimentos

Para o Plano Prever não há registro de ajuste de precificação, por tratar-se de plano de benefícios de contribuição definida.

NOTA 10 – APURAÇÃO DE RESULTADOS – *SUPERÁVIT/ DÉFICIT* TÉCNICO E EQUILÍBRIO TÉCNICO AJUSTADO

O resultado técnico ajustado passou a ser a base de cálculo para a apuração do resultado para destinação e utilização de superávit técnico, ou para o equacionamento de déficit técnico dos planos de benefícios de caráter previdenciário, dependendo do caso, avaliados a partir de limites e critérios diferenciados estabelecidos pela legislação, em função da duration do passivo atuarial.

No caso de superávit o ajuste positivo não poderá ser adicionado para fins de destinação/ utilização, o mesmo é informado apenas para comparação.

Os quadros abaixo, do nº 30 ao nº 32, demonstram o superávit/déficit Técnico e o equilíbrio técnico ajustado dos planos de benefícios.

Quadro 30 - Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado do PBD-I R$ Mil

Exercício	31/12/2019	31/12/2018
A) Equilíbrio Técnico - *Superávit*	2.505	1.604
B)(+/-) Ajuste de Precificação	324	364
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	2.829	1.968

Fonte: Núcleo de Contabilidade

O PBD-I apresentou Superávit total de R$ 2.505 mil, em 31 de dezembro de 2019, sendo R$ 2.270 mil registrados como Reserva de Contingência, e R$ 235 mil em Reserva Especial para Revisão do plano, e encerrou o exercício de 2019 com equilíbrio técnico ajustado positivo de R$ 2.829 mil.

Quadro 31 - Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado do Plano Misto R$ Mil

Exercício	31/12/2019	31/12/2018
A) Equilíbrio Técnico - *Superávit*	3.760	2.354
B)(+/-) Ajuste de Precificação	4.480	4.570
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	8.240	6.924

Fonte: Núcleo de Contabilidade

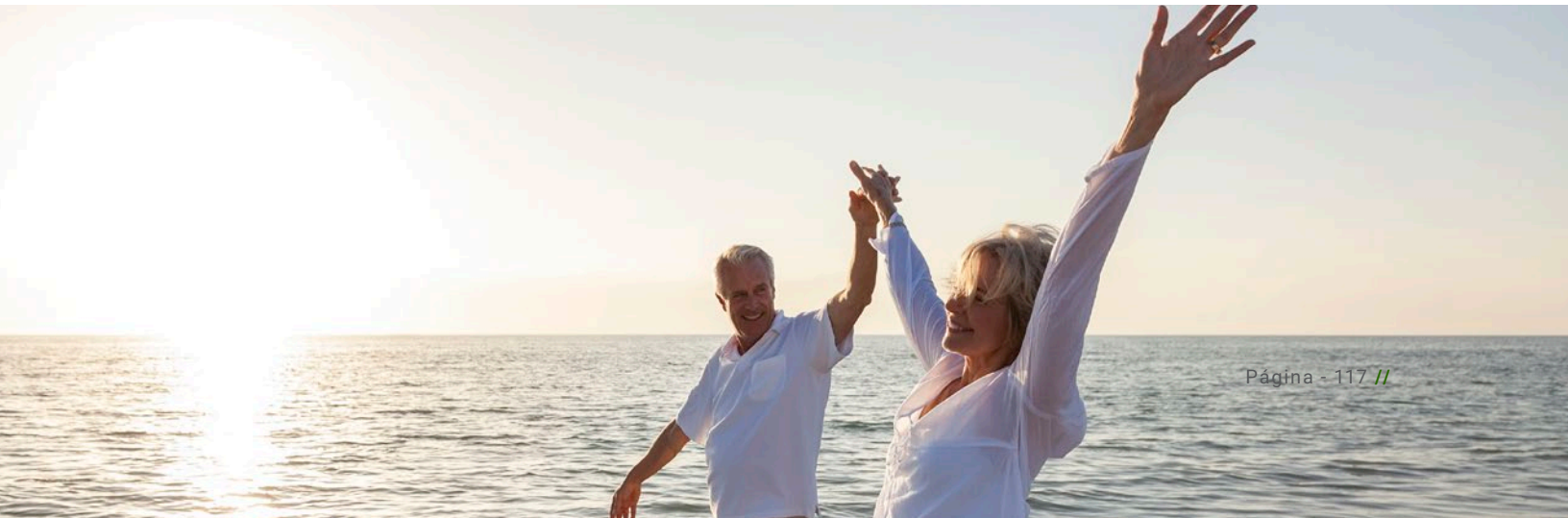
O Plano Misto, em 31 de dezembro de 2019, apresentou Equilíbrio Técnico de R$ 3.760 mil, e não houve registro em Reserva Especial para Revisão do Plano, pois o valor do Superávit foi inferior ao limite das Provisões Matemáticas considerado para constituição. O Plano Misto encerrou o exercício de 2019 com equilíbrio técnico ajustado positivo de R$ 8.240 mil.

Quadro 32 - Cálculo do Equilíbrio Técnico Ajustado do PGS R$ Mil

Exercício	31/12/2019	31/12/2018
A) Equilíbrio Técnico	*Déficit* (6.988)	*Superávit* 164
B)(+/-) Ajuste de Precificação	8.279	6.578
C)(+/-) Equilíbrio Técnico Ajustado = (A+B)	1.291	6.742

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Em 2019, o PGS apresentou saldo final deficitário, de R$ 6.988 mil, mas sem necessidade de equacionamento, tendo em vista que, mesmo o saldo sendo negativo, está abaixo do limite exigido por lei, e o plano encerrou o exercício de 2019 com equilíbrio técnico ajustado positivo de R$ 1.291 mil.



NOTA 11 – CONSTITUIÇÃO E REVERSÃO DE FUNDOS

Fundos são os valores do Patrimônio Social do plano de benefícios que possuem destinação específica, sendo classificados em: Fundos Previdenciais, Fundos Administrativos e Fundos dos Investimentos.

11.1 – FUNDOS PREVIDENCIAIS – CONTA DE OSCILAÇÃO DE RISCO - COR

Dos planos de benefícios administrados pela FAPERS, o Plano Misto é o único que possui Fundo Previdencial, chamado de Conta de Oscilação de Riscos - COR.

No Regulamento do Plano de Benefícios II – PLANO MISTO vigente, consta no item VIII do Capítulo III: "Conta de Oscilação de Riscos (COR): É a conta onde são creditadas as parcelas da CIV, não reversíveis aos Participantes, nos casos de desligamento do Plano, mediante opção pelo Instituto do Resgate ou Portabilidade, e dos saldos remanescentes dos Participantes e Assistidos falecidos que não possuem Beneficiários. A conta suprirá eventual insuficiência do Plano.".

No quadro abaixo, de nº 33, demonstra-se os montantes de constituição e correção de Fundo Previdencial, do Plano Misto, realizados em 2019.

Quadro 33 - Fundo Previdencial - Conta de Oscilação de Risco - COR

Plano Misto - conta contábil 2.3.2.1.	R$ Mil
Saldo em 31/12/2018	**214**
Constituição em 2019	73
Correção em 2019	22
Saldo em 31/12/2019	**309**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

O saldo acumulado na Conta de Oscilação de Risco – COR, no Plano Misto, em 31 de dezembro de 2019, era de R$ 309 mil.

11.2 – FUNDOS ADMINISTRATIVOS

O Regulamento do Plano de Gestão Administrativa – PGA vigente para o exercício de 2019, cita no item VIII do Capítulo II: "Fundo Administrativo: patrimônio constituído por sobras oriundas da diferença positiva entre as contribuições administrativas e as despesas administrativas acrescido do respectivo rendimento auferido na carteira de investimentos, o qual objetiva a cobertura das despesas administrativas a serem realizadas pela Fundação na administração dos Planos de Benefícios, na forma dos seus regulamentos;".

Os percentuais de rateio do Fundo Administrativo entre os Planos de Benefícios, para o exercício de 2019, descritos no Plano de Custeio Administrativo 2019, foram alterados conforme segue:

Quadro 34 - Demonstrativo dos percentuais de participação dos Planos de Benefícios no saldo do Fundo Administrativo Acumulado

Critério	Período	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Total
pelo Patrimônio Fundo Adm.	De janeiro a dezembro de 2019	36,19%	19,01%	25,75%	19,05%	100%

Fonte: Núcleo de Contabilidade

No quadro abaixo, de nº 35, verifica-se os valores de constituição e de reversão do Fundo Administrativo do PGA, bem como o saldo acumulado representado em cada plano de benefícios, em 31 de dezembro de 2019.

Quadro 35 - Resumo do Fundo Administrativo Acumulado em 2019 R$ Mil

Conta Contábil 2.3.2.2.	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	PGA
Saldo em 31/12/2018	1.095	639	811	641	3.186
Constituição em 2019	117	28	151	245	541
Saldo em 31/12/2019	**1.212**	**667**	**962**	**886**	**3.727**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Mensalmente efetua-se o registro de ajuste contábil do Fundo Administrativo no balancete auxiliar Plano de Ajuste, em atendimento a IN nº 34 de 24/09/2009 MPS/SPC, a fim de eliminar o efeito de duplicidade de registro decorrente do processo de consolidação dos balancetes contábeis, visto que o Fundo Administrativo é registrado tanto no Plano de Gestão Administrativa quanto nos Planos de Benefícios.

11.3 – FUNDOS DE INVESTIMENTOS

Fundos de Investimentos correspondem aos fundos de reservas formados com destinação específica, relativos aos empréstimos concedidos aos participantes da Entidade.

De acordo com o Artigo de nº 20 do Regulamento para Concessão de Empréstimo Pessoal da FAPERS, são classificados em dois tipos: Fundo de Reserva para Cobertura de Empréstimo por Morte ou Invalidez e Fundo Garantidor de Empréstimo – FGE.

11.3.1 – FUNDO DE RESERVA PARA COBERTURA DE EMPRÉSTIMO POR MORTE OU INVALIDEZ

O conceito de Fundo de Reserva para Cobertura de Empréstimo por Morte ou Invalidez consta no Inciso IV do Artigo nº 20 do Regulamento de Empréstimos, como segue: "correspondente ao custo de formação de um fundo de reserva para liquidar saldo devedor do mutuário que vier a falecer ou aposentar-se por invalidez sendo constituído por percentual definido pela Fundação, incidente sobre o valor do Empréstimo, por meio de Resolução Executiva, aprovado pelo Conselho Deliberativo.".

No quadro a seguir, de nº 36, demonstra-se o saldo acumulado do referido Fundo, em 31 de dezembro de 2019, o Consolidado e por Plano de Benefícios.

Quadro 36 - Fundo de Reserva para Cobertura de Empréstimo por Morte ou invalidez R$ Mil

Conta Contábil 2.3.2.3.01	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Consolidado
Saldo em 31/12/2018	4	334	93	23	454
Constituição	0	10	19	11	40
Reversão	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2019	**4**	**344**	**112**	**34**	**494**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

11.3.2 – FUNDO GARANTIDOR DE EMPRÉSTIMO POR INADIMPLÊNCIA – FGE

De acordo com o Inciso III do Artigo nº 20 do Regulamento de Empréstimos, o Fundo Garantidor de Empréstimos - FGE "correspondente ao custo de formação de um fundo de reserva para compensar eventuais inadimplências do Empréstimo Pessoal sendo constituído por percentual definido pela Fundação, por meio de Resolução Executiva, incidente sobre o valor do Empréstimo, aprovado pelo Conselho Deliberativo.".

No quadro abaixo, de nº 37, demonstra-se o saldo acumulado do FGE, em 31 de dezembro de 2019, o Consolidado e por Plano de Benefícios.

Quadro37 - Fundo Garantidor de Empréstimo por Inadimplência - FGE R$ Mil

Conta Contábil 2.3.2.3.03	PBD-I	Plano Misto	PGS	Prever	Consolidado
Saldo em 31/12/2018	0	12	9	9	30
Constituição	0	3	1	4	8
Reversão	0	0	0	0	0
Saldo em 31/12/2019	**0**	**15**	**10**	**13**	**38**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 12 - EXIGÍVEL CONTINGENCIAL

As contingências são incertezas que, dependendo de eventos futuros, poderão ter impacto na situação econômico-financeira da Entidade. O pronunciamento técnico do CPC nº 25, de 26 de setembro de 2009, define três tipos de graus de risco, de acordo com a probabilidade de perda dos processos, como segue:

- **Remota:** Eventos julgados pela assessoria jurídica como Decisão Desfavorável, não havendo obrigatoriedade de reconhecimento contábil e de registro em notas explicativas;

- **Possível:** Eventos julgados pela assessoria jurídica como perda Possível, não há obrigatoriedade de registro contábil, mas deverão ser citados em Notas Explicativas;

- **Provável:** Eventos julgados pela assessoria jurídica como perda Provável, sendo obrigatório o registro de provisão contábil, em Exigível Contingencial da Gestão Previdencial, e a menção em Notas Explicativas.

12.1 – PROBABILIDADE DE PERDA POSSÍVEL

Verificou-se que os eventos indicados como probabilidade de perda possível, nas Notas Explicativas do exercício de 2018, eram da data base de outubro/2018, portanto, no quadro abaixo de nº 38, retifica-se as informações, demonstrando a posição em 31 de dezembro de 2018.

Quadro 38 - Resumo dos processos com probabilidade de perda grau de risco possível no exercício de 2018

Planos	**Retificado em 31/12/2018**			Em 02/10/2018		
	Quantidade	Tipo	R$ Mil	Quantidade	Tipo	R$ Mil
Plano Misto	3	Previdenciário	81	0	Previdenciário	0
	2	Empréstimos	3	1	Empréstimos	3
PGS	3	Previdenciário	90	0	Previdenciário	0
	2	Empréstimos	2	1	Empréstimos	2
PGA	1	Trabalhista	25	1	Trabalhista	25
	1	Administrativo	0	0	Administrativo	0
Total	**12**		**201**	**3**		**30**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

O impacto da retificação dos eventos indicados como probabilidade de perda possível, do exercício de 2018, conforme demonstrado no quadro acima, de nº 38, foi:

- Inclusão de três processos previdenciários, nos planos Misto e PGS, cujo valor total das causas em 31/12/2018 era de R$ 81 mil e R$ 90 mil, respectivamente;

- Incremento de um processo, com origem nos empréstimos, sendo este recurso direcionado aos planos Misto e PGS, mas sem alteração no valor previsto para a causa;

- Inclusão de um processo administrativo, decorrente da manifestação de inconformidade emitida pela Delegacia da Receita Federal, de competência tributária, devido à compensação de créditos de PIS e COFINS (vide Nota 14.2).

Os eventos julgados como probabilidade de perda possível, posicionados em 31/12/2019 e 31/12/2018, estão dispostos no quadro a seguir, de nº 39, onde identifica-se:

- Incremento de R$ 1 mil, referente a um novo processo previdenciário, do Plano Misto;

- Aumento de R$ 1 mil, de um processo já existente no PGS, originário de empréstimos;

- Reconhecimento de R$ 1.026 mil, pela assessoria jurídica externa contratada, ao processo administrativo da Delegacia da Receita Federal, referente à compensação de créditos de PIS e COFINS;

- Incremento de um processo administrativo, no valor de R$ 4 mil, referente a um auto de infração recebido em 18/01/2019, do Departamento Municipal de Limpeza Urbana – DMLU, de Porto Alegre/RS, devido a descarte indevido de resíduos.

Quadro 39 - Resumo dos processos com probabilidade de perda grau de risco Possível

Planos	Em 31/12/2019			Em 31/12/2018		
	Quantidade	Tipo	R$ Mil	Quantidade	Tipo	R$ Mil
Plano Misto	4	Previdenciário	82	3	Previdenciário	81
	2	Empréstimos	3	2	Empréstimos	3
PGS	3	Previdenciário	90	3	Previdenciário	90
	2	Empréstimos	3	2	Empréstimos	2
PGA	1	Trabalhista	25	1	Trabalhista	25
	2	Administrativo	1030	1	Administrativo	0
Total	**14**		**1233**	**12**		**201**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

12.2 – PROBABILIDADE DE PERDA PROVÁVEL

Em 2019, a movimentação dos processos julgados como perda provável, pela assessoria jurídica, e devidamente provisionados no Exigível Contingencial da Gestão Previdencial (Conta contábil 2.2), demonstra-se no quadro a seguir, de nº 40.

Quadro 40 - Resumo dos processos judiciais reconhecidos contabilmente como perda grau de risco provável

Planos	Em 31/12/2019			Em 31/12/2018		
	Quantidade	Tipo	R$ Mil	Quantidade	Tipo	R$ Mil
Plano Misto	1	Previdenciário	267	2	Previdenciário	273
PGS	1	Previdenciário	228	1	Previdenciário	4
Total	**2**		**495**	**3**		**277**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

Em 2019, ocorreu a exclusão de R$ 6 mil e R$ 4 mil, por condenação de um processo previdencial do Plano Misto e do PGS, respectivamente, e a inclusão de uma nova causa previdencial, no PGS, com valor contingencial de R$ 228 mil.

NOTA 13 – DEPÓSITO JUDICIAL

Não houve alteração no saldo de Depósitos Judiciais em 31 de dezembro de 2019, em relação ao mesmo no exercício anterior, conforme demonstra-se no quadro a seguir, de nº 41.

Quadro 41 - Resumo Depósitos Judiciais em 31/12/2019

Processo	Conta Contábil	Plano Misto		PGS		Consolidado R$ Mil
		Quantidade	R$ Mil	Quantidade	R$ Mil	
Empréstimo	1.2.3.8.01.01.	1	81	0	0	81
Previdencial	1.2.1.5.01.01.	2	274	1	6	280
Total Depósitos Judiciais		**3**	**355**	**1**	**6**	**361**

Fonte: Núcleo de Contabilidade

NOTA 14 – TRIBUTAÇÃO

14.1 – IRPJ E CSLL

A FAPERS dispõe de isenção tributária de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), conforme artigo 5º da Lei nº 11053/2004, artigo 5º da Lei nº 10426/2002, e artigos 10 e 17 da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 588/2005.

14.2 – PIS E COFINS

Referente à exigência legal de tributação do Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), pelo regime cumulativo sobre as receitas administrativas do Plano de Gestão Administrativa – PGA (conforme determina art.69, § 1º, da Lei Complementar 109, de 29 de maio de 2001), a Fundação ingressou, em 01 de fevereiro de 2007, com um mandado de Segurança de nº 2007.71.00.00058-8-RS, com efeito de suspender a exigibilidade do PIS e COFINS, e em 18 de maio de 2010, obteve ganho da causa, ficando a partir desta data, isenta da obrigatoriedade de recolhimento de PIS e de COFINS.

Em 14 de janeiro de 2016, a Fundação recebeu uma manifestação de inconformidade da Delegacia da Receita Federal, via processo administrativo, referente à compensação de créditos de PIS e COFINS efetuada nos anos de 2010 e 2011, decorrentes do ganho de causa de isenção da obrigatoriedade de recolhimento dos mesmos, no processo supracitado.

Desde 31 de dezembro de 2017, e sem alteração no decorrer de 2019, de acordo com a assessoria jurídica da FAPERS, este processo administrativo é considerado com probabilidade de perda possível.

14.3 – TAFIC

A Entidade é sujeita à tributação da Taxa de Fiscalização e Controle de Previdência Complementar (TAFIC), principal receita da PREVIC, calculada de forma quadrimestral com base nos Recursos Garantidores do Planos de Benefícios, conforme artigo nº 12 da Lei 12154/2009.

NOTA 15 – MIGRAÇÃO ENTRE PLANOS DE BENEFÍCIOS

Em dezembro de 2016, foi concluído o processo de migração do Plano Misto para o Plano de Benefícios Prever, aprovado por meio da Portaria nº 271, emitida pela Diretoria de Análise Técnica da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 16 de junho de 2016.

Em 2017 a Fundação recebeu da PREVIC os Pareceres de nº 475/2017/CTR/CGTR/DILIC e nº 737/2017/CTR/CGTR/DILIC, e em 2018 o de nº 245/2018/CTR/CGTR/DILIC, referentes às análises do órgão regulador sobre a finalização do processo de migração.

A Entidade atendeu às exigências apontadas nos referidos pareceres, e as respostas foram encaminhadas em 29 de agosto de 2017 e em 06 de abril de 2018, respectivamente.

Em 08 de agosto de 2018, a FAPERS enviou a PREVIC a Carta DIR/169, em resposta ao último parecer, de nº 245/2018/CRT/CGTR/DILIC, finalizando, assim, o referido processo de migração.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2019.

Cezar Henrique Ferreira
Diretor Superintendente
CPF: 295.178.850-91

Sabrina Giacomoni Comelli
Contadora - CRC/RS:058855/0-6
CPF: 641.913.030-15

Neiva Minussi Bisinotto
Controller – CRC/RS 49965
CPF: 424.032.780-68

PARECERES ATUARIAIS

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefício I - PBD-I)

PARECER ATUARIAL 001/2020 Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2019 DO PLANO DE BENEFÍCIO I - PBD-I.

A avaliação do Plano de Benefício I - PBD-I foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeira – atuarial do Plano de Benefício I - PBD-I da FAPERS apresentou, em 31/12/2019, um superávit técnico de R$ 2.505.128,43, equivalente a 18,13% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 13.815.405,16, demonstrando o pleno equilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2019.

3) A População do plano é constituída de um participante ativo com 62 anos de idade e 12 aposentados, cuja idade média é de 75,58 anos com benefício médio é de R$ 4.606,15, e uma pensionista com benefício de R$ 4.614,73.

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

Para projeção do passivo previdenciário dos planos, consideramos a documentação fornecida pela FAPERS e os dados que serviram de base para a avaliação atuarial dos anos anteriores.

Estas informações foram submetidas a um processo de validação, sendo os dados cadastrais analisados individualmente através de testes específicos. Estes testes determinaram a existência de informações que necessitavam de alterações ou ajustes. Após os ajustes efetuados, entendemos que as informações estavam consistentes para o processamento da avaliação atuarial.

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

PLANO BD	
Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial	4,09 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000 (*)
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

(*) Suavizada em 10%

Com relação à taxa de juros do Plano e tendo em vista a situação superavitária do mesmo, e obedecendo ao disposto na legislação, esta premissa foi realinhada, passando a taxa de juros de 4,19% para 4,09%, conforme Deliberação do Conselho Deliberativo número 008/2019 de 11/12/2019, elevando o passivo do Plano em R$ 92.831,78.

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2019, foi de 11,77% contra uma meta atuarial de 8,85%, o que, representa obter 2,92 pontos percentuais acima da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

5) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2019, as seguintes aberturas:

Benefícios Concedidos	R$	9.714.617,64
Benefícios a Conceder	R$	1.595.659,09
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)		11.310.276,73
Patrimônio de Cobertura do Plano	R$	13.815.405,16
Superávit		2.505.128,43

6) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos e a Conceder e do Superávit Técnico, atestamos que os mesmos foram calculados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

7) Para o cálculo do duration do Plano, com base na Portaria DIFIS/Previc nº 86, de 01 de fevereiro de 2019, bem como a respectiva planilha e a partir dos compromissos do Plano, com data base em dezembro/2019, chegamos ao seguinte resultado no duration do Plano: 8,59 anos a *duration* do Plano BD.

É o parecer.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2020.

P/ Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefícios II – Plano Misto)

PARECER ATUARIAL 002/2020
Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2019 DO PLANO DE BENEFÍCIOS II – PLANO MISTO

A avaliação do Plano de Benefícios II – Plano Misto foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeira–atuarial do Plano de Benefícios II – Plano Misto apresentou, em 31/12/2019, um superávit técnico de R$ 3.759.762,19 equivalente a 1,87% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 201.127.130,21, demonstrando equilíbrio do plano.

2) Os dados cadastrais posicionados em 31/12/2019 foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2019.

3) A População do plano é assim constituída:

MISTO			
Categoria	**Frequência**	**Benefício Médio**	**Idade Média**
Ativos	707	R$ -	51,41
Aposentados	368	R$ 951,88	67,39
Temporarios	33	R$ 2.837,40	62,00
Inválidos	30	R$ 2.434,67	65
Pensionistas	56	R$ 2.542,41	62,16

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

As premissas utilizadas em nossos estudos foram as seguintes:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial (*)	5,00%
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

(*) Só para Benefícios Concedidos
(**) De jan a nov/2019: 5,31% e dez/2019 5,00%

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49
Tábua de entrada em invalidez	ÁLVARO VINDAS
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

A taxa de juros do Plano, capaz de honrar os compromissos do Plano foi alterada de 5,31% para 5,00%, conforme Estudo Técnico Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Deliberação nº 008/2019 da Ata nº 327 de 11 de dezembro de 2019, gerando um aumento no passivo atuarial do plano em R$ 1.782.877,10.

Apesar dos resultados dos estudos elaborados pela consultoria financeira da fundação terem sido um pouco superior a essa taxa adotada, se optou pela redução da taxa como uma forma de preservação do Plano.

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2019, foi de 11,63% contra uma meta atuarial de 10,00%, o que, em termos reais, representa obter 1,63 pontos percentuais acima da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

(*) A composição da meta atuarial foi de 5,31%, de janeiro a novembro/2019 e 5,00% em dezembro/2019, acrescida do INPC do ano de 4,48%.

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2019, as seguintes aberturas:

Benefícios Concedidos	R$	93.894.336,45
Benefícios a Conceder	R$	105.506.419,81
Reservas a amortizar	-R$	2.033.388,24
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)		197.367.368,02
Patrimônio de Cobertura do Plano	R$	201.127.130,21
Superávit		3.759.762,19

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, e a Conceder e do Superávit Técnico, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Para o cálculo do Duration do Plano, com base na Planilha fornecida pela PREVIC, disposta na Portaria DIFIS/PREVIC nº 86, de 01 de fevereiro de 2019, e a partir dos compromissos do Plano em dezembro/2019, chegamos aos seguintes resultados no Plano Misto: 9,74 anos.

9) Os custos dos benefícios de risco estão acima do valor cobrado atualmente, porém, tendo em vista o saldo existente atualmente na Conta para Cobertura dos Benefícios de Risco, no valor de R$ R$ 7.062.485,26, entendemos que não há necessidade de reajuste da alíquota de contribuição de 20,82% sobre o valor das contribuições normais dos patrocinadores.

É o parecer.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2020.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL (Plano Geral Saldado – PGS)

PARECER ATUARIAL 003/2020
Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: PARECER DA AVALIAÇÃO ATUARIAL DE 31/12/2019 DO PLANO GERAL SALDADO - PGS.

A avaliação do Plano Geral Saldado – PGS foi realizada considerando-se as hipóteses, regimes financeiros e métodos de financiamento estabelecidos na legislação vigente.

1) A situação financeira–atuarial do Plano Geral Saldado - PGS da FAPERS apresentou, em 31/12/2019 um déficit técnico de R$ 6.988.088,22, equivalente a 2,66% do Ativo Líquido, então existente, de R$ 262.394.783,61.

2) Os dados cadastrais, posicionados em dezembro/2019, foram objetos de análise de consistência e de comparação com os dados cadastrais da avaliação atuarial do exercício anterior, a qual submetemos à Fundação para os ajustes necessários e posterior validação, tendo sido, após tal validação, utilizados na elaboração da avaliação atuarial do exercício de 2019.

3) A População do plano é assim constituída:

PGS			
Categoria	**Frequência**	**Benefício Médio**	**Idade Média**
Ativos	135	R$ 1.036,60	58,97
Aposentados	476	R$ 3.195,15	68,90
Pensionistas	65	R$ 3.773,51	69,75

4) Das Hipóteses Atuariais utilizadas:

Premissas Econômicas e Financeiras	
Taxa real de desconto atuarial	(*) 5,13 % ao ano
Taxa real de crescimento salarial futuro	0,00% ao ano
Taxa real de crescimento dos benefícios	0,00% ao ano
Fator de capacidade	100,00%
Indexador econômico	Variação do INPC

(*)De jan a nov/2019 5,30% e 5,13% a partir de dezembro/2019

Premissas Demográficas	
Tábua de mortalidade geral	AT 2000
Tábua de mortalidade de inválidos	Não aplicado
Tábua de entrada em invalidez	Não aplicado
Tábua de rotatividade	Não aplicado
Composição familiar	Experiência Regional

A taxa de juros do Plano, capaz de honrar os compromissos do Plano foi alterada de 5,30% para 5,13%, conforme Estudo Técnico Atuarial aprovado pelo Conselho Deliberativo por meio da Deliberação nº 008/2019 da Ata nº 327 de 11 de dezembro de 2019, gerando um aumento no passivo atuarial do plano de R$ 3.561.960,39.

5) A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2019, foi de 9,43% contra uma meta atuarial de 10,00%, o que, em termos reais, representa obter menos 0,57% (pontos percentuais) abaixo da meta atuarial, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

6) O Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas) e as Reservas Técnicas (Ativo Líquido) apresentavam, em 31/12/2019, as seguintes aberturas:

Benefícios Concedidos	R$	270.105.644,19
Benefícios a Conceder	R$	38.855.387,65
Provisões Matemáticas a Constiruir	-R$	39.578.160,01
Passivo Atuarial (Reservas Matemáticas)	R$	269.382.871,83
Patrimônio de Cobertura do Plano	R$	262.394.783,61
Déficit	-R$	6.988.088,22

7) Com relação aos valores das Reservas Matemáticas de Benefícios Concedidos, e a Conceder e do resultado, atestamos que os mesmos foram avaliados por nossa Consultoria Atuarial Independente, a partir das informações contábeis e cadastrais fornecidas pela FAPERS e julgadas lógicas por nossa Consultoria Atuarial.

8) Para o cálculo do *duration* do Plano, com base na Portaria DIFIS/Previc nº 86, de 01 de fevereiro de 2019, bem como a respectiva planilha e a partir dos compromissos do Plano, com data base em dezembro/2019, chegamos ao seguinte resultado no *duration* do Plano: 9,45 anos.

É o parecer.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2020.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

PARECER ATUARIAL (Plano de Benefícios PREVER)

PARECER ATUARIAL 004/2020
Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul

Ref.: Parecer Atuarial sobre o Balancete de 31.12.2019 do Plano de Benefícios PREVER

Preliminarmente cabe esclarecer que este Plano recebeu participantes do Plano de Benefícios II Plano Misto, por meio de migrações, com seus respectivos saldos de contas. Os saldos de contas CIV do Plano Misto que migraram para este Plano, foram convertidos em CIP como forma de incentivar a Migração. Em função disso, os saldos de contas dos participantes são bem superiores ao saldo da CIV.

1 - Patrimônio Social, Patrimônio de Cobertura do Plano, Provisões Matemáticas e Fundos:

O Plano de Contribuição Definida da FAPERS, PLANO DE BENEFÍCIOS PREVER, é um plano de caráter previdenciário estruturado na modalidade de Contribuição Definida, conforme normatização expressa na Resolução CGPC n° 16, de 22.11.2005.

As Provisões Matemáticas desse Plano, registradas no Demonstrativo Contábil do exercício de 2019, foram identificadas nos saldos de conta dos participantes e patrocinadora em 31.12.2019, e seus valores correspondem aos indicados na tabela abaixo, que demonstra a composição do Patrimônio Social, do Patrimônio de Cobertura do Plano, das Provisões Matemáticas e dos Fundos do Plano CD FAPERS, em 31.12.2019:

CÓDIGO	TITULO	VALORES - (R$)
2.3.0.0.00.00.00	**PATRIMÔNIO SOCIAL**	**R$ 139.854.236,51**
2.3.1.0.00.00.00	**PATRIMÔNIO DE COBERTURA DO PLANO**	**R$ 138.920.785,76**
2.3.1.1.00.00.00	**PROVISÕES MATEMÁTICAS (PM)**	**R$ 138.920.785,76**
2.3.1.1.01.00.00	**Benefícios Concedidos**	**R$ 10.643.211,92**
2.3.1.1.02.00.00	**Benefícios a Conceder**	**R$ 128.277.573,84**
2.3.1.1.02.01.01	*Saldo de Contas - Parcela Patrocinador(es)*	R$ 17.786.550,53
2.3.1.1.02.01.02	*Saldo de Contas - Parcela Participantes*	R$ 110.491.023,31
2.3.1.1.01.01.00	*Contribuição Definida*	R$ -
2.3.1.1.01.01.01	Saldo de Contas dos assistidos	R$ -
2.3.2.0.00.00.00	**FUNDOS**	**R$ 933.450,75**
2.3.2.2.00.00.00	**FUNDOS ADMINISTRATIVOS**	R$ 886.849,19
2.3.2.3.00.00.00	**FUNDOS DOS INVESTIMENTOS**	R$ 47.401,56

A Avaliação Atuarial de 2019 foi realizada com base no Regulamento do Plano, aprovado pela Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC), conforme Portaria nº 271, de 15.06.2016, e nas informações cadastrais dos Participantes e Assistidos abrangidos pelo Plano na data-base de 31.12.2019.

2 - Frequência de participantes:

PREVER			
Categoria	**Frequência**	**Benefício Médio**	**Idade Média**
Ativos	922	R$ -	46,31
Aposentados Temporarios	80	R$ 1.699,43	66,21
Pensionistas Temporarios	8	R$ 5.630,78	60,63

3 - Regimes Financeiros e Métodos Atuariais

As premissas atuariais representam o conjunto de variáveis ou hipóteses admitidas nas avaliações anuais para projeção dos compromissos do plano avaliado. Como os benefícios do Plano PREVER são estruturados na modalidade de Contribuição Definida, as Provisões Matemáticas correspondem aos saldos de contas formados pelas contribuições e, após a concessão do benefício, pela dedução dos valores pagos, acrescidas do retorno dos investimentos, não cabendo a utilização de hipóteses para determinação dos compromissos correspondentes.

Os regimes financeiros e os métodos atuariais têm por objetivo estabelecer a forma de acumulação dos recursos garantidores dos benefícios previstos pelo plano, ou seja, o modo de financiar esses benefícios. Na avaliação de benefícios estruturados na modalidade de Contribuição Definida, adota-se o Método de Capitalização Individual (ou financeira), visto que os benefícios são obtidos a partir da capitalização das contribuições efetuadas no período decorrido entre a data de ingresso do participante no plano e a data de sua aposentadoria.

Neste caso, o Custo Normal equivale ao valor estimado das contribuições dos participantes definidas no plano de custeio para o próximo exercício e o Passivo Atuarial será equivalente ao saldo de conta acumulado. A estabilidade do custo no caso da adoção do Método de Capitalização Individual (ou financeira) dependerá apenas das regras de cálculo das contribuições estabelecidas pelo plano avaliado.

4 – Rentabilidade do Plano

A rentabilidade nominal líquida obtida pelo Ativo Líquido do Plano, ao longo de 2019, foi de 17,57%. Considerando a meta de rentabilidade que é 10,03%, pode-se dizer que o Plano teve uma rentabilidade de 7,54 pontos percentuais, utilizando-se o método de cotas para o cálculo das rentabilidades.

5 - Considerações Finais

O Plano PREVER apresenta em 31/12/2019 Equilíbrio Técnico nulo, uma vez que o Patrimônio de Cobertura do Plano corresponde exatamente ao valor das Provisões Matemáticas avaliadas em de R$ 138.920.785,76, conforme demonstrado no item 1 deste parecer, bem como Fundo Administrativo no valor de R$ 886.049,19 e Fundo Investimentos no valor de R$ 47.401,56.

Esta situação ocorre em planos estruturados na modalidade de Contribuição Definida não é prevista a formação de superávit ou déficit técnico, pois os ganhos e perdas financeiras são repassados para os saldos de conta que são mantidos atualizados pela variação da cota patrimonial.

Este é o parecer.

Porto Alegre, 18 de fevereiro de 2020.

P/Equipe Atuarial

Edson Jair Pereira
Atuário MIBA 583

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores, Conselheiros, Patrocinadores e Participantes da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul – FAPERS - Porto Alegre - RS.

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações consolidadas da mutação do patrimônio social e do plano de gestão administrativa, e as demonstrações individuais por plano de benefícios que compreendem a demonstração do ativo líquido, da mutação do ativo líquido e das provisões técnicas do plano para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul - FAPERS e individual por plano de benefícios em 31 de dezembro de 2019 e o desempenho consolidado e por plano de benefícios de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades reguladas pelo Conselho Nacional de Previdência Complementar - CNPC e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de

maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Maringá, 10 de março de 2020.

BEZ Auditores Independentes S/S
CRC PR 5.010/O-2

Marco Antônio Harger Lückmann
Contador CRC SC 023.456/O-6 T-PR

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais, em reunião realizada nesta data, examinou as Demonstrações Contábeis, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrações do Ativo Liquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios - DPT e as Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, todas relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2019. Com base nos exames efetuados, considerando ainda os Pareceres do Atuário, a respeito do Plano de Benefícios I-PBD-I, do Plano de Benefícios II-Plano Misto, Plano Geral Saldado-PGS e Plano de Benefícios Prever emitidos em fevereiro de 2020, pela Equipe Atuarial Ltda e do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis, emitido pela BEZ Auditores Independentes S/S, datado de 06 de março de 2020, o Conselho Fiscal opina favoravelmente à aprovação dos referidos documentos.

Porto Alegre, 19 de março de 2020.

Conselheiros Titulares

Gladimir Ramos de Souza
Presidente “em exercício”

Derli Paulo Bonine
Secretário

Aldacir Pretto

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DELIBERATIVO

O Conselho Deliberativo da Fundação Assistencial e Previdenciária da Extensão Rural no Rio Grande do Sul, no uso de suas atribuições legais e estatutárias e baseado nos Pareceres do Conselho Fiscal, da Consultoria Atuarial Externa e do Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Contábeis em reunião realizada nesta data, delibera pela aprovação das Demonstrações Contábeis do exercício social encerrado em 31/12/2019, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração da Mutação do Patrimônio Social - DMPS, Demonstrações das Mutações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DMAL, Demonstrações do Ativo Líquido por Plano de Benefícios - DAL, Demonstrações do Plano de Gestão Administrativa Consolidada e por Plano de Benefícios - DPGA, Demonstrações das Provisões Técnicas dos Planos de Benefícios - DPT e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis.

Porto Alegre, 25 de março de 2020.

Conselheiros Titulares

Dirlei Matos de Souza
Presidente

José Cláudio Secchi Motta
Secretário

Antonio Conte

Claudinei Moisés Baldissera

Clairto Dal Forno

Jairton Torma Betanzos

Ricardo Altair Schwarz